

As juventudes partidárias e o recrutamento da elite política no Portugal democrático

Ana Filipa Teixeira Pinto

**Dissertação de Mestrado
em Ciência Política e Relações Internacionais**

Setembro de 2017

**As juventudes partidárias e o recrutamento da elite
política no Portugal democrático**

Ana Filipa Teixeira Pinto

**Dissertação de Mestrado
em Ciência Política e Relações Internacionais**

Setembro de 2017

*Ao Professor Pedro Tavares de Almeida
por não me ter deixado sentir pena de mim.*

Aos meus desde sempre e para sempre: Beatriz e Pais.

E a ti, André, que sempre acreditaste.

Índice

Introdução	5
<i>Capítulo 1 A Participação Política</i>	9
<i>A definição</i>	9
<i>Participar: como e porquê</i>	14
<i>Capítulo 2 A Participação Política e os Jovens</i>	21
<i>Juventude: Uma breve análise</i>	21
<i>E os jovens querem, ou não, saber de política?</i>	25
<i>A busca do reforço da identidade individual</i>	33
<i>Capítulo 3 A Participação política, os Jovens e os Partidos</i>	39
<i>O que se passou e o que se vai passando</i>	40
<i>Partidos e Participação: Identificação e filiação partidárias</i>	43
<i>A manutenção da elite</i>	50
<i>Juventudes partidárias, recrutamento e profissionalização: Está tudo ligado?</i>	62
<i>Capítulo 4 Os Partidos, as Juventudes Partidárias e a Participação em Portugal</i>	72
<i>Evolução e actualidade</i>	74
<i>O Partido Socialista, o Partido Social-Democrata e as suas Juventudes</i>	79
<i>Os Estatutos e as Elites</i>	84
<i>Os dados</i>	90
Conclusões	115
Bibliografia	119

Introdução

“Para a continuação da vida da nossa sociedade, a memória social é tão necessária como o esquecimento ou o surgimento de novos actos... Uma espécie que vivera eternamente tivera que aprender a esquecer-se de si própria, e compensar a falta das novas gerações.”¹

Karl Mannheim

Antes de começar.

Pondo em causa aquela verdade “intocável” que determina que os mais jovens não querem saber de política, nos últimos anos temos assistido a um fenómeno que obriga a repensar o que parecia “evidente”: aparentemente, tem vindo a verificar-se uma integração mais mediaticamente visível dos mais jovens em iniciativas que, sendo menos comuns, representam mecanismos de participação política irrefutáveis. Assim, têm dado que falar nos órgãos de comunicação e nas mesas de café. Contudo, não parámos para questionar se, afinal, o papel político destes cidadãos mais novos seria então tão limitado quanto se fazia crer. Não se parou para pensar em quem são, politicamente falando, os jovens. Parafraseando Nuno Miguel Augusto, “a relação entre juventude e política tem obedecido a uma diversidade de interpretações, que oscilam frequentemente entre uma visão ‘romântica’ e uma visão pejorativa, dependendo do modo como os jovens reagem a diferentes contextos socio-históricos. Se, nuns casos, os jovens surgem como uma geração questionadora dos valores políticos erigidos pelas gerações anteriores, noutros, surgem como uma geração ‘endemicamente apolítica’, desinteressada e fracamente envolvida nos processos democráticos”².

O contexto faz, efectivamente, toda a diferença e, em grande parte, foi a partir desse mesmo contexto que surgiram muitas das questões que motivaram este trabalho (afinal de contas, as figuras que têm marcado a actualidade política nos últimos anos apresentam, nos seus percursos, passagens pelas Juventudes Políticas). Não obstante, importa também não esquecer o quão vasto é o leque de instrumentos ao serviço da participação política. O voto é, sem dúvida alguma, uma dessas ferramentas cívicas mais importantes na manutenção do regime democrático, sendo também uma das mais estudadas (arriscar-nos-íamos mesmo a dizer que será a mais estudada). Todavia e não

¹ Citado in TAMAYO, 2011: 115

² AUGUSTO, 2008: 155

querendo cair em repetições, a participação política não termina nas urnas. Não podendo ainda ser ignorada uma evidente “banalização” do voto, utilizado cada vez mais como arma de arremesso e que, no dia seguinte, se espera que não venha a ter consequências. Assim, poderão os jovens procurar mecanismos que proporcionem uma participação mais directa ao invés de recorrerem à convencional escolha em forma de cruz? Ao fazermos esta questão, não poderemos deixar de pensar nas estruturas partidárias, nomeadamente nas juventudes que tencionam abarcar este público-alvo.

Com este trabalho e apostando numa visão que não isole as partes, que as inter-relacione após o conhecimento aprofundado de cada uma delas, pretendemos desconstruir e compreender estas estruturas, o seu funcionamento e o seu impacto social e político. Acreditamos que só assim conseguiremos perceber se, numa época em que os jovens estão no centro das atenções como alvo de políticas e ainda associados ao surgimento de movimentos sociais inorgânicos que conduzem ao aumento da participação não convencional, continuarão as “jotas”, mesmo envoltas em alguns tabus que habitualmente ganham o nome de “carreirismo”, a funcionar como incentivadoras da participação política. Assumir-se-ão como incubadoras das elites partidárias/políticas ou a ligação entre patamares não está garantida?

Embora, mediante o avanço no ciclo de vida, os jovens abstencionistas de hoje possam vir a ser cidadãos (eleitoralmente) participativos amanhã, não poderemos ignorar que o que mobiliza ou repele os jovens pode ter diferentes origens: “O inquérito do ESS³(...) contempla, separadamente, estes três tipos de confiança. Quando analisamos os níveis médios de confiança (numa escala 0-10), verificamos que ‘os políticos’ são os que inspiram menor confiança junto dos jovens (2,97), logo seguidos dos partidos (3,13). Apenas a ‘casa da democracia’ regista um valor médio de confiança (4,75), que se afasta claramente dos valores anteriores”⁴. Assim, somos obrigados a questionar: Pretendem os partidos, nomeadamente através das juventudes que integram, quebrar este cenário ou estarão apenas preocupados com o seu futuro, com a sua sobrevivência?

Parecendo tratar-se de um tema pouco explorado, analisar as “Juventudes Partidárias” torna-se urgente e, simultaneamente, apetecível. Falamos de estruturas que envolvem uma componente ligada à socialização e à formação, as quais aparecem numa

³*European Social Studies*

⁴ AUGUSTO, 2008: 167

fase do ciclo de vida associada à estruturação da personalidade do indivíduo, funcionando como mecanismos de integração dos mais jovens na cultura do partido e na vida política em geral, procurando-se ainda assegurar a renovação da classe.

Por necessitarmos de estabelecer estas relações, basear-nos-emos, como já referimos, numa perspectiva que não corta a ligação entre o objecto de estudo e a sua circunstância: o neo-institucionalismo sociológico. De acordo com esta corrente, uma organização será muito mais do que eficácia, acabando por espelhar a cultura dominante. Esta perspectiva ajudar-nos-á a visualizar um todo sem esquecer as suas partes, permitir-nos-á buscar uma abordagem holística que valoriza as relações multidireccionais, pois se, por um lado, os partidos e as juventudes modelam os que por lá passam, por outro, também existe todo um contexto sociocultural que afecta as organizações que não se fazem apenas de ideologia.

Assim, iremos proceder a uma análise do percurso político de todos aqueles que deram o primeiro passo nas juventudes, tendo sido eleitos para cargos dirigentes de abrangência nacional nos órgãos em análise. Tentaremos perceber se aqueles, cuja militância partidária começa na idade jovem, dão continuidade a essa “carreira”, alcançando cargos de maior relevo. Para constatar se tal acontece em Portugal, seleccionámos as juventudes associadas aos dois partidos com maior peso em Portugal e que, desde 1974, têm vindo a “partilhar” o poder. A partir da listagem inicial de jovens que compuseram os órgãos nacionais eleitos a cada congresso das juventudes (directa ou indirectamente - no caso de o serem por outros órgãos, esses, sim, eleitos directamente pelo congresso), estabeleceremos as comparações com as direcções dos respectivos partidos, com as listagens de presidentes de Câmaras Municipais e de Governos Regionais, de deputados à Assembleia da República, de eurodeputados e dos membros que compuseram os Governos (ministros e secretários de estado). Neste âmbito, as fontes essenciais, para além da bibliografia relacionada com o tema, foram encontradas nas páginas oficiais ou junto das entidades: Direcção-Geral das Autarquias Locais, Governos Regionais, Assembleia da República, Parlamento Europeu e Governo de Portugal.

Este estudo ficará então repartido em quatro partes: a primeira dedicada à análise das várias perspectivas teóricas em torno do fenómeno que é a participação; a segunda debruçar-se-á sobre a atitude política dos jovens, o modo como encaram e interagem com ela; a terceira funcionará como um olhar sobre o papel e impacto dos Partidos

Políticos e das Juventudes Partidárias na actualidade e, por fim, na quarta parte, tencionamos perceber a realidade nacional, a interacção entre estes agentes, ou seja, analisar a génese, o desenvolvimento e a mecânica das estruturas partidárias, nomeadamente a partir dos seus estatutos, e esmiuçar o processo de recrutamento e renovação da elite política mediante os resultados obtidos na análise empírica, tentando ainda associá-los às narrativas da Profissionalização e da Tecnocratização.

Só estabelecendo estas redes de influência poderemos perceber como se cruzam estas “peças” sociais – jovens, participação política e estruturas partidárias. Já nada parece ser tão certo quanto se fazia crer em tempos. O contexto, as instituições e os próprios cidadãos mudaram. Propomo-nos assim a questionar e a analisar o papel das juventudes partidárias que, mais do que veículos de propaganda da mensagem de um partido, acabam por, a par de outros agentes (escola, família, amigos), interferir num período altamente relevante na construção da personalidade do indivíduo que, ainda próximo da tábua rasa, busca identificar-se, definir-se, encontrar-se. As juventudes partidárias poderão ser, ou não, no todo social e em cada um, a garantia de manutenção de um futuro para a política.

Capítulo 1 | A Participação Política

Começamos pela pedra basilar deste trabalho: a participação. Mas, como toda e qualquer pedra basilar, surge num contexto que ora a reforça, ora a fragiliza. Percebamos em que consiste para depois seguirmos em frente.

A definição

Embora devamos admitir que em qualquer regime político poderão registrar-se acções caracterizáveis como participação política, o regime democrático será aquele que, por excelência, melhores condições oferecerá de envolvimento do cidadão, enquanto “membro de uma comunidade política, com direito a quaisquer prerrogativas e incumbido de quaisquer responsabilidades ligadas à associação”^{5 6}. A palavra Democracia contém, em si mesma, o maior dos seus ideais: “poder do povo” traduz efectivamente o auge da sua concretização. Apesar de o percurso trilhado, desde a Grécia Antiga, ter sido no sentido da representatividade, mantém-se o princípio maior de um sistema que visa assegurar a inclusão e a projecção do eleitorado em governantes que deverão tentar corresponder a anseios colectivos: “A democracia é uma forma atraente de governo, porque os seus princípios abrangem estas necessidades e desejos humanos e pode, muitas vezes, torná-los realidade”^{7 8}.

Assim, torna-se imprescindível compreender também o conceito de “democracia”. Mas as definições são diversas: segundo Norberto Bobbio, o sistema democrático assume-se como “um conjunto de regras (primárias ou básicas) que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões colectivas e quais os procedimentos a usar”⁹, sendo que as opções formuladas deverão ser reais e que quanto mais pessoas participarem, directa ou indirectamente, na tomada de decisão, mais democrático será o regime¹⁰. Já se recordarmos Jean-Jacques Rousseau, o que uniria governados e governantes seria um “Contrato Social”. Rousseau via no Estado o representante de uma vontade geral que, ao mesmo tempo, legitimaria o poder. Na perspectiva de Alain

⁵ “A citizen is, most simply, a member of a political community, entitled to whatever prerogatives and encumbered with whatever responsibilities are attached to membership”.

⁶ FLANAGAN, 2008: 1

⁷ “Democracy is an attractive form of government because its principles embrace these human needs and desires and can often deliver them in reality.”

⁸ BEETHAM et al, 2008: 17

⁹ “According to Bobbio, democracy is primarily ‘a set of rules (primary or basic) which establish who is authorized to take collective decisions and which procedures are to be used’”

¹⁰ TOURAINE, 1997: 8

Touraine, existiriam “três dimensões centrais no conceito de democracia (...): o respeito pelos direitos fundamentais, a ligação entre o Estado e a sociedade civil mediante o processo de representatividade com ligação à estrutura social e, por fim, a interiorização de um sentimento de cidadania que leve os indivíduos a participar na construção da vida colectiva”¹¹. Daí, em democracia, a política poder ser entendida como “práticas reguladas através das quais os sujeitos participam na direcção e governo da sociedade da qual são membros”¹² ¹³ e a actividade política como “relações que decorrem sob formas, modalidades, frequências e intensidades diversas entre indivíduos, grupos, associações e instituições. Estas relações são classificadas e analisadas como formas de participação política. O conceito, os processos e as várias manifestações de participação política adquiriram, portanto, um lugar central no estudo da política, tanto mais num período atravessado por exigências de democratização que constituem tantas outras exigências de participação política e que envolvem diversos âmbitos e níveis do sistema político”¹⁴.

Funcionando como um mecanismo de “superação da cisão entre governantes e governados”¹⁵, percebemos então que a participação política assume-se como um alicerce que não pode ser menosprezado em prol da eficiência do regime democrático, peça fundamental para um estudo rigoroso em ciência política. Segundo Rush, “foi definida como ‘o envolvimento do indivíduo no sistema político a vários níveis de actividade, do desinteresse total à titularidade de um cargo político’¹⁶. Numa outra concepção, defendida por Axford, “compreende quais os comportamentos dos cidadãos orientados para influenciar o processo político (...). (...) A expressão ‘participação política’ compreende comportamentos muito variados: do voto à militância num partido, da discussão sobre política à pressão organizada (...). A decisão de considerar um certo comportamento como forma de participação política nem sempre é fácil. Assim, perguntou-se se fazem parte da participação política os actos que se efectuem por motivação política ou os que exercem efeitos políticos (...)”¹⁷. A visão de Geraint Parry vai ao encontro da desenhada por Axford, ou seja, a participação política deverá

¹¹ VARELA, 2009: 12

¹²“(…) la política – entendida aquí como prácticas reguladas a través de las cuales los sujetos participan de la dirección y gobierno de la sociedad en la que son miembros (...).”

¹³ BATALLAN et al, 2009: 41

¹⁴ PASQUINO, 2002: 49

¹⁵ MARTINS, 2004: 43

¹⁶ PORTA, 2003: 86-87

¹⁷ *ibid*, 86-87

ser entendida como “um acto que se destina a influenciar as decisões tomadas em regra geral por representantes eleitos, e que tanto pode implicar a mudança de atitude dos decisores em matérias ainda por decidir como responder, de forma negativa ou positiva, ao resultado de decisões já implementadas”¹⁸. Ainda segundo Parry, dever-se-á excluir “da noção de participação os comportamentos que não visam especificamente influenciar as autoridades públicas (ex.: a participação no local de trabalho, ou adesão a programas de intervenção cívica) bem como as demonstrações de interesse pela vida política ou as atitudes relacionadas com o sistema político (ex.: a discussão de assuntos políticos com familiares ou amigos)”¹⁹. Sidney Verba não parece discordar e sublinha ainda o facto de a participação englobar um “conjunto de comportamentos legais”²⁰ que, tendo cariz eleitoral ou não, assumem carácter voluntário e visam influenciar a selecção e actuação do corpo político.

Contrariando esta abordagem mais liberal, Peter Bachrach alega que a participação política consiste em “acções através das quais os indivíduos, grupos e organizações, integrados numa determinada estrutura política, exercem efectivamente poder com vista a influenciar o resultado da acção política”²¹. Iain Maclean chegou mesmo a distinguir “participação efectiva” de “pseudo-participação”, identificando a capacidade de influência como uma variável obrigatória na distinção da participação política²². Já Carole Pateman delegou ainda mais responsabilidade sobre o agente que participa, isto é, a seu ver, a definição de participação assenta na “crença de que o cidadão pode governar-se a si mesmo; que pode intervir de forma responsável e efectiva; que pode determinar a própria vida e o ambiente que o rodeia”²³. Trata-se então de um “processo pelo qual cada indivíduo, no interior de uma organização que toma decisões de índole política, económica ou social, tem idêntico poder para determinar o teor e resultado dessas decisões”²⁴.

Contudo, e apesar destas teorias se basearem muito na questão da “influência política” (diferente de “poder”), não poderemos esquecer que este é um conceito bem distinto de “participação política”, não havendo, de acordo com alguns autores, uma ligação obrigatória entre os dois – por exemplo, Martin Lipset e Huntington defendem

¹⁸ MARTINS, 2004: 56

¹⁹ *ibidem*

²⁰ *ibid*, 57

²¹ *ibidem*

²² *ibid*, 58

²³ *ibidem*

²⁴ *ibidem*

que a definição de participação política não poderá menosprezar as acções que levam ao fracasso²⁵. E é partindo desta perspectiva, isto é, de que o “fracasso” não pode ser menosprezado como tentativa de participação, que se poderá concluir que, independentemente de todos os cidadãos poderem votar ou participar de uma qualquer outra forma, a capacidade de influência política varia de indivíduo para indivíduo. Assume-se então como um recurso político, um instrumento que, visando influenciar as decisões de outros e estimular a acção política de cada um, mesmo num contexto marcado pela igualdade de oportunidades, acaba por ser alvo de uma utilização desigual – Sidney Verba alertou para tal facto, sublinhando que outros factores poderão estar a condicionar a distribuição²⁶.

Além de tudo isto, a participação trata-se ainda de um fenómeno altamente condicionado pela socialização. "Como o sublinhou Fred Greenstein, ‘certas características de socialização ajudam-nos a explicar a persistência de certas práticas políticas (...). As modalidades de participação têm a sua origem em complexos aspectos sociais e psicológicos das subculturas das diversas classes’. Por socialização deve entender-se não apenas o processo de interiorização de normas, mas também o de submissão às normas, não só a sua dimensão axiológica, mas também a sua dimensão comportamental, ou, para usar a terminologia política de Hyman, não só a orientação para objectivos políticos, mas também a participação ou o envolvimento político”²⁷.

É incrível como a dualidade do fenómeno em análise não se esgota. A participação política é, simultaneamente, um excerto do passado e da actualidade, disse-o Cotta²⁸. E, de acordo com Rokkan, existem quatro limiares institucionais que têm que ser transpostos para que estejam garantidas as condições necessárias ao exercício da participação política: o da legitimação, ou seja, o reconhecimento do direito; o da incorporação, isto é, quando a oposição tem a mesma oportunidade de intervenção que os movimentos defensores do poder instituído; o da representação, a qual corresponde à garantia de “voz” a todas as correntes; e, por fim, o do poder executivo que visa assegurar a real separação entre poderes e a capacidade de influência do parlamento no órgão decisório²⁹.

²⁵ *ibid*, 59

²⁶ *ibid*, p.60

²⁷ CRUZ, 1990: 232-233

²⁸ PASQUINO, 2002: 52

²⁹ *ibid*, 54

Sendo a participação política, segundo Berelson, “uma diversidade de comportamentos dos cidadãos nas sociedades democráticas livres, as quais, no plano dos valores, requerem que os indivíduos se interessem pela vida pública e que actuem de acordo com os princípios e normas estabelecidas”³⁰, questiona-se então se estaremos perante um requisito de um regime democrático que também salvaguarda os princípios de eficácia governativa. Neste contexto, cumpre lembrar Pareto, Mosca e Michels que “subscreveram a tese da inevitabilidade da acção das elites que monopolizam o exercício do poder como também determinam modelos de conduta dos cidadãos”³¹. Todavia, ficou provado que os ganhos advindos da participação são mútuos: para quem governa e para quem é governado. Daí ser essencial assegurar a igualdade no acesso a ela, já que a mesma, desdobrando-se em formas diversas, acaba por condicionar o reflexo de cada camada social numa tomada de decisão³², e, segundo autores como Putnam, pode ainda implicar importantes benefícios para os cidadãos (embora no contexto em causa se refira a participação local, afirma-se que “o envolvimento político e social do indivíduo evita o aumento do sentimento de desilusão em relação às decisões políticas e impede a sua transformação em descrença ou rejeição do processo democrático”³³).

Desta forma, “no contexto da democracia representativa, as teses apontam para um activismo equilibrado dos cidadãos tendo em conta as exigências da governabilidade e estabilidade dos sistemas políticos. Já no contexto das concepções da democracia participativa, a intervenção activa dos cidadãos constitui o requisito essencial para a realização plena da democracia, pelo que se exige a máxima participação do indivíduo na processo de tomada de decisão, quer na esfera política quer na esfera social”³⁴. Além disso, a participação pode ainda ser encarada como “um fim em si mesma, um bem intrínseco”³⁵ ³⁶— contrariamente ao defendido pelos autores clássicos liberais (Locke, Madison, Adam Smith, Friedrich von Hayek, entre outros) que “acreditavam que a

³⁰ *ibid*, 46

³¹ MARTINS, 2005: 8

³² LEVINE: 2007, 26

³³ MARTINS, 2005: 10

³⁴ MARTINS, 2004: 83

³⁵ “*However, participation can also be seen as an end in itself, an intrinsic good.*”

³⁶ LEVINE, 2007: 37

participação cívica teria um custo; seria o preço que as pessoas teriam a pagar por um bom governo”^{37 38}.

Participar: como e porquê

Rapidamente concluímos que a participação cidadã não se esgota no voto. E, por vezes, como já vimos, o próprio voto poderá não manifestar uma real participação que supere o mero cumprimento de uma obrigação cívica. Assim, o nível de comprometimento torna-se bastante superior quando se trata de engrossar uma organização sociopolítica. Contudo, quando as taxas de participação em eleições rondam valores cada vez mais baixos, cenários mais animadores no que toca ao associativismo tornam-se pouco expectáveis. Daí falar-se numa participação “selectiva”, ou seja, “não só o número dos cidadãos que participam politicamente é limitado, como alguns grupos participam menos do que outros”³⁹. A verdade é que, como afirmam os autores Gabriel Almond e Sidney Verba, “uma democracia em funcionamento necessita de cidadãos informados sobre temáticas políticas, empenhados activamente nelas e capazes de exercerem influência nas decisões públicas”⁴⁰.

Dado o vasto leque de condicionantes a ter em conta, perceber o fenómeno da participação política obriga a encarar o indivíduo ora como um peça isolada feita de razão e emoção, ora como parte de um todo sujeita a influências externas e contextuais. Daí Rokkan ter sintetizado algumas variáveis a ter em consideração: “os papéis do indivíduo nos seus ambientes vitais, as colectividades com as quais se identifica, as escolhas disponíveis na comunidade local a que pertence e as escolhas disponíveis enquanto sujeito de um sistema político nacional”⁴¹. Todavia, segundo alguns autores, nomeadamente Lipset, os efeitos advindos de todas estas possibilidades poderiam ser minimizados através da socialização sociopolítica, pois tanto os sistemas como as organizações políticas assumem um papel com inquestionável relevância na mobilização, já que apresentam diferentes níveis de elasticidade, diferentes graus de capacidade para se adaptarem a outras realidades: “A frequência das interacções com indivíduos em idênticas situações sócio-profissionais permite uma maior

³⁷“(…) who believed that civic participation was a cost; it was the price people had to pay for good government.”

³⁸ *ibid.* p. 37

³⁹ PORTA, 2003: 85

⁴⁰ *ibid.*, 88

⁴¹ PASQUINO, 2002: 51-52

consciencialização dos interesses comuns e, daí, uma maior propensão para a defesa colectiva desses mesmos interesses; logo, os indivíduos nestas situações tendem a participar mais na política. Pelo contrário, a desintegração sócio-profissional dos desempregados explicará a sua menor participação eleitoral. Por outro lado, a associação dos indivíduos em organizações profissionais (ordens, sindicatos, etc.), para a defesa dos respectivos interesses, funciona como elemento catalisador da participação eleitoral, até porque essas instituições funcionam como agências de socialização na participação”⁴². Embora possa parecer um pouco contraditório, também os partidos podem minimizar os efeitos resultantes de um nível de instrução mais baixo, assumindo um papel mobilizador, à semelhança de uma maior integração sócio-profissional que contribui para a maior participação dos indivíduos de meia-idade, nomeadamente com menos formação⁴³.

A par deste modelo sociológico, o modelo sociopsicológico coloca a ênfase nas atitudes políticas “(a informação política, o interesse pela política, a força da identificação partidária, etc.) para explicar as variações na participação política”⁴⁴, explica Campbell. Isto é, segundo autores como Campbell, Mayer e Perrineau, “as atitudes políticas são perspectivadas como a causa próxima do comportamento político-eleitoral, mediando o impacto dos determinantes sociais e da socialização política (primária e secundária). Nessa linha, Mayer e Perrineau mostram que indivíduos com baixo estatuto económico e educacional, mas com forte nível de informação e interesse pela política, participam mais do que indivíduos com elevado estatuto, mas com fraco nível de informação e interesse pela política”⁴⁵.

Também Milbrath avançou com uma explicação: “uma das proposições mais validadas das ciências sociais é que as pessoas próximas do centro recebem mais estímulos, que as abrem à participação, e mais apoio dos seus pares quando participam efectivamente”⁴⁶. A discussão gerou-se em torno do significado do conceito “centro” que acaba por reforçar as ideias já apresentadas: “(...) para muitos autores, o ‘centro’ de um sistema, do ponto de vista do estatuto sócio-económico, é constituído pelas pessoas e pelos grupos que dispõem de um nível elevado de rendimentos, têm instrução superior, desenvolvem uma actividade profissional não manual, controlam as suas

⁴² FREIRE, 2000: 119

⁴³ *ibid*, 120

⁴⁴ *ibid*, 121

⁴⁵ *ibidem*

⁴⁶ PASQUINO, 2002: 62

ocupações e pertencem a sectores sociais, linguísticos, religiosos e étnicos dominantes. Resumindo, estão situados perto do vértice da pirâmide social. O facto de terem uma maior participação política ficaria a dever-se essencialmente ao desejo de conservarem os recursos que têm à sua disposição, de manterem os seus privilégios”⁴⁷. Já Pizzorno, inaugurou um outro modelo também associado ao conceito de classe, o qual sustenta que “a participação política é tanto maior quanto maior (mais intensa, mais clara, mais exacta) for a consciência de classe”⁴⁸. Ainda nas suas palavras, estaremos perante uma tese circular: “a consciência de classe promove a participação política e, por sua vez, a participação política aumenta a consciência de classe”⁴⁹.

Para além de várias explicações se basearem nos factores ecológicos inerentes a cada sistema político e noutras condicionantes socioculturais, é apontado ainda um outro modelo, o “económico”, que, apesar de centrado na participação eleitoral, nos parece extensível à participação política em geral: este modelo assenta na ponderação de custos e benefícios, neste caso, de participar activamente na política. Olson dá contornos a uma teoria que, de certa forma, se sustenta na visão racional. Existem então três alicerces nesta teoria: “a) As motivações individuais; b) A relação entre agir individualmente e agir em grupo e, portanto, o papel dos grupos na participação política; c) A natureza e a importância dos benefícios ou dos incentivos, individuais e colectivos”⁵⁰. Ou seja, agir em grupo levanta muitas questões para o indivíduo que age racionalmente, isto porque o “agir colectivo” não significa obrigatoriamente que todos estejam a agir em prol do mesmo fim: “Na realidade, indivíduos racionais e inspirados pelo seu próprio interesse não se comportariam de modo a atingir o seu interesse comum ou de grupo, a menos que o número de elementos do grupo fosse pequeno, ou que se recorra a medidas coercivas ou de qualquer outro tipo com o escopo de levar os indivíduos a agirem no seu interesse comum”⁵¹.

Numa época de descredibilização da política, os benefícios outrora ponderados correm o risco de ficar ameaçados. Aliás, registando-se selectividade na participação política e verificando-se que a igualdade política tem algo de utópico, inaugura-se um ciclo difícil de quebrar: existindo um uso desigual das oportunidades de participação consoante o grupo social a que se pertença, também as decisões serão, à partida,

⁴⁷ *ibid*, 63

⁴⁸ *ibidem*

⁴⁹ *ibid*, 64

⁵⁰ *ibidem*

⁵¹ *ibid*, 73-74

influenciadas maioritariamente por determinados grupos sociais em detrimento de outros e tal pode contribuir para um maior afastamento das camadas com menos recursos. Ou seja, “os indivíduos e os grupos não atribuirão um carácter político às suas questões e a taxa de participação será, portanto, baixa ou nula. Quando, pelo contrário, crescer a consciência de que outros indivíduos e grupos influenciam e, por vezes, moldam, os destinos pessoais e colectivos, decidem a afectação dos recursos e se apropriam das oportunidades, quando surgirem empresários políticos, quando forem preparados canais de acesso e de influência política, então as questões assumirão um carácter político, voltar-se-ão para e contra os governantes, e a taxa de participação crescerá”⁵².

Hirschman aprofundou a análise das motivações pessoais e associou o seu estudo aos ciclos de envolvimento na participação política. Segundo este autor, tudo é motivado pela busca da felicidade: “A partir do momento em que o resultado e o objectivo da acção colectiva são por hábito um bem público à disposição de todos, a única maneira de um indivíduo poder aumentar as vantagens que ele mesmo retira da acção colectiva consiste em aumentar o seu próprio contributo, o seu esforço em prol da política pública que defende”⁵³. Acontece que essa presença na esfera pública exigirá investimento de tempo, recursos e energia. E, ao não dar lugar ao estado de felicidade procurado, instala-se um sentimento de frustração, inércia. A mesma pessoa poderá passar pelas diferentes fases ao longo da vida e, segundo Hirschman, a experiência será sempre frustrante porque “a participação na vida pública apenas oferece essa escolha entre o de mais e o de menos”⁵⁴.

Dada a relevância das motivações pessoais, os incentivos assumem então um papel fulcral. Contudo, estes terão que ser selectivos e diferenciados, pois só assim as organizações poderão mobilizar de formas distintas os eleitores e militantes, também eles incomparáveis entre si. Clark e Wilson chegaram a estipular a classificação desses mesmos incentivos: “materiais, de solidariedade e orientados para um objectivo”⁵⁵. Os incentivos materiais funcionam como “recompensas tangíveis que podem ir desde a atribuição pura e simples de dinheiro, por exemplo sob a forma de salários ou de

⁵² *ibid*, 57

⁵³ *ibid*, 74

⁵⁴ *ibid*, 75

⁵⁵ *ibidem*

reembolsos de despesas, até a serviços de assistência e a cargos nas organizações”⁵⁶. Já os incentivos de solidariedade “dirigem-se ao sentido de identidade entre membros de uma mesma organização, ao prestígio que deriva de fazerem parte dela, às relações de amizade que se estabelecem entre pares, e por aí adiante”⁵⁷. Quanto aos incentivos orientados para um objectivo, estes “dizem respeito, tal como os anteriores, a elementos intangíveis, muitas vezes de carácter ideal ou ideológico: conseguir objectivos elevados e gerais, tais como a transformação das relações sociais, a igualdade entre grupos ou a supremacia de uma raça, a criação de uma sociedade mais justa. Ao contrário dos incentivos de solidariedade, cujo aspecto principal é o sentimento de ‘estar juntos’, neste caso é o dinamismo das mudanças desejadas e compartilhadas que faz mover os participantes”⁵⁸. Ou seja, em tempos de difícil mobilização mas em que as possibilidades e mecanismos para o fazer se multiplicam, torna-se imprescindível procurar estes incentivos, desenvolvê-los, adaptá-los, rentabilizá-los. Chegar, de formas distintas, a públicos diversos é o grande desafio, nomeadamente para as estruturas partidárias.

Foram muitas as transformações que ocorreram em termos sociais, culturais e económicos. E a máquina política não ficou imune. Por um lado, aumentam os direitos e recursos dos cidadãos, por outro, também o aparelho político-administrativo assumiu novas obrigações – estas mudanças conduzem ao alargamento do âmbito de análise para perceber as diferenças nas taxas de politização (interesse + participação). Contudo, a explicação não é unívoca como já foi possível perceber. Esta envolverá factores derivados da “cultura política e da estrutura política do sistema e dos subsistemas em exame. Portanto, um reconhecimento adequado dos factores de politização das exigências e das necessidades sociais permite uma melhor compreensão do sistema sócio-político e, naturalmente, também da participação política”⁵⁹. E, efectivamente, são diversos os aspectos que podem fazer toda a diferença no momento de optar, ou não, por participar, inclusive, experiências passadas. Tudo poderá ser equacionado quando se trata de decidir se se opta, ou não, pelo envolvimento, sendo ponderadas causas e consequências.

⁵⁶ *ibid*, 76

⁵⁷ *ibidem*

⁵⁸ *ibidem*

⁵⁹ *ibid*, 57

Percebemos o quão intrínseca é a ligação entre o indivíduo e o acto de participar – este acto chega a acompanhar o cidadãos nas suas diversas fases da vida, mudando com ele. Para além do aspecto sociológico e socializador, a participação política tem ainda um outro lado: assume um papel importante no processo de construção da identidade. Bachrad acrescenta que “a noção de participação política respeita à ideia de autodesenvolvimento e auto-civismo, expressa acções voluntárias pelas quais os cidadãos visam ‘tomar parte, em pessoa, numa questão’, descobrindo, desta forma, o que são os seus verdadeiros interesses”⁶⁰. Nas palavras de Touraine, “a cultura democrática definir-se-á pela combinação da racionalidade, liberdade pessoal e identidade cultural (formada com base numa consciência colectiva partilhada), levando o sujeito a actuar activamente na construção democrática”⁶¹. Já na concepção de Almond e Verba, “a cultura política decorre do cruzamento de três tipos de orientações – cognitiva, afectiva e avaliativa – de uma população sobre o sistema político. Assim, a cultura democrática exprime os conhecimentos, sentimentos e valores dos indivíduos sobre a democracia e as exigências que esta lhes coloca ao nível da participação, das suas instituições e dos seus representantes”⁶². Não podemos ignorar que existe muito do indivíduo nas suas manifestações. Então, “se a construção da identidade é uma condição prévia da acção colectiva, constitui ao mesmo tempo um seu produto”⁶³, ou seja, a participação transforma o indivíduo fortalecendo ou enfraquecendo as suas crenças, valores, aliando-o a um “nós” que se opõe a um “eles”.

Aliás, uma vez centrados no indivíduo, poderemos ainda recordar, neste âmbito, estudos que tentaram encontrar respostas na genética, sendo que os resultados indicaram que esta “assume um papel importante na moldagem das atitudes políticas e ideologias mas um papel mais modesto na formação da identificação partidária”^{64 65} – os autores deste estudo chegam a alertar os cientistas políticos para a necessidade de incorporação “das influências genéticas, especificamente as interacções entre a hereditariedade

⁶⁰ MARTINS, 2004: 44

⁶¹ VARELA, 2009: 13

⁶² *ibid*, 13

⁶³ PORTA, 2003: 97

⁶⁴ “*The results indicate that genetics plays an important role in shaping political attitudes and ideologies but a more modest role in forming party identification (...)*”

⁶⁵ ALFORD et al, 2005: 153

genética e o ambiente social, no âmbito dos modelos de formação de atitude política”⁶⁶
⁶⁷.

Uma coisa é certa: são muitas as teorias em torno desta temática que une o indivíduo e a necessidade de participar. Tentemos então compreender o que leva um jovem a participar e a integrar esse comportamento na mais importante fase de socialização e de construção de uma identidade.

⁶⁶ “We conclude by urging political scientists to incorporate genetic influences, specifically interactions between genetic heritability and social environment, into models of political attitude formation.”

⁶⁷ *ibidem*

Capítulo 2 | A Participação Política e os Jovens

Como concluímos no capítulo anterior, o fenómeno da participação política desperta muitas interrogações e análises diversas. Quando analisado a partir dos jovens, a falta de consonância não deixa de marcar presença. Por um lado, a idade é factor explicativo em algumas das teses que apostam numa relação curvilínea com a participação política, por outro, a juventude é encarada como uma fase fulcral para a socialização política, sendo os jovens apontados como actores fundamentais na manutenção da mudança e da renovação, dada a maior predisposição para fazer de forma diferente, conhecer outras realidades, recorrer a novas ferramentas.

Assim, nas próximas páginas, tentaremos encontrar pontes entre teorias que podem ser mais complementares do que opostas.

Juventude: Uma breve análise

A complexidade da questão começa na definição de juventude. A pesquisa em torno da juventude oferece três abordagens para conceptualizar/encarar o termo: “como geração, um estágio de vida e como um grupo social”^{68 69}. Nas palavras de Bourdieu, “(...) a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos”⁷⁰, sendo a idade um “dado biológico socialmente manipulado e manipulável”⁷¹. Afinal de contas, o que é ser jovem e em que consiste a juventude?

Margulis diz tratar-se de “um período que combina maturação biológica e imaturidade social”⁷². Se olharmos da perspectiva sociológica, voltaremos a ser confrontados com uma questão: estamos perante uma realidade homogénea, descritível como uma cultura juvenil ou serão várias as realidades que se cruzam, dando lugar a um conjunto heterogéneo e difícil de caracterizar? Esta questão foi colocada por José Machado Pais, alertando-nos para a dificuldade que será uniformizar uma realidade tão fragmentada.

Portanto, há que começar por compreender a condição destes jovens cuja intervenção política se quer analisar: enquanto “realidade social historicamente

⁶⁸ “Youth research offers at least three approaches to conceptualise youth: as a generation, as a life stage and as a social group.”

⁶⁹ KOVACHEVA, 2005: 24

⁷⁰ CALIARI, 2009: 28

⁷¹ *ibid*, 28

⁷² *ibid*, 29

recente”⁷³, a juventude que hoje reconhecemos como tal deriva das “modernas sociedades industrializadas e escolarizadas”⁷⁴. Este termo traduz então “um hiato social que decorre entre a infância e a maturidade humana, entre a total dependência social e a emancipação que se alcança com a obtenção do estatuto social de adulto”⁷⁵. O ingresso na vida activa acaba por funcionar como o marco que determina o início da idade adulta, completando-se “(...) pela aquisição de uma autonomia social, que se corporiza pela emancipação não só económica, mas também habitacional da família de origem, com a constituição de agregado próprio, e pela aquisição de direitos e deveres cívicos. A juventude é, por isso, uma situação social intermédia, que medeia entre a capacidade social de emancipação e o seu efectivo exercício, de carácter temporário e transitório, em que a combinação de aspectos característicos, quer da dependência infantil quer da maturidade em perspectiva, lhe conferem também uma natureza híbrida”⁷⁶.

Isso significa que não existem balizas etárias universais que determinem o que é, exactamente, a juventude. Esta é antes determinada por condições socioculturais que se articulam com os tais critérios biológicos e etários. Charles E. Bidwell afirma que a juventude decorre “entre a maturidade física e a maturidade social”⁷⁷ – algo que não existia quando se assistia à total coincidência entre ambas, ou seja, na idade primitiva. Isto significa que foi a crescente complexificação da sociedade que impôs a necessidade da existência desta fase intermédia: “Com o avanço da modernização das sociedades, e correspondente complexificação do desempenho de funções sociais, tem-se vindo a assistir ao prolongamento da aprendizagem social ou socialização dos actores. São sobretudo as crescentes necessidades de qualificação e especialização ocupacionais que têm vindo a retardar progressivamente o ingresso na idade adulta, engrossando cada vez mais esse corpo social de aprendizes e de futuros ‘cidadãos’ que são os jovens. É nesse sentido que dizemos que o aparecimento da juventude é produto histórico do processo de industrialização tecnológica das sociedades e da escolarização de massas”⁷⁸.

Na perspectiva de Sedas Nunes, esta complexificação social justifica importantes mudanças ocorridas, inclusive, no que respeita ao papel assumido pelos mais jovens na sociedade, o qual ganhou uma importância sociocultural muito mais

⁷³ CRUZ et al, 1984: 285

⁷⁴ *ibid*, 285

⁷⁵ *ibidem*

⁷⁶ *ibid*, 285-286

⁷⁷ *ibid*, 286

⁷⁸ *ibid*, 286

elevada: “o progresso técnico e económico, por um lado, permitiu libertar ‘um número crescente de jovens, durante um número crescente de anos, da obrigação de trabalhar’, a que correspondeu, por outro lado, uma ‘difusão das instituições docentes de todos os graus e o alargamento dos períodos de aprendizagem escolar’. Aconteceu, além disso, que ‘um número crescente de famílias de todos os meios sociais operou como que uma centrifugação dos seus filhos’, que foram ‘irradiados dos ‘meios familiares’ para os ‘meios juvenis’”. Por sua vez, esta agregação dos jovens em meios sociais juvenis ‘actua como factor de multiplicação e propagação, entre os jovens, de ‘atitudes contestativas’ da sociedade”⁷⁹. Margaret Mead chegou a avaliar as mudanças que ocorreram nas relações de autoridade mantidas entre pais e filhos, concluindo que até essas sofreram uma inversão com importantes consequências, estando os últimos empossados de uma autoridade que não se verificava anteriormente: “Enquanto as sociedades primitivas derivam a sua autoridade do passado, e por isso os filhos aprendem fundamentalmente com os seus pais e com os detentores da tradição, as sociedades modernas, viradas para o futuro prefigurado nos jovens, tendem a conferir-lhes uma nova autoridade, obrigando os adultos a aprender com os filhos. A racionalização da vida social e económica tem feito efectivamente prevalecer o saber escolarizado sobre o ‘saber de experiência feito’ ou saber fundado na tradição”⁸⁰. E essas mudanças em contextos micro podem reflectir-se no funcionamento das próprias sociedades e das organizações.

Mas continuamos perante um conceito relativo. Leopold Rosenmayr alertou exactamente para esse aspecto, sublinhando que tudo depende da divisão etária do trabalho, ou seja, dos limites sociais e culturais que determinam o início e o fim da idade activa. Já Pierre Bourdieu chegou mesmo a afirmar que as divisões entre gerações são “arbitrárias” e que a fronteira entre velhice e juventude funciona como causa e resultado de luta. Se assim não fosse, ser-se-ia maturo para toda e qualquer acção a uma determinada idade. Isso não acontece: “A emancipação familiar, jurídica, política e outras, não só não coincidem; denunciando arbitrariedade de critérios, como flutuam de acordo com estratégias globais de luta social”⁸¹. É-se, ou não, jovem, dependendo sempre da função social em causa. A juventude apresenta-se como uma condição social, “isto é, uma situação de dependência e subordinação, caracterizada pela inexistência dos

⁷⁹ *ibid*, 286

⁸⁰ *ibid*. 287

⁸¹ *ibid*, 288

elementos que conferem a plenitude dos atributos da cidadania social”⁸². Daí Bourdieu considerar que “a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável”⁸³ e que “falar de jovem como de uma unidade social, de um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar esses interesses a uma idade definida biologicamente constitui já uma manipulação evidente”⁸⁴.

Conscientes da dificuldade em apostar em definições exactas que estabeleçam um intervalo etário, nomeadamente devido a fenómenos demográficos como o aumento da esperança média de vida, são vários os autores que apresentam a sua visão de juventude: Mannheim, Spósito e Carrano, Abramo, Dayrell, Novaes, Levi, Elbaum, Castro, Camacho, entre outros, “afirmam que dependendo do contexto, chega-se a uma ideia de juventude diferente, entrando na definição questões diversas, como classe social, local em que vive, grupo em que se insere, entre outros aspectos, tornando-se necessária a denominação juventudes”⁸⁵. Juventudes essas que constroem e integram universos algo opacos e impermeáveis à influência dos adultos e das instituições, dentro dos quais se constroem e crescem⁸⁶.

Para além da indefinição, existem ainda outros problemas contextuais que, segundo José Machado Pais, podem também contribuir para uma complexificação do fenómeno “juventude”: dificuldades em entrar no mercado de trabalho e em aceder à habitação, exigências crescentes no que toca à formação. Estes problemas, à semelhança da própria juventude, deverão, segundo Machado Pais, ser alvo de um questionamento metódico, de uma desconstrução, de uma desmistificação. Descreve-a então como “uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias económicas, sociais ou políticas, uma categoria sujeita a modificar-se ao longo do tempo”⁸⁷. E todas estas incertezas ganham um peso ainda maior por reconhecermos que essa condição de “juventude” está a sofrer intensas mudanças, como já referimos, fruto do cenário ainda recente de crise socioeconómica: são eles as principais vítimas do crescente desemprego, sentindo-se “marginalizados cada vez mais das estruturas e dos processos produtivos”⁸⁸. Contudo, estão integrados no circuito consumidor. A conjugação destas duas realidades implica o adiamento da emancipação, o reforço da

⁸² *ibid*, 289

⁸³ *ibid*, 288

⁸⁴ *ibidem*

⁸⁵ CALIARI, 2009: 58

⁸⁶ LEVINE, 2007: 76

⁸⁷ CALIARI, 2009: 31-32

⁸⁸ CRUZ et al, 1984: 306

sua subordinação - factor que reforça a conflitualidade inerente a esta camada socialmente construída e que poderá contribuir para o "desligamento" político.

E os jovens querem, ou não, saber de política?

As questões multiplicam-se quando o assunto em debate é este e os próprios investigadores, mesmo olhando para a realidade, não conseguem alcançar o consenso: “É este movimento paradoxal, por um lado, de expansão das formas e contextos de participação e, por outro, de descrença e desvalorização da política, que tem justificado a proliferação tanto da investigação como da intervenção da/na ‘cidadania activa’, redefinida para incluir tanto as formas mais convencionais de participação (como votar, militar num partido ou seguir os assuntos políticos), como as formas menos convencionais ou emergentes (como assinar uma petição online, comprar ou boicotar determinados produtos comerciais ou fazer ligações de conteúdos cívicos ou políticos numa página pessoal) (...).”⁸⁹.

Como também referem Wyn e White, estamos perante um paradoxo que passa por encontrar nos jovens a realidade do emprego precário e do aumento da contingência da vida social justaposta com a energia e o optimismo individualizados dos jovens, presentes na construção dos seus caminhos e identidades⁹⁰. Embora focado na Austrália, neste artigo de Rob White é ainda constatado que os últimos anos testemunharam “um intenso processo de individualização associado à fragmentação social e atomização acompanhada de políticas sociais e económicas neo-liberais”^{91 92}. Os jovens encontram, no seu dia-a-dia, uma competição constante que os faz crer num futuro nas suas mãos, em que os prós e contras têm que ser ponderados – a participação política assume-se como algo contraditório perante as prioridades definidas que comprovam a desvalorização da acção colectiva⁹³. Também Mische vai ao encontro desta visão, considerando que, “em contraste com os seus pais, que queriam mudar o mundo, a próxima geração está mais interessada em melhorar a própria vida... os jovens de hoje

⁸⁹FERNANDES-JESUS et al, 2012: 9

⁹⁰ WHITE, 2007, 65

⁹¹ “Recent years have witnessed an intense process of individuation associated with social fragmentation and atomization accompanying neo-liberal economic and social policies.”

⁹² *ibidem*

⁹³ *ibid*, 66

não se interessam por qualquer tipo de manifestação social. Vivem para resolver os seus projectos pessoais”⁹⁴.

Todavia, participar ou não participar, na visão de T. H. Marshall, tem efeitos mais profundos do que aqueles que conseguiríamos prever numa análise mais superficial: “De acordo com este conceito [cidadania], a participação dos jovens é vista como o problema do acesso dos jovens ao vasto leque de direitos civis, políticos e sociais numa dada comunidade. Os direitos cívicos, adquiridos gradualmente durante a juventude, e a transição para a cidadania civil, política e social produzem juntos o direito à participação completa em sociedade. É também sobre ‘pertencer’ a uma nação e ter a responsabilidade de contribuir para o seu bem-estar.”⁹⁵ ⁹⁶. Esta teoria de T. H. Marshall confere um carácter bastante mais activo à participação, assumindo a cidadania não como o resultado de uma passiva delegação de direitos sociais e responsabilidades, mas sim como uma apropriação activa, havendo, segundo Dewyer, uma ligação entre participação, a vontade/aptidão para tal e conceitos como inclusão e exclusão⁹⁷.

Não existindo, como já vimos, consonância na definição de “juventude”, esta continua ainda a ser olhada a partir de duas perspectivas distintas: a da unidade e a da diversidade, isto é, tratando-se de uma fase da vida ou sendo constituída por elementos caracterizados por diferentes atributos, conforme explica Machado Pais⁹⁸. Afinal de contas, falamos de indivíduos com um *background* que irá sempre diferenciá-los, envolvendo interdependências e uma história intergeracional⁹⁹. No artigo que já citámos, de Rob White, são inclusivamente estabelecidas relações entre essas diferentes juventudes e as modalidades de participação adoptadas: a classe média aparece associada ao activismo, à rebeldia não-violenta; os bairros tradicionais da classe trabalhadora e os subúrbios mais pobres raramente surgem ligados a este activismo. Em contrapartida, surgem associados a outros tipos de compromisso social que poderão espelhar-se em manifestações de uma dada cultura juvenil (danças de rua ou grafites) e

⁹⁴ GONÇALVES, 2009: 154

⁹⁵ “According to this concept, youth participation is seen as the problem of young people’s access to the wide range of civil, political and social rights in a given community. Citizenship rights, gradually acquired during youth, and the transition to civil, political and social citizenship together produce the right to full participation in society. It is also about ‘belonging’ to one’s nation and having the responsibility to contribute to its well-being.”

⁹⁶ KOVACHEVA, 2005: 22-23

⁹⁷ *ibid*, p. 23

⁹⁸ CALIARI, 2009: 35

⁹⁹ WHITE, 2007: 66-67

actividades juvenis – “É a política da vida do dia-a-dia que interessa” e o activismo, nestas situações, acaba por ser direccionado às entidades que representam a autoridade¹⁰⁰. A vivência partilhada de determinadas experiências, as predisposições psicológicas, os recursos políticos, a exposição à informação, a educação, as conexões sociais, a base material, os conhecimentos de natureza política, a forma como se encara a política - tratam-se de aspectos que, estando condicionados pela história e pelo contexto do jovem em questão, poderão fazer a diferença.

Chegamos rapidamente a uma conclusão: a juventude não pode ser encarada como apenas mais um grupo social. Autores como White, Bruce e Ritchie alertaram para o facto de ser aquele que mais facilmente encarará a política como “aborrecida e irrelevante para as suas vidas”¹⁰¹, Sinnott e Lyons sublinharam que são os que menos votam e Dalton e Kaase evidenciaram a sua maior predisposição para recorrer a mecanismos não convencionais de participação¹⁰². Norris e Muxel falam mesmo do afastamento dos jovens face às instituições democráticas e às formas de participação tradicionais, sendo que muitos defendem tratar-se de uma consequência derivada da desilusão sentida em relação à política, aos políticos, aos tradicionais atores sociais ou, segundo palavras de Naomi Klein, um sistema de poder centralizado¹⁰³. Aliás, Pippa Norris chega a realçar que, embora o desligamento político seja pensado como um fenómeno capaz de afectar qualquer cidadão, os jovens parecem nutrir um maior sentimento de desilusão, demonstrando uma maior tendência para a apatia e a alienação¹⁰⁴. Segundo o politólogo André Freire e corroborando as teorias que se alicerçam na pertença social, “‘em termos globais, os jovens participam menos na política’, não por desinteresse, mas porque o seu ‘grau de implicação nas polis’ é menor do que o de alguém que esteja totalmente integrado na sociedade, quer no mercado de trabalho, na vida familiar ou no pagamento de impostos. (...) os jovens são os que têm maiores razões de queixa em relação aos partidos e aos políticos. Isto do ponto de vista ‘do bem-estar que os partidos são capazes e devem por missão proporcionar à sociedade’.”¹⁰⁵.

¹⁰⁰ *ibid*, p. 67

¹⁰¹ “*It is young people who are most likely to see politics as boring and irrelevant to their lives.*”

¹⁰² KOVACHEVA, 2005: 22

¹⁰³ PLEYERS, 2005: 134

¹⁰⁴ NORRIS, 2004: 2

¹⁰⁵ CAMARÃO, Teresa, 2014: sem página

Foco de muitas políticas públicas e tantas vezes identificada como motor de acção e mudança, a juventude continua então a ser associada à apatia política. Num artigo de Sharon E. Jarvis, Lisa Montoya e Emily Mulvoy, o qual analisa o envolvimento político dos jovens trabalhadores e dos jovens estudantes (concluindo que os segundos são mais activos do que os primeiros), são mencionados alguns tipos de condicionantes que podem afectar a participação do indivíduo: recursos políticos (educação e capacidades cívicas); predisposição psicológica (socialização psicológica e interesse); conexão social (grupos e relações próximas); oportunidade política; e outras variáveis¹⁰⁶. Percebe-se então a vastidão do leque de peças em jogo sem que se possa assumir a existência de uma regra sem excepções. Não obstante a diversidade e corroborando algo já referido, também a realidade em constante mudança poderá condicionar a participação desta camada da sociedade que alguns autores dizem estar mais subjugada aos valores pós-materialistas, procurando as já mencionadas novas formas de participar na política.

A socialização, como já foi referido, será também uma peça crucial, pois trata-se do processo que permitirá a aquisição de capacidades para intervir no universo político, sendo, como sublinham Alwin, Cohen e Newcomb, algo contínuo e que acompanha as diversas fases da vida¹⁰⁷. Isto é, no contacto com o que o rodeia, nas mais diversas formas, o jovem poderá fazer a diferença e condicionar o envolvimento político e a afinidade partidária. Num estudo apresentado no artigo “Youth and Political Change”¹⁰⁸, ficou comprovada a elevada influência da família, à qual se segue a dos amigos e, por fim, a dos colegas de trabalho. Observou-se ainda que existe uma maior consonância entre pais e filhos quando os primeiros exercem um controlo mais moderado sobre os segundos. Outro factor que pode influenciar a escolha política está relacionado com a mobilidade social: quando se regista ascensão face à situação inicial, os jovens procurarão adoptar os comportamentos verificados nos grupos que passam a integrar; quando se verifica um movimento no sentido descendente, a tendência é para manter os comportamentos. Contudo, regista-se, em ambos os casos, que a ideologia não acompanha estas mudanças na íntegra. Como já havia sido mencionado, também o nível de educação assume um papel importante: os jovens com um nível mais elevado de instrução apresentam maior probabilidade de vir a assumir orientações políticas

¹⁰⁶ JARVIS et al, 2005: 12-13

¹⁰⁷ HOROWITZ, 2005: 83

¹⁰⁸ MACCOBY et, 1954: 39

distintas relativamente aos pais e de conseguirem justificá-lo ideologicamente. Tal não se verifica com igual probabilidade nas camadas menos instruídas: os jovens tendem a seguir os pais e a ter mais dificuldade em justificar ideologicamente as suas escolhas. Para além da obrigatória adaptação das teorias aos novos contextos sociais, a verdade é que se torna cada vez mais difícil isolar factores explicativos.

Assim, analisemos um estudo realizado em torno da realidade europeia - *European Social Survey* - referido no artigo "Os jovens e a cidadania política e social na Europa" de Pedro Moura Ferreira, o qual foi publicado numa obra datada de 2005: "Quase 3, em cada 10 jovens entrevistados, fazem parte de associações desportivas, ou seja, 27,2 %, e, bem abaixo, está a representatividade das associações sindicais com 12,9 %; culturais, com 11,9 %; religiosas, 10 %, grupos de idades ou de mulheres, 9,1 %; de consumidores ou automobilísticas, 8,9 %. Na base, reunindo interesses políticos, ambientais, profissionais e humanitários se encontram 5 %. Em último lugar, com menor índice de adesão entre os jovens, estão os partidos políticos, com 2,5 %"¹⁰⁹. De acordo com este estudo, as taxas mais elevadas de participação associativa pertenceriam à Suécia, Bélgica, à Irlanda e à Alemanha. Já a mais baixas registam-se no sul e leste europeu. Já países com índices acima da média de participação juvenil eram: "Alemanha, Suécia, Dinamarca, Áustria, Holanda, Finlândia, Noruega e Bélgica"¹¹⁰. No âmbito deste estudo, as causas explicativas para estes níveis mais elevados são atribuídas à "grande riqueza de capital social e de cultura cívica"¹¹¹. Em Portugal, segundo os dados de um Eurobarómetro sobre a participação política dos jovens, divulgado em Maio de 2013, "quando questionados sobre se considerariam apresentar-se como candidatos numa eleição política, em qualquer momento das suas vidas, 52% dos inquiridos respondeu que 'de certeza que não' e 26% disse que 'provavelmente não'. No total dos jovens cidadãos dos Estados-membros da União Europeia, a certeza de não querer fazer política ascende aos 79%. Só um em cada cinco afirmou que consideraria construir uma carreira política, nomeadamente através de candidatura a eleições (tanto nacionais como europeias)."¹¹². Num outro estudo levado a cabo, em 2008, pela Universidade Católica também se corroboram os baixos níveis de interesse, participação e envolvimento políticos dos portugueses quando comparados aos povos da mesma área geo-cultural, aproximando-se das democracias da Europa do Leste e

¹⁰⁹ FERREIRA, Pedro Moura citado em CALIARI, 2009: 92

¹¹⁰ CALIARI, 2009: 93

¹¹¹ *ibid*, 93

¹¹² NOVA, 2013: sem página

comprovando a teoria baseada nos efeitos do ciclo de vida por apresentar as fases “start-up” e “slow-down”. Contudo, no que respeita aos jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos, quando comparados com os mais velhos, “são raras as circunstâncias em que esses jovens adultos não exibem predisposições e comportamentos participativos semelhantes ou até mais elevados do que o resto da população activa”¹¹³, escapando aos últimos lugares quando comparados aos seus congéneres. Citando um outro estudo levado a cabo pelo Instituto de Ricerca, em 2001, “a participação política e social entre os jovens é considerada um problema na maioria dos países europeus ocidentais”^{114 115}. Já se avaliarmos as conclusões da Comissão Eleitoral Australiana, são indicados os seguintes factores como sendo explicativos do não envolvimento político dos mais jovens: “baixo nível de compreensão do sistema político ou do processo eleitoral”¹¹⁶; alienação face aos ‘agentes do poder’ – políticos, empresas e meios de comunicação; reduzida apreensão da relevância da política na vida do dia-a-dia (a vida continua, não importa quem está no poder); barreiras impostas pelo estilo de vida (por exemplo, estilo de vida itinerante, de viajante); burocracia associada ao envolvimento (o preenchimento de formulários); e a falta de crença/compreensão de que uma pessoa poderá fazer a diferença”^{117 118}.

As interpretações desta realidade também são diversas: Adsett fala em degradação, Putnam em declínio do capital social, Vrcan em despolitização, Tivadare Mrvar em vulnerabilidade social, Svyrenko em marginalização e Adnanes em anomia¹¹⁹. Norris afirma mesmo que o melhor cenário será tratar-se de “apatia” e o pior de “alienação”¹²⁰. Mas será realmente isso que se passa? Também num outro trabalho focado nos jovens britânicos, são apresentados dois motivos explicativos para a sua atitude política e que, ao mesmo tempo, os distingue das gerações anteriores: por um lado, os jovens da actualidade encaram, como já se referiu, um contexto marcado pelo risco e pela insegurança, têm assim menos tempo e disponibilidade para se dedicarem à

¹¹³ MAGALHÃES et al, 2008: 51

¹¹⁴ “A recent European report noted that limited political and societal participation among youth is considered a problem in most Western European countries (Istituto di Ricerca, 2001)”

¹¹⁵ O’NEILL, 2007: 3

¹¹⁶ HALLETT, 2007: 16

¹¹⁷ “Low level of understanding of the political system or the electoral process; Alienation from the ‘power brokers’ – politicians, business, the media; Little perceived relevance of politics to daily life (‘life goes on no matter who is in power’); Lifestyle barriers (eg itinerant/travelling liestyle); ‘Bureaucracy’ of enrolling (filling in forms); and Lack of belief/understanding that one person can make a difference.”

¹¹⁸ *ibidem*

¹¹⁹ KOVACHEVA, 2005: 19

¹²⁰ O’NEILL, 2007: 3

política, sendo que também essa mudou assumindo um carácter mais consumista, surgindo os partidos mais distantes e desprovidos de interacção; por outro lado, os jovens têm uma outra noção de política, procuram um outro modelo mais baseado na participação directa, na interacção. Muitos consideram que há uma “relação directa entre o real poder participativo dos jovens e a sua disponibilidade para se envolverem no processo político e nas políticas públicas”^{121 122}. Esta conclusão acaba por demonstrar que os jovens, embora diferentes, não são apáticos nem apolíticos, apenas procuram outra forma de fazer política. Neste mesmo artigo, chegam a ser caracterizados como “comprometidos cépticos” no que respeita à política dita “formal”¹²³.

A participação política, de acordo com alguns autores, altera valores e hábitos do indivíduo¹²⁴ e a fase da adolescência, antecedendo a adulta, será extremamente relevante na construção da identidade de qualquer um. Assim, em termos sociológicos e psicológicos, alguns teóricos (como Erikson) consideram a juventude como sendo a fase das decisões, da exploração e da consolidação da identidade¹²⁵: na perspectiva de Flanagan e Tucker, “desenvolver uma ideologia capacita o jovem para organizar e gerir o vasto leque de escolhas que o mundo apresenta. As ideologias políticas são formadas na adolescência quando os valores pessoais, as visões do mundo e as atribuições políticas aparecem altamente concordantes”^{126 127}. Assim e sendo esta uma fase mais plástica (conceito desenvolvido por Dewey), torna-se compreensível que mais facilmente sejam incutidos novos hábitos e comportamentos sociopolíticos, não podendo ser refutada a relevância das primeiras experiências: Mannheim também as destaca como sendo norteadoras de todas as posteriormente vividas, mesmo quando o futuro se adivinha na direcção contrária, de negação e decomposição¹²⁸. Na sua perspectiva, “o modo como a socialização política é vivenciada durante o período juvenil constitui uma referência para a articulação identitária de imaginários da geração

¹²¹ “Many of the articles and discussions in this publication suggest that there is a direct relation between the real participatory power of young people and their readiness to get involved in the political process and public policies.”

¹²² LAURITZEN, 2005: 5

¹²³ HENN et al, 2002: 186-187

¹²⁴ LEVINE, 2007: 70

¹²⁵ FLANAGAN, 2008: 1

¹²⁶ “Developing and ideology enables youth to organize and manage the vast array of choices the world presents. Political ideologies are forming in adolescence when personal values, world views, and political attributions appear to be highly concordant.”

¹²⁷ *ibidem*

¹²⁸ TAMAYO, 2011: 123

que, enquanto imagem de um ‘nós’ na história, fundamentam e justificam o accionar dos sujeitos”^{129 130}.

A verdade é que, na década de 60, o jovem destacou-se como figura de relevo na mobilização social e política. Mannheim, uma vez citado, chega a definir a juventude como uma fonte de renovação social, sendo que “não é progressista nem reaccionária por natureza, tendo sim um potencial sempre pronto para qualquer renovação (...). O factor especial que torna o adolescente num dos elementos mais importantes em qualquer renovação da sociedade é o facto de que o adolescente não aceita a ordem social como um dado adquirido e não tem interesses nem espirituais, nem económicos”^{131 132}. Ainda segundo o mesmo autor, o jovem desperta para estas questões de natureza política quando se torna capaz de interpretar e acompanhar as notícias e quando abandona o ambiente protegido de natureza familiar, sendo que essa fase ocorre em diferentes idades, dependendo do contexto em que o jovem se encontre integrado¹³³ - questão já abordada e que, inclusivamente, se identificou como possível justificação do cenário actual de desinteresse político. Mannheim, a par de outros autores já nomeados, também considera que essas primeiras experiências dificilmente poderão ser esquecidas, pois influenciarão fortemente o crescimento e a atitude do cidadão. Além disso, considera-se que as próprias instituições têm vindo a valorizar e a incentivar, cada vez mais, o envolvimento deste grupo, registando-se a relevância do seu papel na inovação das estruturas¹³⁴.

Assim, não esquecendo a natureza social da participação e partindo da célebre expressão de Pareto que considera a História “um cemitério de aristocracias”, há que não negar a necessária “circulação de elites”, conceito também desenvolvido pelo autor embora contando com outros contributos como o de Mosca ou de Michels. A renovação, embora lenta e subtil, assume-se imprescindível e inevitável perante o cariz mutável dos próprios fenómenos sociais. Mannheim entende que o fenómeno biológico

¹²⁹“(…) el modo en que lasocialización política vivenciada durante el período juvenil constituye una referencia para laarticulaciónidentitaria de imaginarios de generación que, en tanto imagen de un ‘nosotros’ en la historia, fundamentan y justifican el accionar de los sujetos (…)”

¹³⁰ *ibid*, 134

¹³¹“(…) no es progresiva ni reaccionaria por naturaleza, sino una potencialidad dispuesta siempre a toda renovación... El factor especial que hace del adolescente uno de los elementos más importantes en toda renovación de las sociedades es el hecho de que ese adolescente no acepta el orden social establecido como algo dado por supuesto y que no tenga intereses adquiridos ni en su orden espiritual ni en lo económico”

¹³² *ibid*, 126

¹³³ LEVINE, 2007: 70

¹³⁴ FORBIG, 2005: 13

da geração, altamente condicionado pela etapa da juventude enquanto período decisivo no que respeita à interpretação do mundo¹³⁵, “vive-se histórica e socialmente, sugerindo questões que vão além do factor biológico. Portanto, define o geracional como um ‘problema sociológico’, subtraindo-se o carácter de chave-mestra para entender uma história a um ritmo predeterminado, mas valorizando-se, em troca, a sua importância como perspectiva que conecta as idades e sucessões biológicas com a conflituosa construção cultural e social na história”^{136 137}.

A busca do reforço da identidade individual

Segundo investigação de James Youniss e Daniel Hart que compilaram diversos estudos longitudinais que acompanham o desenvolvimento dos jovens na idade adulta, o padrão demonstra que aqueles que participam na política intervieram em assuntos da comunidade ou assumiram papéis de liderança entre os 15 e os 22 anos apresentam maior probabilidade de virem a estar envolvidos entre os 30 e os 50 anos¹³⁸. Mas como se caracteriza essa participação? Entre análises mais ou menos optimistas, mais ou menos cépticas, Anne Muxel afirma que, de facto, “observa-se uma mudança nos interesses dos jovens e nas formas de participação política ao longo do tempo”¹³⁹. Os investigadores mais ligados ao estudo da juventude, chegam a estabelecer três formas básicas de participação: envolvimento em instituições políticas, actividades de protesto e compromisso cívico¹⁴⁰. Em todas elas consideram ter surgido novos mecanismos de participação. Siurala fala em tipos pós-modernos de participação¹⁴¹, uma vez que considera ser difícil estabelecer distinções entre velhos e novos mecanismos de participação. Os “modernos” corresponderão aos de natureza representativa ou directa, abrangendo todas as variantes; os “pós-modernos” coincidirão com os “emergentes e

¹³⁵ TAMAYO, 2011: 136

¹³⁶ “(...) se vive histórica y socialmente, sugiriendo con ello interrogantes que desbordan el dato biológico. Por lo anterior, su mirada apuesta por definir lo generacional como un «problema sociológico», restándole el carácter de llave maestra para la comprensión de una historia enmarcablee nun ritmo predeterminado, pero valorando en cambio su importancia como perspectiva que conecta las edades y sucesiones biológicas con la conflictiva construcción de cultura y órdenes sociales en la historia”.

¹³⁷ *ibid*, 123

¹³⁸ LEVINE, 2007: 72

¹³⁹ CALDEIRA, 2008: 17

¹⁴⁰ KOVACHEVA, 2005: 24

¹⁴¹ *ibidem*

futuros”, envolvendo os “expressivos, emocionais, estéticos, casuais, virtuais e digitais”¹⁴². Na sua visão, ambos deverão ser valorizados.¹⁴³

É também relevante sublinhar que os jovens tendem a debruçar-se sobre outros temas, também eles de natureza política¹⁴⁴, de acordo com autores como Iacovou, Berthoud e Machacek, devido a fenómenos como a crescente individualização, nomeadamente na Europa, os jovens acabam por se afastar da acção colectiva e desistir de integrar organizações com actividades rotineiras e uma militância formalizada. Além disso, a falta de financiamento, a baixa visibilidade e a reduzida cooperação do terceiro sector são outros factores apontados por Roker e Eden como motivadores da procura de estruturas de participação mais flexíveis e informais¹⁴⁵. Na visão de Inglehart, Stolle, Hooghe e Micheletti, os jovens procuram opções em que a hierarquia e a burocracia não tenham um peso tão elevado e daí a internet ter vindo a assumir um papel tão relevante¹⁴⁶.

Segundo um estudo levado a cabo no Reino Unido, “enquanto apenas 10 % dos jovens com idades entre os 15 e os 24 anos fizeram parte de uma actividade política offline, três vezes mais fizeram algo político na Internet”^{147 148}. Nos Estados Unidos, segundo uma análise de Pew, a realidade é semelhante: “38 % dos indivíduos com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos de idade disseram expressar a sua opinião online”^{149 150}. Dietlind Stolle e outros chegaram a uma conclusão semelhante ao assinalarem que “as novas formas de envolvimento online são muito mais flexíveis. A adesão é provisória e não claramente definida. Pode não haver líderes oficiais: o governo é horizontal em vez de vertical. Estes grupos tendem a focar-se em questões

¹⁴² “Siurala (2000) has discussed the difficulties involved in distinguishing between ‘old’ and ‘new’ forms of political participation, preferring to use the terms ‘modern’ and ‘post-modern’. Siurala defines ‘modern’ forms of participation as ‘representative participation and direct participation with all their variants, such as NGO-based structures, comanagement, youth parliaments, school councils, youth hearings, demonstrations, etc.’ (Siurala 2000: 1). He defines ‘post-modern’ or ‘emergent and future’ forms of participation as ‘the various types of expressive, emotional, aesthetic, casual, virtual and digital participation’ (Siurala 2000: 1). Siurala argues that it is important to value both emergent and more established forms of participation.”

¹⁴³ GRIFFIN, 2005: 153

¹⁴⁴ *ibidem*

¹⁴⁵ KOVACHEVA, 2005: 25

¹⁴⁶ *ibid*, 27

¹⁴⁷ “(...) while only 10 per cent of 15- to – 24-years-olds in the UK took part in any form of political activity offline, three times that many did something political on the Internet. (...)”

¹⁴⁸ COULDRY et al, 2007: 32

¹⁴⁹ “In the US too, 38 per cent of 12-to 17-years-olds said they go online to express their opinion (Pew, 2001) (...).”

¹⁵⁰ *ibidem*

pessoais e de estilo de vida em vez das políticas formais. Eles mobilizam pessoas esporádica e espontaneamente e permitem a saída fácil. Finalmente, como Stolle reparou, ‘as novas formas de participação são potencialmente menos colectivas e orientadas para o grupo’^{151 152}. Stanyer, Vromen e Gelber assinalam também que estes mecanismos não-tradicionais são mais rápidos, exigem menos compromissos e são úteis para a expressão de pontos de vista¹⁵³. Poderemos associar esta “forma de estar” à inserção numa sociedade que se caracteriza como sendo veloz, volátil e de informação. Já Putnam, no que concerne a mudanças contextuais, refere o “aumento do individualismo, o isolamento social e o declínio do capital social”¹⁵⁴ – factores anteriormente referidos neste trabalho - como realidades justificativas das alterações registadas ao nível do envolvimento e compromisso políticos, nomeadamente entre os mais jovens. No mesmo sentido, DelliCarpini considera que “o envolvimento cívico passou a definir-se como uma experiência individual”, faltando “a consciencialização da conexão entre os problemas individuais e isolados que estas acções [acções individuais] pretendem resolver e um mundo maior das políticas públicas”^{155 156}.

Norris, apesar da cautela que não deixa de reforçar, também defende que a natureza da participação tem mudado entre as gerações mais jovens, “o aumento da sofisticação política e da mobilização cognitiva significaram que as formas alternativas de participação e envolvimento têm vindo a tornar-se as preferidas dos mais jovens, em parte porque as formas tradicionais fornecem pouco no que toca ao impacto nos resultados políticos”^{157 158}. Através do estudo que apresenta num dos seus artigos, conclui-se que os jovens demonstram uma maior probabilidade de virem a integrar movimentos/acções políticas orientados para uma causa, “sugerindo uma persistente

¹⁵¹ “As Dietlind and her colleagues note, the new forms of online engagement are much looser. Membership is provisional and not clearly defined. There may be no official leaders: governance is horizontal rather than vertical. These groups tend to focus on personal and lifestyle issues rather than formal politics. They mobilize people sporadically and spontaneously and allow easy exit. Finally, as Stolle notes, the ‘new forms of participation are potentially less collective and group-oriented (...)’.”

¹⁵² LEVINE, 2007: 95

¹⁵³ VROMEN, 2007: 134

¹⁵⁴ O’NEILL, 2007: 20

¹⁵⁵ “Similarly, DelliCaprini suggests that ‘civic engagement has become defined as the one-on-one experience of working in a soup kitchen, cleaning trash from a local a local river, or tutoring a child once a week. What is missing is an awareness of the connection between the individual, isolated ‘problems’ these actions are intended to address and the larger world of public policy.’”

¹⁵⁶ *ibidem*

¹⁵⁷ “For Norris, increasing political sophistication and cognitive mobilization have meant that alternative forms of participation and engagement have become the preference of younger generations, in part because the traditional forms provide little in the way of direct impact on political outcomes.”

¹⁵⁸ *ibid*, 21

mudança geracional, com importantes implicações para a democracia representativa”¹⁵⁹
¹⁶⁰. Concluindo que os cidadãos de meia-idade tendem mais a integrar os movimentos tradicionais, tais como partidos e grupos religiosos, Norris assinala ainda que, embora não esteja evidente no estudo presente, outros levam a crer que se ultrapassa o hiato geracional graças ao envolvimento dos mais jovens nos novos movimentos sociais em prol de interesses humanitários e ambientalistas^{161 162}. Aliás, Norris termina o seu artigo afirmando que “as energias políticas entre a geração mais jovem em sociedades pós-industriais se diversificaram e fluíram através de activismo orientado para a causa, ao invés de simplesmente declinar em apatia. (...) múltiplos canais contemporâneos de participação cívica, mobilização e expressão surgiram nas sociedades pós-industriais para complementar os modos tradicionais.”^{163 164}. Uma pesquisa desenvolvida no Reino Unido reforça esta mesma ideia, dando conta que os cidadãos procuram novas formas individualistas de acção¹⁶⁵.

Numa época que se diz, então, de informação, alguns autores defendem que este carácter individualista requer uma adaptação do próprio sistema político de forma a dar resposta a essas exigências que marcam a actualidade¹⁶⁶. E “(...) a Internet não é, ainda, ‘a resposta’ para o desligamento dos jovens, embora possa suportar o desenvolvimento das capacidades e da literacia requeridas para o envolvimento”^{167 168}. De acordo com a perspectiva de autores como Wenger, as actividades offline poderão “revelar-se mais eficazes do que a construção de sites que (...) terão dificuldades em alcançar a maioria

¹⁵⁹ “*Yet at the same time younger people are more likely than their parents and grandparents to engage in cause-oriented political action, contrary to the thesis of youth apathy. A broadly linear pattern is found among successive cohorts in every type of European society, suggesting a persistent generational shift, with important implications for representative democracy.*”

¹⁶⁰ NORRIS, 2003: 16

¹⁶¹ “*Many previous studies also suggest that the generation gap is reversed with younger people more engaged with new social movements concerned with environmental or humanitarian issues, but the limited evidence presented in this study did not substantiate this proposition.*”

¹⁶² *ibid*, 17

¹⁶³ “*Therefore the comparison suggests that the political energies among the younger generation in postindustrial societies have diversified and flowed through cause-oriented activism, rather than simply ebbed away into apathy. Evidence in this report indicates that multiple contemporary channels of civic engagement, mobilization and expression have emerged in postindustrial societies to supplement traditional modes. How far this represents a broader cultural shift from the politics of loyalties towards the politics of choice is an issue raising important challenges for the future of representative democracy in Europe.*”

¹⁶⁴ *ibidem*

¹⁶⁵ O’NEILL, 2007: 20

¹⁶⁶ COLEMAN et al, 2007: 47

¹⁶⁷ “*(...) the internet is not, yet, ‘the answer’ to young people’s disengagement, though it may support the development of the skills and literacies required for engagement.*”

¹⁶⁸ COULDRY et al, 2007: 32

ou, mais importante, em conectar essa maioria com os que têm poder sobre suas vidas de uma maneira que os próprios jovens julguem eficaz e consequente”^{169 170}.

No âmbito da análise desta temática que se interrelaciona com os novos media, nomeadamente com a internet, existem muitas interrogações. Assim, fica uma certeza: é preciso analisar o nível de difusão destes novos media, nomeadamente da internet, entre os mais jovens e qual o uso que fazem destas ferramentas, de forma a ser possível “medir o potencial democratizante para o uso da internet e para a participação política”^{171 172}. Joerg Forbrig sublinha, num artigo da sua autoria, um paradoxo: ao mesmo tempo que parecem existir mais “arenas” capazes de proporcionar a participação dos jovens, são muitos os que lamentam o baixo nível de envolvimento político destas gerações. Ainda segundo o autor, os pessimistas defenderão que tal facto compromete o futuro da democracia. Já os mais optimistas salientarão uma ideia já aqui mencionada: os mecanismos de participação estão a mudar, dando origem a novas formas de integrar o cenário político¹⁷³. A verdade é que, também na perspectiva de Janice Tirelli Ponte de Sousa, o jovem procura o reconhecimento da sua individualidade. Assim, fazer política não poderá implicar abafar a identidade, deverá sim significar a integração de cada um sem anular as suas especificidades¹⁷⁴. As instituições, outrora firmes e intocáveis, revelam agora fragilidades, os jovens mudaram, o seu estilo de vida é outro, marcado também por um contexto socioeconómico distinto que deixa espaço para novas normas, valores, interesses ou preocupações, os desafios a que estão sujeitos ao longo das diferentes etapas do ciclo de vida também são outros e até as ferramentas ao seu alcance eram, em tempos, desconhecidas. Ferramentas como os novos media que cativam por permitirem que cada um seja detentor de uma voz com acesso directo a quem a quisesse ouvir.

Concluimos então que é necessária alguma moderação no optimismo, pois a tecnologia, associada a muitas das novas formas de participação surgidas, embora

¹⁶⁹ “This may prove more effective than building websites which, though they will engage a few, will struggle to reach the majority or, more important, to connect that majority to those with power over their lives in a manner that young people themselves judge effective and consequential”.

¹⁷⁰ *ibidem*

¹⁷¹ “This suggests that particular attention needs to be paid to how diffused internet use is among young people and what it is they use the internet for to be able to gauge the democratizing potential for internet use and for political participation in general.”

¹⁷² VROMEN, 2007: 134

¹⁷³ FORBIG, 2005: 7

¹⁷⁴ *ibid*, 17

inaugure um “novo tipo de diálogo democrático”^{175 176}, por si só não poderá resolver todos os problemas, exigindo-se também “uma mudança profunda política e educacional”¹⁷⁷. Como sublinhou Lawy e Biesta, ““(…) é uma responsabilidade que se estende a toda a sociedade””^{178 179}. Afinal de contas, “Toda a gente na política deseja a participação dos jovens – mas no quê exactamente? (...) Se a tal participação está a falhar, não há necessidade de espalhar o pânico moral acerca dos jovens e da sua distância face às políticas públicas. A participação dos jovens já não sairá barata; tem que ser ganha no contexto de uma real oferta para partilhar o poder”^{180 181}. Vejamos mais sobre isso.

¹⁷⁵ “Parliament is one such context where ICT promises to play an increasingly prominent role in facilitating a new kind of democratic dialogue.”

¹⁷⁶ FERGUSON, 2007: 165

¹⁷⁷ SELWYN, 2007: 142

¹⁷⁸ “As Lawy and Biesta (2006: 47) conclude, ‘responsibility for citizenship should not be confined to schools and colleges, nor should it rest with teachers or the structuring of the curriculum. It is a responsibility that extends to society at large’.”

¹⁷⁹ *ibidem*

¹⁸⁰ “Everybody in politics desires the participation of the young – but in what exactly? (...) It is true that youth participation is crucial to overcome apathy in political process – but honest policy, at grass-roots level, can do this job even better. If such participation is lacking, there is no need to spread moral panic about the young and their distance from public policies. Youth participations does not come cheap any more; it has to be won in the context of a real offer to share power.”

¹⁸¹ LAURITZEN, 2005: 5

Capítulo 3 | A Participação política, os Jovens e os Partidos

Entre os órgãos com poder de decisão e os cidadãos que representam, os partidos políticos são um dos agentes que preenchem aquele espaço em que se busca a proximidade: “Os partidos surgem como um elemento importante de ‘ponte’ entre o Estado e a Sociedade – seja dos governados para os governantes, numa dinâmica de baixo para cima, mas também de cima para baixo (dos governantes para os governados), na medida em que ajudam a ‘informar, educar e influenciar a opinião pública’”¹⁸², conforme explica Hague. Também Pitkin considerou que os partidos têm um “papel fundamental nas democracias representativas enquanto agentes de intermediação, fazendo com que a preferência dos eleitores seja expressa na acção dos governantes”¹⁸³. As juventudes, enquanto parte da máquina partidária, partilharão esse objectivo que é agregar interesses e transformar as “demandas específicas dos diversos agentes em propostas coerentes e integradas”¹⁸⁴, restringindo o público-alvo e procurando integrar os cidadãos mais novos, inclusivamente aqueles ainda não abrangidos pelo direito ao voto.

Partidos e respectivas juventudes partidárias compõem assim uma peça essencial do puzzle democrático, pois, apesar da quebra irrefutável registada nos níveis de participação, nomeadamente na de cariz eleitoral, como nos explica Kelsen, “sem partidos, a democracia não é possível, uma vez que o pluralismo se exprime por meio de organizações estáveis, duradouras e disseminadas que se chamam, precisamente, partidos”¹⁸⁵. Ou ainda, como afirma Schattschneider, citado por Wattenberg, “a democracia moderna é impensável sem partidos políticos”¹⁸⁶. E, como sublinha Marco Lisi, “a partir dos anos 90, o aumento do cepticismo em relação aos partidos não impediu que houvesse um crescente interesse em relação a estes actores políticos”¹⁸⁷.

Pensar em política é pensar em partidos. Um conceito vive do outro, alimentam-se mutuamente. Resta uma dúvida: até quando será assim?

¹⁸² JALALI, 2007: 78

¹⁸³ LISI, 2011: 11

¹⁸⁴ JALALI, 2007: 78

¹⁸⁵ PASQUINO, 2002: 179

¹⁸⁶ JALALI, 2007: 78

¹⁸⁷ LISI, 2011: 7

O que se passou e o que se vai passando

Considera-se que, “ainda que a expressão já antes fosse utilizada, apenas se pode começar a falar de ‘partidos políticos’ quando a política moderna se configura em termos de participação, eleitoral e alargada, quando se torna competitiva e quando os cargos de representação e de governo passam a ser atribuídos através da consulta eleitoral”¹⁸⁸. Contudo, muitos foram os autores que arriscaram uma definição do conceito. Por exemplo, Max Weber definiu os partidos políticos como associações baseadas na “adesão (formalmente) livre, constituídas com o objectivo de atribuir aos seus chefes uma posição de poder no seio de um grupo social e aos seus militantes activos possibilidades (ideais ou materiais) para a consecução de fins objectivos ou de vantagens pessoais, ou ambos juntos”¹⁸⁹. Os partidos, enquanto associações orientadas para influenciar e conquistar o poder, de acordo com Weber, distinguem-se das classes e das camadas, pois as primeiras estão relacionadas com a “ordenação económica” e as segundas com o “ordenamento social”. Já os partidos, pertencem à esfera do “poder”, ou seja, estão ligados à “possibilidade que um homem ou uma pluralidade de homens possui de impor a sua vontade numa acção de comunidade, mesmo contra a resistência de outros indivíduos participantes nessa acção”¹⁹⁰. Já na perspectiva de Giovanni Sartori, “um partido é qualquer grupo político identificado por uma designação oficial que se apresenta às eleições e é capaz de colocar, através de eleições (livres ou não), candidatos em cargos políticos”¹⁹¹. Definiu ainda determinadas características que ajudarão a classificar uma dada organização como partido: esta deverá ser “dotada de estruturas que permitam a participação dos seus inscritos”, estar “em condições de formular um programa de políticas públicas”, poder “perdurar para além de um acto eleitoral”¹⁹².

A verdade é que “(...) os partidos constituem organizações de criação bastante recente. São organizações tão importantes quanto controversas. A própria definição de partido não é fácil de encontrar (...)”¹⁹³, como já tivemos oportunidade de verificar. Começa-se a falar em partidos políticos quando a política moderna ganha contornos de competitividade, quando os cargos representativos e governativos passam a depender da

¹⁸⁸ PASQUINO, 2002: 153

¹⁸⁹ PORTA, 2003: 150

¹⁹⁰ *ibidem*

¹⁹¹ PASQUINO, 2002: 154

¹⁹² *ibidem*

¹⁹³ *ibidem*

consulta eleitoral. No contexto das democracias ocidentais, os partidos conseguem mais ou menos destaque na condução da sociedade a partir da conquista de cargos electivos. Inserido neste contexto, Anthony Downs define partido político como “um ‘conjunto de pessoas que procura obter o controlo do aparelho governativo na sequência de eleições regulares’”¹⁹⁴.

Tentando agregar interesses, como evidenciou Ware, o partido político funciona como um mediador essencial ao funcionamento da democracia: “nenhum grande país livre está privado deles. Ninguém demonstrou como um governo representativo pode funcionar sem eles. Os partidos criam a ordem a partir do caos de uma multidão de eleitores”¹⁹⁵, apontou ainda Lorde James Bryce. E. E. Schattschneider chegou mesmo a afirmar que “os partidos políticos criaram a democracia”¹⁹⁶, referindo-se principalmente “ao papel histórico dos mesmos na expansão da participação dos cidadãos”¹⁹⁷. Mais próximos da realidade dos cidadãos, funcionarão como projectores dos anseios e necessidades, pois só assim conseguirão suscitar a identificação e reunir apoio nas urnas. Por ser assim, convidam ao empenho em formas de participação mais exigentes, garantindo uma função de irrefutável relevância: socialização política. Como já vimos, o capital social provoca no indivíduo o desejo de integrar associações que pretendam unir esforços em prol de uma causa comum. E, por assim ser, assumem-se como os canais preferenciais de selecção da elite governativa. Tal torna-se visível principalmente com as alterações operacionalizadas no seio da sociedade, isto é, quando surge uma “estrutura estável organizativa de massas”, quando se promove a “profissionalização da política” e os partidos assumem a “função de integração social”¹⁹⁸. Algo evidente, nomeadamente a partir o final do século XIX, quando surgem os partidos de massas. De acordo com Weber, para conquistar as massas tornou-se necessário “dar vida a um enorme aparelho de grupos de aspecto democrático, constituindo em todos os bairros citadinos um grupo eleitoral, (...) e empreendendo uma burocratização total e rigorosa: aumentavam cada vez mais os funcionários empregados com pagamento”¹⁹⁹.

¹⁹⁴ PORTA, 2003: 150

¹⁹⁵ *ibid*, 151

¹⁹⁶ DALTON, Russell J. et al, 2003: 312

¹⁹⁷ *ibidem*

¹⁹⁸ PORTA, 2003: 155

¹⁹⁹ *ibid*, 156

Se partirmos da etimologia, concluímos que o termo “partido” apresenta dois sentidos principais: o primeiro, segundo Duverger e estando relacionado com a diferenciação de funções que ocorre nas sociedades modernas que buscam a especialização, “indica a formação de grupos organizados para a conquista e exercício do poder (...). Trata-se, portanto, de divisões, ‘fracções’ da sociedade que lutam entre si na tentativa de terem o monopólio sobre as decisões colectivas vinculativas para a sociedade”²⁰⁰; o segundo sentido caminha na direcção oposta sem, no entanto, anular o primeiro, pois “ao mesmo tempo que criam divisões, os partidos também são capazes de inspirar um sentimento de partilha e de comunidade, funcionando como elementos aglutinadores no seio da sociedade civil²⁰¹”. Ou seja, criando identidades colectivas, institucionalizam elementos diferenciadores, distintivos, os partidos assumem-se como “instrumentos fundamentais para a participação e influenciam as atitudes através da identificação que se cria internamente. São estas duas dimensões – interna vs. externa, cooperativa vs. competitiva – que constituem a essência dos partidos”²⁰². Recuperemos então a definição clássica da autoria de Max Weber: “os partidos (...) são, na sua mais ínfima essência, organizações livremente criadas e que pretendem fazer um recrutamento livre”, sendo o seu fim “a procura de votos em eleições para cargos políticos”²⁰³.

Embora as definições aqui apresentadas possam ainda corresponder à realidade que conhecemos, não podemos deixar de salientar que partidos têm vindo a procurar reinventar-se devido às inúmeras e visíveis mudanças ocorridas no contexto sociopolítico e na caracterização do eleitorado. Não podemos ignorar que os partidos habitam um meio de concorrência e competição: procuram eleitores e, como disse Anthony Downs com alguma ironia, “os partidos formulam propostas políticas para vencer eleições; não procuram vencer eleições para realizar propostas políticas”²⁰⁴ – alguns autores chegam a falar de “empresários políticos” porque, efectivamente, eles “colocam os seus produtos no mercado da política, onde existem eleitores-consumidores insatisfeitos e disponíveis”²⁰⁵.

²⁰⁰ *ibid*, 7-8

²⁰¹ *ibidem*

²⁰² *ibid*, 8

²⁰³ PASQUINO, 2002: 154

²⁰⁴ *ibid*, 164

²⁰⁵ *ibidem*

Torna-se assim mais simples compreender a relevância do estudo das juventudes partidárias enquanto base de sustento à renovação da elite dirigente, sendo que essa renovação está “estritamente relacionada com a transformação dos partidos”²⁰⁶ que pode acontecer em função de aspectos internos ou externos por se tratar de uma entidade socialmente activa e conectada com o resto do contexto que integra, seja este de natureza política ou não.

Partidos e Participação: Identificação e filiação partidárias

As formas de participação e a sua relevância social dependerão sempre do que caracteriza o cenário em que ocorrem e das prioridades definidas. Daí, Huntington ter defendido não ser possível “estabelecer uma hierarquia de importância das formas de participação nem atribuir-lhe significados qualitativos superiores ou inferiores a cada uma”²⁰⁷. Por esta diversidade, Huntington considera que a participação não deverá ser assumida como “uma variável homogênea, mas como um conceito abrangente, uma espécie de rótulo que serve para embalar um conjunto de variáveis em que cada uma se ajusta à noção principal e que, ao mesmo tempo, apresenta causas e consequências diferentes”²⁰⁸. Além disso, também não se poderá menosprezar o facto de a própria valorização das diferentes formas de participação, tal como da sua utilização, poder sofrer variações, sendo “influenciada pelo quadro de valores que sustentam as diferentes concepções de democracia, bem como pelas concepções sobre o papel do indivíduo na realização do ideal democrático”²⁰⁹. Bobbio, neste âmbito, deixou inclusivamente bem claro que, a seu ver, “a importância da participação política não depende da quantidade de formas que podem ser praticadas mas da extensão em que os cidadãos as exercem”²¹⁰, estando assim também em jogo a intensidade e a facilidade de recurso²¹¹.

Já havíamos percebido, no primeiro capítulo, que a análise de uma realidade como a da participação política obrigará a uma enorme flexibilidade, pois são inúmeras as manifestações do fenómeno e ainda mais as definições e perspectivas desenvolvidas em torno dele. A verdade é que grande parte dos estudos foca-se no voto. Contudo, apesar de Huntington defender que todas apresentam igual nível de relevância e “de se

²⁰⁶ *ibidem*

²⁰⁷ MARTINS, 2004: 256

²⁰⁸ *ibid*, 257

²⁰⁹ *ibidem*

²¹⁰ *ibidem*

²¹¹ *ibidem*

reconhecer um nível mínimo de participação corporizada no voto, o recurso sistemático a esta forma não é suficiente para a realização plena do ideal do cidadão participativo, que exige um conjunto amplo de possibilidade de intervenção política de tipo convencional e de tipo não convencional”²¹². Segundo o 109º artigo da Constituição da República Portuguesa, “a participação directa e activa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos”. Como já tivemos oportunidade de assinalar, os partidos também assumem um papel importante enquanto veículos insubstituíveis de participação para os cidadãos (a primeira das três categorias de funções estipuladas por Dalton e Wattenberg: funções dirigidas ao eleitorado, enquanto organizações ou como aparelhos do governo²¹³).

No âmbito dos estudos que se debruçam sobre a participação política e a relação entre eleitores e partidos, a variável “identificação partidária” assume especial relevância. Segundo Dalton, a medida da identificação partidária “decorre de uma abordagem individualista, que destaca a ligação dos indivíduos às organizações partidárias, evidenciando o seu grau de vitalidade como instituições de governo e aferindo, também, de forma directa, o grau de apoio público aos partidos e, de forma indirecta, o grau de legitimidade de um sistema democrático baseado na intervenção partidária”²¹⁴. Conforme complementa Eldersveld, “a medida de identificação partidária assume, como pressuposto, que os partidos ainda constituem, nos modernos sistemas políticos, os principais canais de ligação aos eleitores, ao mesmo tempo que é através deles que muitos destes cidadãos se envolvem na política”²¹⁵. Considerada um instrumento de análise do comportamento eleitoral ou do voto, Campbell encontrou na “identificação partidária” o conceito para “caracterizar as orientações afectivas dos indivíduos dirigidas aos partidos, que podem persistir sem a existência de um reconhecimento legal, por referência à filiação, ou mesmo sem um padrão consistente de apoio”²¹⁶.

Falamos então de um conceito que “traduz um conjunto de manifestações (atitudes e comportamentos, tais como o nível de informação política, o sentido de

²¹² *ibid*, 257-258

²¹³ MARTINS, 2004: 526

²¹⁴ *ibid*, 526-527

²¹⁵ *ibid*, 527

²¹⁶ *ibidem*

dever cívico, o grau de interesse pela política, o sentido de eficácia política) que podem expressar múltiplos processos de ligação aos partidos e que podem variar numa escala de intensidade”²¹⁷. Uma ligação que se manifesta através de indicadores como a “lealdade partidária”, a “persistência de voto”, a “simpatia partidária”. Diferindo, como refere Thomassen, na direcção e na intensidade, Campbell acolheu a relação causal estabelecida entre o sentido da identificação partidária e o envolvimento político dos cidadãos, acreditando-se que, quanto mais forte for essa identificação, mais provável será o envolvimento político-partidário. Contudo, Campbell não deixou de realçar que, mesmo no que respeita à decisão de voto, é possível verificar desvios por acção de factores conjunturais²¹⁸.

Apesar de todas as interrogações e das possíveis interferências externas, os resultados dos estudos realizados nos EUA e na Europa não contradizem que a propensão para a participação política e para a estabilidade das preferências eleitorais aumentam à medida que o sentimento de identificação partidária é mais intenso²¹⁹. Todavia, recorrendo à visão de Butler e Stokes e como já foi salientado ao se alertar para a relevância dos factores conjunturais, é urgente não menosprezar que “o sentido de identificação partidária não constitui uma variável independente. Antes depende de factores sociais e políticos, e de factores de natureza psicológica, destacando-se, entre outros, os efeitos da socialização política, das experiências de juventude e da idade adulta, do contexto político nacional e internacional e do clima social”²²⁰.

Neste universo de conceitos, também será relevante explorar o de “filiação partidária” que corresponderá à formalização da ligação de um cidadão a um partido, “no sentido em que se torna membro de uma organização política, estando sujeito às regras do seu funcionamento”²²¹. Epstein considera “que tanto pode remeter para uma ligação activa a um partido – geralmente entendida como militância – como para uma simples adesão às suas ideias ou aos programas ou pode mesmo reflectir um posicionamento de mero espectador”²²². Já Rokkan, assinala que “a relação activa dos cidadãos com os partidos pode não passar pela condição de filiação, preferindo aqueles, em muitos casos, o envolvimento em actividades de campanha eleitoral ou contributos

²¹⁷ *ibidem*

²¹⁸ *ibid*, 527-528

²¹⁹ *ibid*, 528

²²⁰ *ibid*, 529

²²¹ *ibid*, 531

²²² *ibid*, 534-535

financeiros à pertença formal aos partidos”²²³. Daí também Campbell sublinhar a dificuldade de estabelecer, com rigor, a relação entre “identificação partidária” e “filiação partidária”. Todavia, poder-se-á estabelecer que “filiação” corresponderá à “relação formal, independentemente do grau em que cada um participa nas actividades partidárias” e que “identificação” dirá respeito a “atitudes e a sentimentos que originam comportamentos não pautados por exigências ou relações formais”²²⁴. Kaase acrescentou que tratar-se-á de “distinguir entre uma identificação partidária traduzida na adesão formal (membership) e uma identificação expressa numa relação de simpatia (partisanship), sendo que a primeira reflecte uma relação bidireccional e tangível com os partidos, reportando-se a segunda a uma ligação unidireccional e intangível”²²⁵. Também Ranney encontra suporte para a sua perspectiva no carácter bidireccional da relação que se estabelece através da filiação: “(...) a noção de filiação partidária respeita não a alguém que simplesmente se identifica com um partido ou o apoia, mas implica uma relação formal patente na condição de membro de uma instituição. Assim, o filiado assume obrigações para com a organização e, ao mesmo tempo, desfruta de direitos como os que lhes garantem o acesso ao processo de decisão. Em síntese, trata-se de uma relação que envolve obrigações e privilégios”²²⁶.

À primeira vista, poderia parecer linear a relação entre a “filiação partidária” e “mais participação”. Mas, na verdade, é aqui que nascem muitas dúvidas. De um lado, encontramos a tese defendida por autores como Blondel que “considera que a filiação partidária não constitui um sinal de participação política, mas significa meramente uma associação ténue aos partidos”, reflectindo, “prioritariamente, uma atitude e muito menos um comportamento ou uma promessa de participação” e levando a concluir que “a pertença a um partido, no sentido formal, não significa necessariamente um envolvimento activo na vida política”²²⁷; do outro encontramos abordagens que admitem uma participação mais intensa por parte dos cidadãos filiados ou simpatizantes, salvaguardando, no entanto, a existência de diferentes níveis – uma perspectiva avançada por autores como Ranney, “ao assinalar que de entre o conjunto de filiados de um determinado partido, alguns destacam-se pela participação mais intensa, patente na maior identificação com os objectivos partidários, pela dedicação

²²³ *ibid*, 535

²²⁴ *ibidem*

²²⁵ *ibidem*

²²⁶ *ibid*, 527-531

²²⁷ *ibid*, 532

permanente aos assuntos políticos e pela intervenção directa nas acções realizadas pelos partidos”²²⁸. De acordo com esta última visão, aqueles que participam mais intensamente corresponderão aos “activistas ou militantes”, assumindo-se como “uma espécie de políticos semi-profissionais, dado que a sua acção não se pode identificar com a dos dirigentes ou funcionários partidários”²²⁹. Ainda no âmbito desta abordagem e embora o autor tenha tido em consideração partidos de massas, parece-nos interessante fazer referência à categorização inaugurada por Duverger: “(...) no círculo maior situam-se os eleitores, categoria facilmente mensurável, uma vez que exprime uma relação de voto num determinado partido. No círculo intermédio, surgem os simpatizantes, noção vaga e complexa, já que estes são ‘mais do que eleitores e menos do que adeptos’. Para Duverger, o conceito de simpatia partidária admite o reconhecimento de uma preferência política que pode assumir vários comportamentos (...) sem expressar uma ligação formal nem o cumprimento de deveres específicos. (...) No terceiro ciclo encontram-se os adeptos/filiados que, do ponto de vista da participação, são mais do que simpatizantes e menos do que militantes. Os adeptos caracterizam-se pela relação formal de filiação, ‘fornecem nomes num registo e um pouco de dinheiro nas caixas’ (...). Por último, no círculo mais reduzido, encontram-se os militantes, noção que à semelhança da anterior também não é de fácil operacionalização”²³⁰. Apesar das dúvidas e das excepções, enquanto instrumento de participação e via de acesso a tantos outros, a filiação partidária pode, também segundo Maor, desdobrar-se em inúmeras formas e ainda ser encarada como um indicador de activismo político, pois “admite que, enquanto forma de participação de natureza individual, induz, por regra, a um envolvimento mais intenso na vida política, patente no maior interesse na procura e no consumo de informação política (...), na acrescida participação em actividades de campanha eleitoral ou referendária e na maior propensão para o financiamento directo e indirecto da vida partidária”²³¹.

A pouca nitidez das fronteiras entre conceitos dificulta o estudo das relações desenvolvidas entre cidadãos e partidos. Os próprios estudos, como já tivemos oportunidade de ilustrar, apresentam conclusões contraditórias: “(...) embora alguns estudos demonstrem que a maioria dos filiados são pouco activos na vida dos respectivos partidos, outros confirmam a tese de que, apesar da diminuta participação,

²²⁸ *ibidem*

²²⁹ *ibidem*

²³⁰ *ibid*, 532-533

²³¹ *ibid*, 537

os filiados diferem do comum dos eleitores em matéria de participação”²³². De qualquer forma, fica a certeza da necessidade de análise da filiação partidária “como uma forma de participação, independentemente da intensidade do seu uso e do seu significado na vida interna dos partidos”²³³. A filiação representará, por um lado, um alicerce “directo e observável” dos partidos, do seu funcionamento e das respectivas lideranças e, por outro, assumir-se-á como um sustentáculo indirecto do funcionamento estável do sistema de partidos. E, para além disso, Maor sublinha uma outra faceta da filiação: mais do que apoio, este vínculo poderá funcionar como um “mecanismo de expressão de exigências”²³⁴, sendo que os filiados esperam determinadas respostas dos partidos e do próprio sistema. Nesse sentido, o autor acredita que nem quando falamos de filiação estaremos perante uma participação “sem custos. Isto porque, para a maior parte dos partidos, a participação dos membros requer o acesso a determinadas instituições do aparelho governativo e administrativo, facto que obriga os partidos a ter que garantir a distribuição de recompensas como incentivo ou prémio à participação, em particular no que respeita aos membros mais activos”²³⁵. Ou seja, a entrada e a manutenção da permanência neste universo pode implicar a garantia de uma percepção de ascensão, de recompensa. É neste contexto que Strom encaixa o seu “modelo de trocas”, na medida em que assistimos a uma “lógica de transacções” que obriga os partidos a angariar os “recursos necessários à distribuição de recompensas às organizações partidárias extraparlamentares, aos apoiantes e até mesmo aos que já exercem funções públicas”²³⁶, a qual se baseia num “interesse mútuo”²³⁷. Como já referimos, se o filiado pode procurar aceder a mecanismos de controlo dos partidos, estas organizações pretendem assegurar o “contributo activo dos filiados, como apoio ao esforço requerido aos partidos para conquistar os órgãos electivos”²³⁸.

Não poderemos negar que os partidos correspondem a instrumentos essenciais de mobilização, mediação e participação. E Ware, aparentando contrariar ideia de irrelevância dos filiados, chega a distinguir dois tipos de funções desempenhadas por aqueles que formalizam o seu apoio: funções instrumentais que, de acordo com Scarrow, coincidem com “apoio eleitoral e financeiro”, recrutamento e mobilização;

²³² *ibid*, 535-536

²³³ *ibid*. 536

²³⁴ *ibid*, 538

²³⁵ *ibid*, 538

²³⁶ *ibidem*

²³⁷ *ibid*, 539

²³⁸ *ibidem*

funções de carácter “simbólico” que, segundo Pizzorno, dizem respeito à “difusão dos valores e dos ideais”, funcionando como garantia de uma “maior legitimidade dentro da sociedade civil”²³⁹. Todavia e apesar da importância destes agentes, diversos estudos desenvolvidos nos últimos anos comprovam a diminuição constante da filiação partidária, bem como a crescente desmobilização dos cidadãos em relação aos partidos políticos. Diminuindo o número de militantes, dado o surgimento de formas de participação menos convencionais e as mudanças estruturais na sociedade²⁴⁰, diminuirá também a capacidade representativa do partido. Contudo, conforme foi sublinhado por Duverger e Kirchheimer, para além do critério quantitativo, há que ter em consideração a natureza dessa filiação, devendo ser analisados os papéis e funções dos militantes, bem como os laços que os unem aos partidos. Alguns autores contrariam ainda o facto de estes dados de natureza quantitativa poderem traduzir perda de força dos partidos.²⁴¹

Em tom de conclusão deste subcapítulo e dada a diversidade de abordagens despertada pelo conceito “filiação partidária”, apresenta-se um quadro integrado na obra “Participação política e Democracia”, de Manuel Meirinho Martins, que, partindo da perspectiva funcionalista, estabelece os diferentes objectivos e dimensões de análise da filiação partidária²⁴²:

	Funções	Exemplos
Capacidades dos sistemas políticos	Regulação	Regras de exercício de qualidade de filiado (...).
	Extracção	Capacidade de os partidos arregimentarem apoio às suas actividades, com base na acção dos filiados (...).
	Distribuição	Modo como os partidos actuam do ponto de vista da introdução de mecanismos internos e externos que promovam a participação dos filiados.
Funções de conversão	Expressão de interesses	Formas e graus de envolvimento nas actividades partidárias (...), defesa de determinadas posições políticas, defesa de interesses de certos grupos, apoio a reformas políticas.
	Admissão de interesses	Participação em campanhas eleitorais, participação eleitoral, financiamento das actividades correntes e das actividades eleitorais.
	Funções governamentais	Apoio manifesto ou latente ao exercício das funções governamentais por parte dos partidos.
Funções de adaptação	Socialização política	Actividades de mobilização política dos eleitores para o voto; recrutamento de membros e de militantes; formação de quadros; enquadramento dos eleitos.

²³⁹ LISI, 2011: 73

²⁴⁰ *ibid*, 112

²⁴¹ *ibid*, 74

²⁴² MARTINS, 2004: 539

	Recrutamento	Disponibilidade para concorrer e para exercer cargos políticos; exercício de cargos nas estruturas internas dos partidos.
	Comunicação	Divulgação de informação (...).

É realmente vasto o leque de possibilidades que se abre com a exploração da realidade da filiação partidária. Algumas das opções apontadas, nomeadamente as enquadradas no sector “funções de adaptação”, serão relacionáveis, mais à frente neste trabalho, com a institucionalização das juventudes partidárias, pois nestas organizações encontramos a representação do processo de socialização na etapa de vida que, como já vimos, maior flexibilidade oferece. Além disso, não poderemos ainda esquecer algumas ideias analisadas neste subcapítulo e que ajudam a compreender como um cargo pode representar uma recompensa, cuja manutenção dará lugar a uma carreira construída na esfera política.

A manutenção da elite

O recrutamento visará promover a integração dos seleccionados num grupo que corresponderá à elite. Trata-se então de um processo essencial à manutenção da continuidade, um seguro de vida assente, muitas vezes, numa passagem de testemunho a quem cresceu num contexto capaz de moldar os alicerces que suportarão a carreira. Assim sendo, estando em jogo a sua renovação geracional, “as elites políticas gastam recursos consideráveis em actividades de recrutamento. As pesquisas existentes geralmente concluem que essas actividades são eficazes, mas também sugerem que as elites políticas recrutam estrategicamente”²⁴³ ²⁴⁴. Isto é, “(...) as elites mobilizam aqueles que acreditam que é provável que sejam os seus apoiantes, que estejam bem colocados em redes sociais porque são mais fáceis de alcançar e porque podem mobilizar outras pessoas no âmbito das suas redes, os que mais provavelmente responderão e que, se o fizerem, vão responder de forma eficaz. (...) No entanto, a parte de informação mais prontamente disponível e relevante que eles poderão utilizar é a participação no passado. A participação registada é relevante, uma vez que indica que o indivíduo tinha os recursos e a motivação para realizar um ato político (...), portanto,

²⁴³ “Political elites spend considerable resources on recruitment activities. Existing research generally concludes that these activities are effective but also suggests that political elites recruit strategically.”

²⁴⁴ ABRAMSON et al, 2001: 905

tem o potencial de responder favoravelmente a um pedido para realizar um ato político similar”^{245 246}.

Esta elite, embora actualmente encontre a sua legitimidade, maioritariamente, no sucesso alcançado, dificilmente conseguirá negar os mecanismos de legitimação tradicionais como, por exemplo, o passado da pessoa em causa²⁴⁷. Dentro dos próprios partidos, existe uma clara separação entre quem dita a selecção e quem ambiciona ser indicado, isto é, dentro do próprio partido, assistimos a distinções e ao estabelecimento de diferentes níveis de acesso ao *backstage* partidário: “Estudar a selecção de candidatos remete à necessidade de observar a distribuição do poder dentro do partido, poder este que está manifestado de maneira formal pelo estatuto do partido, mas também como decorrência da acção e trâmites internos pelos seus principais expoentes”²⁴⁸. Esses procedimentos de selecção terão impacto futuro²⁴⁹. Associados aos procedimentos estarão então os incentivos, os quais serão distribuídos pelos responsáveis por seleccionar os candidatos. Segundo Panebianco, falamos de dois tipos de incentivos: os colectivos associados à comunhão de valores, de uma ideologia e, conseqüentemente, de uma identidade; e os selectivos que acabam por procurar suscitar o interesse individual. Perante estas conclusões, compreendemos o que Tsebelis pretende transmitir quando descreve o partido como um “composto de regras, jogadores e acção institucional”²⁵⁰, tornando-se simples construir a ligação entre as duas estruturas: “As organizações juvenis do partido que contam com o apoio do ‘partido-pai’, recursos e motivação para seguir uma estratégia de recrutamento activo são mais propensas a ter sucesso do que aquelas que não podem recorrer a esse apoio”^{251 252}.

Desta forma, muitos iniciam o percurso nestas infra-estruturas direccionadas aos mais jovens (algo que analisaremos mais à frente) e àqueles cujo objectivo passa então

²⁴⁵ “(...) mobilization is strategic. In particular, elites mobilize those who they believe are likely to be their supporters, who are well placed in social networks because they are easier to reach and because they may mobilize others in their networks, those who are likely to respond and, if they do so, will respond effectively. (...) However, the most readily available and relevant piece of information that elites could use to recruit strategically is past participation. Past participation is relevant since it indicates that the individual had the resources and motivation to perform a particular political act in the past and therefore has the potential to favorably respond to a request to undertake a similar political act.”

²⁴⁶ *ibid*, 907

²⁴⁷ SELIGMAN, 1964: 624-625

²⁴⁸ MARQUES, 2010: 126

²⁴⁹ *ibid*, 125-127

²⁵⁰ *ibid*, 130

²⁵¹ “(...) those party youth organisations which have the parent-party support, resources and motivation to pursue an active recruitment strategy are more likely to succeed than those which do not.”

²⁵² LAMB, 2002: 136

por, dentro do próprio partido, conseguirem ascender, em função de incentivos de natureza selectiva - a estes últimos Panebianco atribui a designação de “carreiristas”. Segundo Fleisher, uma vez que o partido consiste numa “organização que produz líderes associativos (que ocupam cargos internos) e líderes públicos”, percebe-se que a selecção interna resulta de outra selecção, que é a dos seleccionáveis, ou seja, daqueles que detêm o capital político para escolher os candidatos”. Isto é, os partidos representam um “sistema de filtragem de candidatos em que mecanismos de selecção são postos em prática, através da máquina partidária, funcionando dentro de um esquema burocrático próprio”²⁵³. Compreende-se que “as interferências na carreira política, no âmbito do recrutamento de potenciais seleccionáveis para a arena de disputa electiva, são bem mais amplas do que as partidárias, no sentido institucional, em detrimento de todo o contexto social prévio ao filtro partidário”²⁵⁴. Aliás, o recrutamento acabará por reflectir a sociedade, as suas prioridades e valores: “A complexificação que marcou a evolução dos regimes democráticos trouxe mais relevância à temática da representação”²⁵⁵. Todavia, também o padrão que define o recrutamento das elites terá reflexos na sociedade em que se enquadra: “O recrutamento é, portanto, uma função central de qualquer sistema político, e os processos de recrutamento são um bom indicador dos valores e da distribuição da selecção ou atribuição de posições específicas de elite”^{256 257}, garantindo ainda a repartição da influência política.

No que diz respeito ao caminho a percorrer até ao poder, este também varia consoante o tipo de sociedade de que estejamos a falar. Nas mais tradicionais, esse percurso depende de factores como o parentesco e a idade, sendo a antiguidade um argumento pesado no momento da distribuição de cargos. Já nas sociedades mais modernas do ocidente existe uma clara distinção entre o político puro que, normalmente, advém do partido, vive da política, e aquele que ali chega através de outros caminhos ocupacionais e para quem a política assume um papel de “part-

²⁵³ MARQUES, 2010: 131

²⁵⁴ *ibid*, 132

²⁵⁵ PIRES, 2010: 2

²⁵⁶ *"Recruitment is therefore a central function of any political system, and the processes of recruitment are a good indicator of the values and distribution of selection or assignment to specific elite positions. Recruitment is, therefore, a central function of any political system, and the processes of recruitment measure and distribution of political influence."*

²⁵⁷ SELIGMAN, 1964: 612

time”²⁵⁸. “Um aumento na diversidade de caminhos para o poder é uma marca do pluralismo do sistema”²⁵⁹ ²⁶⁰e a mobilidade/circulação assume-se como um indicador importante “de mudança e estabilidade do sistema”²⁶¹. Na visão de Pareto, numa sociedade caracterizada por uma mobilidade social verdadeiramente desprovida de restrições, as elites seriam compostas pelos indivíduos “mais talentosos e merecedores”²⁶². A elite corresponderia aos que, assumindo localizações estratégicas em organizações ou movimentos, poderiam influenciar os “outputs” políticos²⁶³.

Actualmente, “a integração da elite é facilitada pela socialização dos políticos e pela profissionalização da política. Os políticos derivam de um fundo cultural e social comum. Como a política é cada vez mais a preocupação de um corpo de especialistas qualificados em administração, negociação, propaganda e tecnologia, o político amador perde importância. O político ocidental associa-se cada vez mais a outros profissionais - cientistas, especialistas, jornalistas profissionais, lobistas, etc.”²⁶⁴ ²⁶⁵. Isto é, a profissionalização, embora contribua para a criação de um contexto mais isolado, mais complexo e impermeável, diferenciado e difícil de aceder, por outro lado cria estruturas mais definidas, ágeis, eficazes e eficientes no âmbito do recrutamento, tornando-se mais simples perceber o caminho a percorrer.

A garantia da manutenção da elite reside, em grande parte, na sua representatividade simbólica e funcional. Assegurar essa representatividade não é uma tarefa fácil e, curiosamente, um dos grupos que encontra maior dificuldade em alcançar cargos públicos electivos são os elementos mais jovens que encontram fortes restrições²⁶⁶. Contudo, por outro lado, “o recrutamento de candidatos políticos é uma função básica dos partidos políticos: um partido que não consegue atrair e depois nomear candidatos renuncia à sua oportunidade elementar de poder. (...) Dois estados podem ser distinguidos convenientemente no processo de recrutamento. A certificação

²⁵⁸ SELIGMAN, 1964: 621

²⁵⁹ “An increase in the diversity of paths to power is a mark of the pluralism of the system.”

²⁶⁰ *ibidem*

²⁶¹ *ibidem*

²⁶² HIGLEY, sem ano: 1

²⁶³ *ibid*, 3

²⁶⁴ “Elite integration is facilitated by the socialization of politicians, and the professionalization of politics. Politicians derive from common cultural and social background. As politics is increasingly the preoccupation of a corps of skilled experts in administration, bargaining, propaganda, and technology, the amateur politician declines in importance. The western politician increasingly associates with other professionals - scientists, experts, professional journalists, lobbyists, etc.. The political milieu is a community of skill, governed by unwritten codes and characterized by devotion to techniques.”

²⁶⁵ SELIGMAN, 1964: 624

²⁶⁶ *ibid*, 621-622

inclui a triagem social e a canalização política que resulta em elegibilidade para a candidatura, enquanto a selecção inclui a escolha real de candidatos para representar os partidos nas eleições gerais”^{267 268}.

Assim, “em qualquer sistema político, os papéis políticos devem ser definidos, preenchidos e desocupados”, sendo o recrutamento da elite descrito como um “processo através do qual isto ocorre. 'A função de recrutamento político começa no que a função de socialização política geral deixa de fora (...).' Para os próprios actores, o recrutamento envolve dois processos: (1) a transformação de papéis não-políticos em elegibilidade para cargos políticos influentes, e (2) a atribuição e selecção de pessoas para cargos políticos específicos”^{269 270}. Falamos de um processo de produção e acaba por ser possível pensar os líderes partidários como empresas, isto de acordo com autores como Fronlich, Oppenheimer e Young, Salisbury. Estes “empresários”, mais politizados que o votante comum, vão mudando, ora devido à natural circulação, ora dado o surgimento de novos partidos, ora, quiçá, devido a novas “tendências” no “mercado” político, sendo certo que se constata uma tentativa de satisfação dos interesses dos partidos: “(...) os líderes tendem a ser recrutados das fileiras de oficiais do partido e activistas, que foram auto-seleccionados com base em motivação política”^{271 272}.

Uma gestão difícil, sendo que, como assinalou André Freire no seu artigo sobre “A profissionalização política dos deputados portugueses”, “os processos de modernização política passam sobretudo por um crescendo de diferenciação do sistema político face às outras esferas sociais. Ou seja, passam por uma crescente autonomia (...) face à sociedade envolvente, seja através da criação de normas próprias para regular as suas actividades, seja pela profissionalização dos seus membros”²⁷³. Contudo,

²⁶⁷ *"The recruitment of political candidates is a basic function of political parties: a party that cannot attract and then nominate candidates surrenders its elemental opportunity for power. Two states may conveniently be distinguished in the process of recruitment. Certification includes the social screening and political channeling that results in eligibility for candidacy, while selection includes the actual choice of candidates to represent parties in the general elections. selection is at the focus of the contest for power within parties (...)."*

²⁶⁸ SELIGMAN, 1961: 77

²⁶⁹ *"In any political system, political roles must be defined, filled and vacated. Elite recruitment refers to the process whereby such 'staffing' takes place. The political recruitment function takes up where the general political socialization function leaves off (...). For the actors themselves, recruitment embraces two processes: (1) the transformation from non-political roles to eligibility for influential political roles, and (2) the assignment and selection of people for specific political roles."*

²⁷⁰ SELIGMAN, 1964: 612

²⁷¹ *"This is because leaders tend to be recruited from the ranks of party officers and activists, who have been self-selected on the basis of policy motivation."*

²⁷² STROM, 1990: 574

²⁷³ FREIRE, 2001: 27

embora tratando-se de um indicador de modernização, a profissionalização das carreiras políticas (o que Max Weber dizia ser “viver de e para a política”), como já havíamos salientado, representará “um certo fechamento do acesso às carreiras políticas e, por isso, colide com o ideal de incrementar as possibilidades de participação e a abertura do acesso aos cargos políticos”²⁷⁴.

As mudanças socioeconómicas também tiveram importantes e irrefutáveis impactos no modo de se fazer política, de estar na política. Algo que se torna evidente ao repararmos que, a partir do momento em que surgem estes partidos de massas, em que os direitos políticos ficam ao alcance de todos, a profissionalização torna-se essencial, isto porque, para além de representar um filtro, “aqueles que não têm rendimentos próprios quando entram na política não podem permitir-se viver sem obter recursos da sua actividade e, se se dedicam à política como devoção, necessitam de extrair dela os fundos de sobrevivência”²⁷⁵. Segundo Pasquino, “forma-se assim uma classe política, ou seja, um grupo de pessoas – normalmente pertencentes a partidos políticos e eleitos nas instituições representativas – que fazem da política a sua profissão”²⁷⁶. Assiste-se ao surgimento de uma nova figura, o político profissional, e constata-se a diferença estipulada por Weber entre viver “para” a política e viver “da” política, ou seja, “quem vive ‘para’ a política fá-lo no sentido intrínseco da sua ‘razão de vida’: desfruta da posse do poder que exerce ou alimenta o seu equilíbrio interno e a consciência de si com a consciência de atribuir um sentido à própria vida ao serviço de uma ‘causa’. Nesse sentido intrínseco, todo o homem sério que viva para uma causa também vive dela. Portanto, a referência diz respeito a um aspecto muito mais substancial da situação, ou seja, o económico. ‘Da’ política como profissão vive quem aspira a torná-la uma fonte de receita durável, enquanto ‘para’ a política vive aquele a quem isso não acontece”²⁷⁷.

E assim somos novamente obrigados a questionar se o partido (incluindo através das estruturas ligadas à juventude) estará interessado em mobilizar apoiantes oriundos de todos os estratos sociais, se a organização do partido não acabará por reflectir a estrutura hierárquica da sociedade em que se insere, isto é, poderão ser os indivíduos de estatuto sócio-económico mais elevado a ocupar os cargos de topo – assim, um partido

²⁷⁴ *ibid*, 28

²⁷⁵ PORTA, 2003: 157

²⁷⁶ *ibidem*

²⁷⁷ *ibidem*

político contribuirá, ou não, para a quebra na desigualdade e distanciamento sociais? Robert Michels formulou a famosa “lei férrea da oligarquia”, a qual corrobora esta ideia. Na sua perspectiva, é impossível existir democracia nas organizações complexas, nomeadamente nos partidos políticos. Segundo este autor, “existem processos internos nas organizações políticas complexas que tornam inútil a participação política e que fazem dessas organizações presas fáceis das oligarquias”²⁷⁸. Já Lipset, Trow e Coleman, após um famoso estudo que levaram a cabo, concluíram que “pode existir democracia nas organizações acompanhada de uma participação política influente”²⁷⁹.

São várias as abordagens que se debruçam sobre as elites. As clássicas acabam por se caracterizar por sustentarem que existe uma separação entre governados e governantes, bem como “uma camada particular de pessoas que constituem a elite, formando uma oligarquia pouco numerosa e com características próprias”²⁸⁰. Neste grupo enquadrar-se-ão autores como Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto, Roberto Michels. As teorias das elites plurais assumir-se-iam mais flexíveis e conciliáveis com o regime democrático, uma vez que, de acordo com, por exemplo, Schumpeter, concebe-se o regime democrático “como um sistema institucional de tomada de decisões no qual as elites políticas (heterogéneas) competem pelo voto popular como forma de se optar por diferentes soluções políticas”²⁸¹. Poderemos ainda fazer menção à teoria dos campos, desenvolvida por Bourdieu e que nos obriga a olhar para as diversas interações que ocorrem entre os vários elementos que compõem a sociedade, tais como os de natureza social e económica, os quais poderão determinar a divisão do “trabalho político”²⁸². O institucionalismo, também abordado neste contexto, resulta da complexificação social e da necessidade de explorar a profissionalização como mecanismo de autonomização da política²⁸³. Partindo desta última corrente, facilmente chegaremos ao novo institucionalismo – uma teoria que pretende alertar para o papel preponderante das instituições na definição do comportamento dos actores sociais e no próprio recrutamento²⁸⁴. Teorias que nos levam a crer que instituições como as juventudes partidárias poderão então assumir um papel neste contexto (questão que será explorada no próximo sub-capítulo), sendo que “a mobilização de recursos associativos representa

²⁷⁸ PASQUINO, 2002: 79

²⁷⁹ *ibidem*

²⁸⁰ FREIRE, 2001: 10

²⁸¹ *ibid*, 11

²⁸² *ibid*, 12

²⁸³ *ibid*, 13

²⁸⁴ *ibid*, 15-18

um tipo de capital social que pode ser encontrado nas trajetórias de acesso ao poder político de dirigentes e representantes partidários. Isso pode ser entendido como um mecanismo de estabelecimento de redes sociais e organizações de representação colectiva ligada a interesses e questões sociais”²⁸⁵. Algo fortemente ligado à necessidade de os partidos e respectivas juventudes fixarem os militantes, procurando uma lealdade que se mede em tempo e que, consequentemente ajuda a medir a força das estruturas: “A durabilidade dos vínculos de lealdade partidária pode ser estimada considerando o tempo de filiação partidária médio (em anos) dentro de cada partido. Intervalos temporários mais longos sugerem lealdades mais fortes, bem como revelam a importância das organizações partidárias como estruturas de treinamento político dos quadros que são recrutados para carreiras políticas e as oportunidades para o incremento na coesão partidária (Bowler, Farrell e Katz, 1999)”²⁸⁶. Um trabalho que, para Panebianco, está nas mãos de quem dirige: “A formação de um sistema de lealdade institucional resulta, para Panebianco (1990), do êxito do núcleo dirigente em controlar zonas de incerteza e mobilizar, quando necessário, mecanismos próprios de remuneração política, sejam identidades colectivas, sejam recursos materiais ou status. (...) Carreiras políticas são, com isso, mais rápidas e descontinuadas, oferecendo oportunidade para aspirantes com escassa ou pequena experiência política. Inversamente, candidatos desprovidos de recursos sociais e materiais próprios dependem da organização partidária para fornecer os meios necessários de ingresso e mobilidade nos postos institucionais, reforçando um padrão de selecção endógena (Dogan, 1999; Mastropaolo, 1990)”²⁸⁷. Isto partindo de um contexto marcado pela reduzida circulação e pela lenta progressão na hierarquia quando se começa nos níveis mais baixos.

Lá está, fala-se de uma carreira construída na política, numa abordagem profissional, no âmbito da qual o indivíduo ganha outra notoriedade e a espontaneidade da “arte” da política parece decair: “A invariável [profissionalização da actividade política] configura a elite governante tanto nos velhos como nos novos sistemas democráticos da era contemporânea, a leste e a oeste do berço dos regimes competitivos, sob constituições presidencialistas, parlamentaristas ou outras. Paradoxalmente esta é uma evidência politóloga menos estudada pelos cientistas e

²⁸⁵ MARENCO et al, 2007: 97

²⁸⁶ *ibid*, 104

²⁸⁷ *ibid*, 109-110

negada pela generalidade dos titulares dos cargos públicos nos poderes ocidentais, em nome da ideologia do mandato popular. (...) O profissionalismo político tem consequências no funcionamento sistémico e no comportamento dos líderes e dos cidadãos. Tendencialmente, e devido ao nominalismo da latente falta de autenticidade do poder, quanto maior seja o profissionalismo dos representantes, maior será a insatisfação dos eleitores.”²⁸⁸. Uma forma de fazer política que levanta questões e que nos obriga a encarar as juventudes partidárias como um possível e plausível primeiro degrau dessa mesma carreira: “Incontornável é a política ser conduzida por um conjunto de profissionais nas modernas democracias, que fazem esta opção cada vez mais cedo e amiúde não possuem outras experiências e vivências sociais senão a maquiavélica e nua conquista do poder no interior dos partidos. O fenómeno assenta em três elementos centrais: i) ambições de carreira e estratégias dos indivíduos para alcançar cargos de poder; ii) interesses comuns da elite governante profissionalizada, e iii) estruturas de oportunidade geradas pelas instituições políticas.”²⁸⁹.

Assim, um profissional político caracteriza-se “pela dedicação em tempo, especialização e remuneração. Espelha ainda um conjunto de atributos desenvolvidos em torno do factor ambição que acompanha o movimento de conquista, manutenção e expansão do poder consentido pelas massas”²⁹⁰. Estamos então perante um processo, o qual respeita, segundo Beaver e Rosen (1978), “a um processo organizacional dinâmico (...) que organiza um grupo de indivíduos ao longo de um conjunto de atributos - atributos que são inclusivos e exclusivos. Ou seja, a profissionalização define as regras, os direitos e os ritos do acesso ao grupo, o que mantém os membros do grupo juntos e o que os diferencia de outros indivíduos na sociedade maior. Além disso, a profissionalização estrutura as obrigações e os benefícios dos membros do grupo ao mesmo tempo que define sua relação com os estranhos”^{291 292}. Esta “trata-se do mais forte traço que, alheio à ideologia, formata as actuais elites governantes”²⁹³.

²⁸⁸ GARCÊS, 2009: 239

²⁸⁹ *ibid*, 243-244

²⁹⁰ *ibid*, 244

²⁹¹ “Professionalization refers to a dynamic organizational process (...) which organizes a group of individuals along a set of attributes – attributes which are both inclusive and exclusive. That is, professionalization defines the rules, rights and rites of the access to the group, what holds the members of the group together, and what sets them apart from other individuals in the larger society. Furthermore, professionalization structures the obligations and benefits of the group’s members while defining their relationship with outsiders”

²⁹² HRADIL et al, 2003: 370

²⁹³ GARCÊS, 2009: 279

As carreiras, trajectórias individuais, ligam diversos cargos electivos, funções políticas e instituições de soberania, de modo dinâmico, através de diferentes ciclos históricos e conjunturas eleitorais. Assim, transmitem padrões evolutivos ao sistema político e disponibilizam múltiplos ângulos sobre a distribuição do poder no seio da comunidade: 1) em termos horizontais, pois unem mandatos presidenciais, legislaturas parlamentares e consulados governamentais, mesmo eleições, partidos e/ou grupos de interesse e cidadãos; 2) em termos verticais, dado apresentarem titulares políticos que transitam entre os níveis territoriais da governação local, regional, nacional e supranacional²⁹⁴. Segundo Schlesinger, existirão diferentes categorias de rotas de exercício de poder: discreta, estática e progressiva. A discreta corresponderá ao exercício isolado de um cargo electivo; a estática ao desempenho mono-institucional; e a progressiva à evolução na hierarquia do poder. Contudo, importa perceber se a profissionalização conduz a barreiras intransponíveis que possam levar ao afastamento dos cidadãos face à política: “A política é um ofício que aspira à arte do artífice relojoeiro e não à padronização das linhas de montagem partidária. Se constitui a ocupação central de um grupo de indivíduos mandatados para ambicionar a gerência dos interesses e das paixões comuns, certo é que estes têm aqui o vale do sustento, mas também o cume da realização. Donde, pela natureza das coisas, é necessário proceder à re-engenharia do templo para uma maior participação cívica e uma renovada igualdade de oportunidades, a fim de prevenir que se desenvolvam estratégias de restrição, à entrada, ou desigualdade de oportunidades no exercício do poder, no seu decurso”²⁹⁵.

Toca aos partidos assumirem um papel de ponte, mediando a oferta de oportunidades: “Se as trajectórias derivam das oportunidades a cada momento existentes no sistema político, avulta o papel dos partidos como plataforma corporativa de oferta e de recrutamento destes profissionais, e ainda dos grupos de interesse e de pressão como forças de influência e de suporte às suas manobras de poder. Daí, e independentemente do político individual, pontuar o quadro institucional em que se move, o qual determina as condições do jogo (ou janela de oportunidades) e impõe limites à ambição de poder (ou recta de possibilidades) no mercado electivo.”²⁹⁶. Conclui-se que a profissionalização, a construção da carreira está extremamente ligada ao partido. “As carreiras políticas são empreendimentos de risco e pautadas pela insegurança: dependem

²⁹⁴ *ibid*, 251

²⁹⁵ *ibid*, 248

²⁹⁶ *ibid*, 254

não apenas dos indivíduos que as substanciam (com os seus atributos, escolhas e trajetórias profissionais), como das instituições que dão o leque de opções conjunturais (pautadas pela disponibilidade e atractividade) e ainda de cíclico veredicto eleitoral (eleição ou não eleição, com o risco de desprofissionalização ou despromoção nas redes de poder)”²⁹⁷.

Falamos de um meio marcado por uma elevada complexidade e cujos acessos estão limitados, dada a competição inerente ao contexto em causa. Uma complexidade que “ressalta do cruzamento entre o elevado número de candidatos existentes na vida partidária e o limitado número de cargos disponíveis nas instituições de soberania, a que acresce a incerteza resultante da periódica ida a votos”²⁹⁸. É então evidente que “o progressivo fechamento da elite governante democrática fomenta a deserção cívica, estribada na clivagem entre a realidade da existência de uma casta de políticos profissionais feitos num desnaturado molde partidário e a imagem dos proclamados ideais da representação popular – o bem e o justo sentido comum.”²⁹⁹. Esse fechamento de um universo marcado por elitismo pode, não só condicionar o acesso, mas também promover o desinteresse dos cidadãos que constatarem a ausência de renovação³⁰⁰. Segundo algumas teorias, tal poderá provocar o desgaste dos “níveis de confiança dos cidadãos” e minar “o grau de adesão popular ao modelo pluralista de livre concorrência pela conquista e exercício do poder, tornando-se evidente a deserção cívica em momentos de menor rentabilidade do sistema político. Também cerceia o espaço de manobra dos decisores, ao fazê-los reféns da popularidade e não da adequação das medidas. Daí o postulado de, tendencialmente, quanto maior seja o profissionalismo político, menos renovada é a elite governante e maior é a insatisfação do eleitorado”³⁰¹. Reconhecendo-se o incremento da profissionalização associado à carreira política, estudos apontam que o processo de democratização revela três tipos básicos de dinâmicas interactivas com impacto na profissionalização da actividade política: “1) a estrutura de oportunidades políticas expande-se; 2) o leque de competidores fixa o sistema de partidos e define a recta das expectativas das elites que competem pela sede do poder; e 3) as organizações partidárias apostam forte na captura de posições no

²⁹⁷ *ibid*, 252-253

²⁹⁸ *ibid*, 255

²⁹⁹ *ibid*, 256

³⁰⁰ *ibid*, 257

³⁰¹ *ibid*, 260-261

aparelho estatal para reforçar a sua força e visibilidade junto do eleitor que visam atrair”³⁰².

Tendo isso em consideração, questiona-se o que justificará esta dificuldade que se estabelece no acesso e se esta poderá funcionar como uma proteção das estruturas arquitectadas: “A literatura académica não postula qualquer fisionomia particular em matéria de selecção governativa, e Herzog (1990) afirma até estar demonstrado existirem apenas duas competências específicas para se desenvolver uma carreira política de sucesso: i) possuir conhecimento especializado das organizações e das pessoas politicamente relevantes; ii) saber comportar-se e ter capacidade para identificar os problemas antes de estes ocorrerem”³⁰³. Herzog acrescenta ainda que o conhecimento organizacional é normalmente acompanhado por títulos académicos, reforçando o treino do pensamento analítico, da habilidade retórica e da produção de relatórios e papéis afins³⁰⁴. A proximidade face ao poder, a existência de condições para suspender a actividade profissional e a disponibilidade, no que a tempo diz respeito, para trabalhar em prol de uma carreira política são também apontados como critérios de selecção dos titulares para funções políticas³⁰⁵.

Conscientes deste fenómeno que se debate com os princípios da tecnocracia, a qual surge em resposta à desconfiança depositada nos políticos e que também começa a ditar quem integra as elites revelando um retrocesso (e não o fim) num avanço que parecia imparável da profissionalização, poderemos então citar pensadores de outros tempos: “Pareto disse que as elites dominam todas as esferas da atividade humana, e que apenas uma parte delas compreende a 'elite governante' que dirige a sociedade. As revoluções, pensou Pareto, apenas substituem uma nova elite governante pela antiga. Mosca disse que toda sociedade contém uma 'classe dominante' e uma classe que é governada, às vezes por lei e às vezes por força”^{306 307}. Terá o tempo determinado novas regras, uma nova revolução, obrigando o político a ser, não especialista em política, mas

³⁰² *ibid*, 276

³⁰³ *ibidem*

³⁰⁴ *ibidem*

³⁰⁵ *ibid*, 278-279

³⁰⁶ “Pareto said that elites dominate every sphere of human activity , and that only a portion of these comprise the “governing elite” who run society. Revolutions, Pareto believed, merely substitute a new governing elite for the old one. Mosca said that every society contains a 'ruling class' and a class that is ruled, sometimes though law and sometimes though force.”

³⁰⁷ MACK, 2010: 38

sim conhecedor exímio da área que irá gerir? Será assim capaz de reconquistar confiança e respeito e legitimar a sua acção?

Juventudes partidárias, recrutamento e profissionalização: Está tudo ligado?

Já conscientes do impacto das experiências ocorridas nesta etapa de vida, os partidos terão interesse em manter jovens ligados à sua estrutura, pois tal garante, para o exterior, “a impressão de um partido vibrante e saudável”³⁰⁸. Contudo, o primeiro impulso passará por responsabilizar as gerações mais jovens pela quebra na participação verificada nos países ocidentais, teoria defendida por diversos autores. Mais uma vez, as opiniões dividem-se no que toca a culpas: num artigo, da autoria de Marc Hooghe e Dietlind Stolle, intitulado “Youth organisations within political parties: political recruitment and the transformation of party systems”, a ideia que inaugura o mesmo coincide com a tentativa de contradição das teorias que têm vindo a ser edificadas em torno da participação política dos mais jovens. Segundo os autores, é habitual o enfoque não ser estrutural e ignorar-se o facto de todo o acto de participação implicar uma interacção entre o indivíduo – aquele que participa – e a estrutura – a que mobiliza. Ou seja, de acordo com os autores, não se poderá equacionar apenas a redução do nível de interesse, mas também a disponibilidade dos canais de mobilização/recrutamento.

As organizações de juventude representam, no seio dos partidos, um desses canais e, segundo Duverger, têm sido elementos-chave na evolução dos partidos de massas, bem como no estabelecimento de ligações com a sociedade civil. Mas, assegurar o recrutamento e, consequentemente, o futuro dos próprios partidos passou a ser uma função ameaçada. Dalton alertou para a quebra da identificação partidária na população juvenil, algo que condiciona o exercício da função de recrutamento e, consequentemente, a manutenção do futuro dos partidos³⁰⁹. Apesar disso, a juventude partidária acaba por assegurar um papel bem mais amplo do que inicialmente poderíamos supor. Na verdade, para além de introduzirem quem chega na ideologia partidária, estas organizações acabam por funcionar como uma escola onde é possível crescer gradualmente e de mãos dadas com o partido, tratando-se este de um processo em que a idade importa e pode fazer a diferença. Embora qualquer indivíduo possua capacidade de adaptação, no que diz respeito à experiência de socialização, essa torna-

³⁰⁸ LAMB, 2002:135

³⁰⁹ HOOGHE et al, 2005: 43-45

se mais forte na fase da juventude. Neste âmbito, autores diversos defendem, inclusivamente, que, embora tenhamos que assumir a possibilidade de as atitudes políticas e padrões de comportamento sofrerem alterações, essa probabilidade será tanto mais reduzida quanto mais cedo ocorrer a já referida experiência de socialização. Autores como Hooghe e Stolle acrescentam que tal decorre de dois mecanismos: o mecanismo de atitude que sustenta a teoria já exposta, ou seja, que a socialização surtirá mais efeito se ocorrer numa etapa mais precoce do ciclo de vida; e o mecanismo de rede, segundo o qual as redes são mais fácil e eficazmente estabelecidas na juventude, sendo, por isso, mais duráveis³¹⁰. Para além destas funções associadas à socialização, à comunicação e ao recrutamento, outra abordagem interessante apresentada neste artigo prende-se com uma outra missão que poderá ser assumida pelas juventudes partidárias: a criação destas organizações permite a gestão do conflito que surgiria se os mais jovens entrassem directamente no partido, uma vez que embateriam numa elite estabilizada de idade superior³¹¹.

Mas voltemos à dúvida inicial: manter-se-ão asseguradas as condições contextuais para que as juventudes partidárias possam continuar a corresponder às exigências estabelecidas e levar a cabo a sua missão? Evans, entre outros autores, terão apontado que os jovens não se terão desligado da política. Na perspectiva desta facção dos cientistas políticos, as formas tradicionais é que não correspondem às necessidades deste público mais alerta para os novos mecanismos de intervenção que, muitas vezes, encontram um suporte fundamental nas novas tecnologias. Não se sentindo ouvidos pelos agentes tradicionais que são os partidos³¹², torna-se facilmente compreensível porque pretenderão explorar outros mecanismos. A favor poderemos mencionar preocupações altruístas, incentivos colectivos positivos ou negativos, valores e normas sociais³¹³. Contudo, também deverão ser tidos em conta os “desincentivos” que poderão assumir natureza diversa: poderão estar relacionados com a desconfiança com que a política é olhada, com a apatia, o desconhecimento, a formação, factores sociais e normas, disponibilidade, questões financeiras ou um sentimento de envolvimento insuficiente³¹⁴. A par do evidente crescente interesse em novas formas de participação, alguns autores, como Hooghe e Stolle, sublinham a não existência de um recrutamento

³¹⁰ *ibid*, 46

³¹¹ *ibid*, 51

³¹² LAMB, 2002: 133-134

³¹³ *ibid*, 138

³¹⁴ *ibid*, 144-148

estruturado de jovens no interior dos partidos, sendo que estudos levados a cabo por Plaff e Berrefjord apontaram para a necessidade de envolver activamente os jovens na vida política e nos processos democráticos, seja em casa, na escola, ou em qualquer outro contexto associável, pois só assim se poderão tornar cidadãos activos³¹⁵. Daí uma das soluções apontadas coincidir com a promoção do diálogo entre partidos e jovens, sendo que as pesquisas na área têm vindo a corroborar a importância das organizações de jovens associadas a partidos por representarem uma oportunidade capaz de conciliar aprendizagem, aquisição da cultura, da ideologia e das competências e participação activa: “As carreiras de muitos políticos pela Europa têm a sua origem em organizações políticas de juventude e as investigações sugerem que tal terá representado um importante bloco de construção nas suas carreiras”^{316 317}. Um estudo, levado a cabo por Hooghe e Stolle, demonstrou que, na Flandres, mais de 40% dos políticos locais estiveram envolvidos em organizações políticas de juventude e ainda que “a adesão a uma organização de juventude tinha significado, em média, uma vantagem de oito anos na carreira política, face aos seus pares”^{318 319}. Ou seja, as organizações partidárias ligadas à juventudes podem fazer a diferença.

Importa então também analisar o que pode fazer a diferença no momento da entrada na vida política: ligações familiares, género, nível educacional são algumas das variáveis a equacionar, reforçadas pela participação em organizações de juventude que representam, como já foi sublinhado, importantes canais de recrutamento e, consequentemente, uma vantagem em comparação com outros que não tenham optado pelo mesmo modo de arranque. Segundo o artigo “Politics as a occupational choice: youth self-selection for party careers in Italy”, o acesso à política tende a seguir um caminho estruturado, o qual normalmente começa dentro das organizações partidárias. Nesse mesmo artigo, sublinha-se que, em anteriores pesquisas, concluiu-se que uma grande parte da elite parlamentar italiana iniciou a sua carreira em organizações de juventude, parecendo assim ser um primeiro passo comum no arranque da carreira política. De acordo com as perspectivas de diversos autores e não esquecendo o carácter moldável da juventude, o momento em que os jovens determinam as suas ocupações

³¹⁵HOSKINS, 2005: 155

³¹⁶“The careers of many politicians across Europe have their origins in political youth organisations and the research suggests that it has been an important building block in their careers.”

³¹⁷*ibid*, 157

³¹⁸“They demonstrated that membership of a youth organisation had on average given a person a career advantage of eight years over their peers throughout their careers”

³¹⁹*ibid*, 158

iniciais é extremamente importante no âmbito da estratificação societária, sendo que as “portas de entrada” tendem a influenciar todo o percurso futuro³²⁰. Beyrne reforça essa ideia sublinhando que grande parte dos papéis políticos são assumidos por indivíduos que iniciaram cedo a sua carreira política, tendo progredido de postos inferiores até cargos que impliquem mais poder. Ainda neste âmbito e de acordo com Nevola, os militantes partidários têm quase três vezes mais probabilidades de ser eleitos quando comparados a candidatos sem um background partidário³²¹.

Neste processo de politização e, como vimos, de profissionalização, as juventudes partidárias assumem um papel importante, sendo que “(...) as organizações de juventude constituem os ‘grupos parciais’ que se inscrevem duravelmente no seio do partido que os criou. (...) são, por outras palavras, ‘instituições incluídas’, modeladas tanto pela estrutura institucional mais ampla que a daqueles a que pertencem - o partido -, como pela sua própria objectivação”^{322 323}. Como já foi salvaguardado anteriormente, embora a idade seja um dado biológico, é manipulável socialmente. Daí concluir-se que “as construções social e partidária dos ‘jovens’ se interligam nos processos de objectivação das propriedades estatutárias das organizações de juventude”^{324 325}. Assumem-se assim como uma primeira fase de um percurso, apontando-se, como escolhas mais evidentes dos jovens, os partidos localizados nas extremidades ideológicas: : "A escolha dos partidos colocados nos extremos da direita e da esquerda é igualmente mais comum entre os mais jovens, assim como a sua tendencial esquerdização, contrariamente aos mais velhos que estruturam a sua preferência em torno dos partidos maioritários ou de centro”³²⁶.

São vários os autores, entre eles Parsons e Einsenstadt, que vêem “a juventude como um ‘meio de transmissão dos padrões normativos de comportamento ‘de geração em geração’ (...)”³²⁷. É também nessa época de vida que se regista o marco etário que determina o início da consciencialização e da responsabilização políticas. No entanto,

³²⁰ RECCHI, 1999: 107

³²¹ *ibid*, 108

³²² *"D'abord, les organisations de jeunesse constituent des 'groupements partiels' qui s'inscrivent durablement au sein du parti qui les a créés. Ce sont, autrement dit, des 'institutions incluses', modelées tant par le cadre institutionnel plus vaste auquel elles appartiennent – le parti – que par leur propre objectivation."*

³²³ BARGEL, 2009: 75

³²⁴ *"Il indique que construction sociale et construction partisane des jeunes s'entremêlent au sein des processus d'objectivation des propriétés statutaires des organisations de jeunesse."*

³²⁵ *ibid*, 80

³²⁶ *ibidem*

³²⁷ AUGUSTO, 2006: 540

apesar do carácter essencial do contacto com a política na juventude e do aumento da escolaridade ser associável ao aumento do interesse, não podemos esquecer ainda o contexto de precariedade que envolve a integração socioprofissional, bem como a desinstitucionalização da política³²⁸. Estes são também factores condicionantes do elo mantido com as organizações de índole política e partidária, dada a falta de confiança depositada nessas mesmas estruturas ligadas à governação. A questão não é linear e “os jovens recusam, mais que os adultos, a mediação das organizações tradicionais. Como os partidos políticos ou os sindicatos (...). (...) A sua acção política desenvolve-se noutros âmbitos, sob outras formas de acção e em torno de novas temáticas. A sua mobilização é forte em questões como o pacifismo, o racismo ou o ecologismo e a mediação destas acções depende mais de associações e de movimentos extra-partidários, que da intervenção dos organismos tradicionais de participação”³²⁹.

Autores como Jowell e Park olham para os jovens e destacam elementos como a rejeição da política convencional, a procura de “novos espaços de ancoragem política e ideológica”, o “fraco interesse por política; uma menor identificação partidária; um menor conhecimento político e, finalmente, uma menor participação eleitoral”³³⁰. Neste sentido, Muxel fala em duas mudanças: crise de representação e crise de pertença ou de identificação³³¹: “(...) os mais velhos beneficiaram de uma socialização política marcada por clivagens que funcionavam como pilares universais, como a clivagem esquerda/direita. O mesmo não se passa com as novas gerações, pelo que a escolha é feita mais em função de uma oposição ao que existe, que de uma efectiva simpatia e identificação partidária, o que em muitos casos justifica o voto de protesto, ou mesmo a abstenção”³³². Aliás, nomes como Watts, Muxel, Kimberlee, Hennetal, Benedicto e Morán sublinham a menor confiança nas instituições político-partidárias, algo que certamente justificará a procura de associações extra-partidárias³³³. Constata-se então a desinstitucionalização e a fuga face às vias comuns³³⁴, registando-se ainda a crescente busca das formas alternativas de participação e de organizações não partidárias³³⁵.

³²⁸ *ibid*, 684

³²⁹ AUGUSTO, 2006: 101-102

³³⁰ *ibid*, 102

³³¹ *ibid*, 103

³³² *ibidem*

³³³ *ibid*, 103-104

³³⁴ *ibid*, 104

³³⁵ *ibid*, 415-416

Embora conscientes da relevância das organizações partidárias, a incapacidade de recrutar jovens pode conduzir ao envelhecimento das mesmas³³⁶ e, conseqüentemente, à ausência de renovação dos partidos. Uma responsabilidade em grande parte delegada às juventudes partidárias: “As organizações partidárias de juventude são os grandes instrumentos de mobilização e canalização da participação política dos jovens. Se não absorvem toda a existência e procura de intervenção dos jovens na vida política, ocupam pelo menos esse espaço político de uma forma muito alargada, constituindo-se como a grande expressão visível da participação formal e organizada. (...) Em termos de mobilização, os partidos parecem continuar a ser os grandes responsáveis pelas adesões às organizações políticas de juventude e os grandes catalisadores das energias políticas de participação, deixando por isso entrever a grande relação que de facto existe, tanto em termos orgânicos e programáticos, como em termos de expectativas juvenis, entre essas organizações e os partidos.”³³⁷

Poderá dizer-se que existem três tipos de membros partidários jovens: os predispostos mentalmente, ou seja, “os que se juntaram primeiramente por razões ideológicas”; os membros predispostos socialmente, isto é, “aqueles que se juntaram primeiramente para atender pessoas semelhantes e socializar”; os membros predispostos profissionalmente que coincidem com aqueles “que se juntaram primeiramente porque vêem a filiação partidária como uma rota para um emprego, seja por ficar eleito para uma assembleia pública (ou seja, tornar-se um político), seja por conseguir um emprego relacionado com a burocracia do partido”^{338 339}. Segundo o estudo apresentado no artigo intitulado “Tomorrow’s leaders? Understanding the involvement of young party members in six european democracies”, os jovens predispostos moralmente não encaram a política como uma profissão e assumir-se-ão motivados, dedicados, mas também mais radicais. Já os socialmente predispostos serão os menos activos e, também, os menos eficazes. A sua lealdade ao partido será facilmente questionável e dificilmente serão militantes por longos períodos. Por fim e denotando o peso da busca da profissionalização, os que buscam uma carreira terão maior probabilidade de virem a

³³⁶ O’NEILL, 2007: 9

³³⁷ CRUZ, 1990: 248-249

³³⁸ “*Moral-minded members: those who have joined primarily for ideological reasons; The social-minded members: those who have joined primarily to meet like-minded people and to socialize; the professional-minded members: those who have joined primarily because they see party membership as a route to a job, either by getting elected to a public assembly (i.e. becoming a politician) or by getting a job with the party’s bureaucracy.*”

³³⁹ BRUTER et al, 2009: 286

tornar-se líderes e, embora exigentes e ambiciosos, o seu dinamismo assume-se fundamental para a renovação partidária³⁴⁰. Efectivamente, embora todas as organizações sejam diferentes e possam ser vários os motivos que conduzem a este passo, conclui-se que a participação em organizações durante a juventude funcionará como precursor do envolvimento cívico na idade adulta, aumentando a probabilidade de recrutamento. De acordo com Erikson, inicialmente os jovens procurarão recompensas sociais, só depois acabarão por desenvolver uma afinidade, identificando-se com a missão em causa e sentindo que os seus valores vão ao encontro dos da organização à qual pertence. Essa identidade colectiva, o compromisso com o grupo, com um objectivo comum é essencial para a acção.

Neste sentido, Daniel A. McFarland e Reuben J. Thomas concluíram que, no geral, a participação em actividades extracurriculares se reveste de relevância. Contudo e corroborando o arranque deste sub-capítulo, as associações voluntárias de juventude suportadas na busca de objectivo comum, alimentando identidades colectivas, terão um papel mais evidente no encorajamento da participação futura³⁴¹. E, apesar da reduzida pesquisa em torno do assunto, são muitos os investigadores que defendem que a juventude representa um importante período de “activação política”. Duas das mais defendidas teorias que suportam a socialização política coincidem com a alicerçada na influência inter-geracional e com aquela que explora a aprendizagem social também inerente à participação em associações³⁴². Os estudos apontam então para o facto de as organizações de juventude e as actividades que promovem serem fundamentais na criação do “hábito político”. Segundo alguns autores, para além do desenvolvimento de capacidades que permitirão a mais fácil integração na idade adulta, as actividades internas serão fundamentais na preparação de líderes e na estimulação da sua auto-estima, integrando-os em redes que contribuem positivamente para o seu envolvimento político³⁴³. De acordo com Duverger e Koole, “tradicionalmente, este tipo de organização auxiliar [organizações de juventude] tem desempenhado um papel muito importante em partidos de massa, uma vez que tem servido como um dos instrumentos-chave no estabelecimento de laços entre os partidos políticos e a sociedade”^{344 345}.

³⁴⁰ BRUTER et al, 2009: 1284-1285

³⁴¹ MCFARLAND et al, 2006: 401

³⁴² *ibidem*

³⁴³ *ibid*, 403-404

³⁴⁴ “Traditionally, this kind of auxiliary organization has played a very important role in mass parties, as it has served as one of the key instruments in establishing links between political parties and society (...).”

Reconhecendo-se o trabalho que desenvolvem no âmbito da socialização política, sublinha-se ainda o papel destas organizações no que respeita ao recrutamento, assumindo-se como importantes canais que nos permitem antever o futuro das organizações partidárias, garantindo a sua renovação³⁴⁶.

São muitos os partidos espalhados pelo mundo que apresentam importantes secções de juventude. Contudo, são, como já referimos, ainda poucos os estudos levados a cabo em prol da compreensão do comportamento destes agentes que acabam por funcionar como uma escola, onde se cresce familiarizado "com a política e a família partidária. O aspecto fundamental no âmbito da pesquisa em torno da socialização é que, como temos vindo a sublinhar, a idade importa neste processo: todos os novos membros das organizações adaptam-se a elas, e, posteriormente, ajudam a moldar a cultura de grupo dentro das organizações que eles integram, mas a experiência de socialização é mais forte numa idade mais jovem. Embora nem todas as atitudes políticas ou padrões comportamentais sejam estáveis ao longo do ciclo de vida, a suposição geral é que as experiências de socialização precoces na vida de alguém tenham um mais duradouro e estável impacto sobre o comportamento e as atitudes futuros"³⁴⁷ ³⁴⁸. Poderemos recorrer a dois mecanismos causais para explicar o impacto de um comportamento politicamente activo precoce na idade adulta: o mecanismo atitudinal aponta para o efeito mais duradouro e visível de experiências vividas na juventude, as quais permanecem discerníveis ao longo do tempo; o mecanismo de rede sugere que também as redes de contactos são mais facilmente estabelecidas numa idade mais jovem, permanecendo acessíveis noutras fases do ciclo de vida, sublinhando ainda que, uma vez identificado nessa rede, mais facilmente será procurado no futuro³⁴⁹.

Não se poderá ignorar a relevância dos militantes e, consequentemente, da sua renovação. Ware distinguiu dois tipos de funções assumidas pelos militantes: instrumentais, isto é, relacionadas com a capacidade de mobilização e recrutamento e

³⁴⁵ HOOGHE et al, 2004: 194

³⁴⁶ *ibid*, 194-195

³⁴⁷ "Not only do they introduce young members to the ideology of the party, they also function as a kind of learning school, where the members gradually grow acquainted with political and party life. The fundamental insight of socialization research is that age matters in this process: all new members of organizations adapt to, and subsequently help to shape, the group culture within organizations they enter, but the socialization experience is stronger at a younger age. Although not all political attitudes or behavioral patterns are stable throughout the lifecycle, the general assumption is that socialization experiences early on in one's life will have a more lasting and a more enduring impact on future behavior and attitudes."

³⁴⁸ *ibid*, 196

³⁴⁹ *ibidem*

com o apoio eleitoral e financeiro; simbólicas, ou seja, associadas à difusão dos valores e ideais³⁵⁰. Contudo, sendo uma das mais caras e exigentes modalidades de participação e activismo, a militância tem sido das que revela maiores quebras. São vários os incentivos organizados segundo tipologias que já abordámos, existem, inclusivamente, incentivos dos quais só é possível desfrutar quando integrados num grupo³⁵¹. Como já vimos, esta fase de vida definida como “juventude” caracteriza-se por representar uma etapa marcada pelo desejo de pertença e de definição do indivíduo.

Tentar compreender a ascensão política de um jovem envolve micro e macro-análises que vão desde o contexto familiar, passando pela integração em redes politicamente activas até ao sistema sociopolítico do país e o seu grau de estabilidade. Assim, os estudos em torno da socialização, no âmbito da ciência política, assumem-se de extrema importância, nomeadamente quando, como defendem alguns autores, se atravessa uma fase de mudança em que se acredita que começa a surgir um novo modelo de democracia, marcado por um maior nível de exigência, não só para os políticos e as instituições, mas também para os próprios cidadãos³⁵². Essa mudança é evidente mas não coloca em causa as funções de sempre das organizações partidárias. Torna-se evidente que, entre funções que passam pela mobilização e bom desempenho eleitorais, estruturação do voto, integração de grupos na comunidade política, formulação de políticas, os partidos também visam garantir o recrutamento e selecção de representantes, bem como a sua sobrevivência enquanto organização: “Neste sentido, alguns autores consideram os partidos organizações com a função de prepararem os dirigentes para posições de governo, ou para a conquista de posições de poder”³⁵³. E a capacidade de recrutar consiste, sem dúvida, num importante indicador da força associativa e do carácter representativo.

Perante tudo isto, na óptica dos partidos, temos que estar conscientes dos impactos nefastos da perda de membros jovens³⁵⁴. Apesar da relevância destas organizações, aponta-se para a possibilidade de estas estarem a perder membros mais rapidamente que os próprios partidos – este dado poderá levar-nos a ponderar um futuro difícil para as estruturas partidárias. Neste contexto, os autores recuperam uma possibilidade avançada por Katz e Mair: segundo os mesmos, os partidos, cada vez mais

³⁵⁰ LISI, 2011: 73

³⁵¹ BRUTER et al, 2009: 1261

³⁵² HOOGHE, 2004: 340

³⁵³ LISI, 2011: 19

³⁵⁴ HOOGHE et al, 2004: 196

profissionalizados, estão menos interessados em atrair massas, tendo passado a adoptar, como prioridades, a manutenção do poder e capacidade de influência, a contratação de especialistas e o reforço da exposição mediática³⁵⁵. Prioridades que, aliás, marcam a actualidade, sendo transversais às mais diversas organizações. Resta perceber se a perseguição destes objectivos não obriga a menosprezar outros cujos impactos só serão visíveis a longo prazo. Ou seja, falamos de partidos que espelham as vontades de menos pessoas, mais profissionalizados e, conseqüentemente, mais distantes³⁵⁶: “Os partidos acolhem este novo sangue precioso com grande entusiasmo e esperam que isso ajude a restaurar a sua legitimidade frágil. Mas eles também suspeitam, muitas vezes, que os jovens membros do partido tenham preferências e prioridades muito diferentes de gerações mais velhas de activistas”^{357 358}. Parece ser esta a opinião de autores como Dalton e Weldon que defendem que muitos partidos chegam a implementar estruturas próprias para receber esses jovens, proteger as vozes no seio do partido, impulsionando alguns desses elementos para lugares de destaque no partido, contribuindo para a sua renovação: “Isso também significa que, se não é o fim da democracia tal como a conhecemos, então, entre esses jovens membros do partido, vamos actualmente encontrar aqueles que irão liderar os países europeus de amanhã”^{359 360}.

Assim e apesar das mudanças evidentes numa sociedade de imediatismo e de valorização da acção individual, as organizações partidárias dedicadas à captação da juventude permanecem activas, denotando a busca de novas formas de chegar ao seu público-alvo, de incrementarem os níveis de interactividade e de envolvimento por forma a continuarem a assegurar um papel relevante na selecção de elementos capazes de seguir em frente na vida político-partidária e, quiçá, fazerem dela a sua vida.

³⁵⁵ *ibid*, 50-51

³⁵⁶ *ibidem*

³⁵⁷ *"Parties welcome this precious new blood with great enthusiasm and hope it will help restore their fragile legitimacy. yet they also often suspect young party members of having very different preferences and priorities from older generations of activists"*.

³⁵⁸ BRUTER et al, 2009: 1260

³⁵⁹ *"This also means that if it is not the end of democracy as we know it, then, among these young party members, we will actually find those who will lead tomorrow's European nations"*

³⁶⁰ *ibidem*

Capítulo 4 | Os Partidos, as Juventudes Partidárias e a Participação em Portugal

Portugal não foge à regra quando pensamos nos fenómenos que marcam a actualidade sociopolítica. Inserido no meio ocidental, absorve as características deste contexto marcado pelo conflito "profissionalização política vs tecnocracia", pelo peso das elites e pelo desinteresse dos que não se sentem representados, nomeadamente dos mais jovens que acabam por procurar outras formas de interagir e de fazer cumprir deveres e direitos cívicos. Aliás, “recorrendo a uma diversidade de inquéritos nacionais e europeus, Paulo Ferreira confirma a existência de um fraco interesse por política, quer dos jovens portugueses, quer dos jovens europeus”³⁶¹. Os dados extraídos do inquérito da Comissão das Comunidades Europeias, realizado em 1987, “parecem comprovar empiricamente uma atitude predominantemente de afastamento em relação à política”³⁶², por parte dos jovens europeus, segundo Paulo Ferreira. O mesmo se passa em Portugal. “Em dois inquéritos realizados no início dos anos 80 (pelo FAOJ pelo IED), verifica-se que cerca de metade dos jovens portugueses inquiridos tem um fraco interesse por política. No primeiro e no segundo inquérito, respectivamente, apenas 13 % e 10 % dos jovens demonstram muito interesse por política, sendo as percentagens daqueles que referem não ter nenhum interesse de 46% e de 43% (Ferreira, 1993). O fraco interesse por política por parte dos jovens não é uma realidade exclusivamente nacional, mas afecta a generalidade dos países com democracias consolidadas.”³⁶³. Se olharmos ainda para o estudo de âmbito europeu realizado por Chrisholm e Kovatcheva para o Conselho da Europa, encontramos também a seguinte conclusão: “nos anos 90, em toda a Europa, os jovens demonstraram a sua distância e a sua desilusão relativamente aos processos da democracia moderna’ (2002:34). Do mesmo modo, Wallace et al. referem que ‘um conjunto de estudos sugerem que os jovens estão a perder o interesse por política. Os jovens olham a política como algo chato e irrelevante para as suas vidas’ (2002:1). O próprio livro branco da Comissão Europeia (‘Un Nouvel élan pour la Jeunesse Europeene’) refere que os jovens investem menos do que no passado nas estruturas tradicionais de acção política’ (...)”³⁶⁴.

Na perspectiva de André Freire, a fraca mobilização também pode estar ligada à cultura política de cada país. “Em Portugal, explica, ‘temos uma tradição que não é

³⁶¹ AUGUSTO, 2006: 105

³⁶² *ibidem*

³⁶³ *ibidem*

³⁶⁴ *ibid*, 105-106

muito propensa à participação, de uma certa alienação, a dificuldade em assumir nas suas próprias mãos os destinos, exigir resultados e contestar o que parece inaceitável'. O politólogo diz que 'falta um sentido político geral e mobilizações transversais', isto porque também há um problema de resultados. (...) os resultados que se obtêm com a mobilização são um incentivo, e a falta deles afasta as pessoas das acções de protesto.'"³⁶⁵. Braga da Cruz é ainda mais radical, defendendo uma reforma do sistema e afirmando mesmo que "“o tempo da militância tem vindo a passar”. ‘Não é que a política interesse menos’, clarifica, ‘a força mobilizadora das ideologias é que decresceu’, dado que hoje ‘as pessoas se movem por interesses, não por ideias ou ideais’"³⁶⁶. Na sua perspectiva, tal justifica-se com o facto de, nas sociedades modernas, os partidos de governo serem "“cada vez mais heterogêneos do ponto de vista social, lógico e até programático’. Vai mais longe ao argumentar que é o sistema eleitoral representativo e proporcional que vigora em Portugal o responsável por este fenómeno e avisa que ‘está na hora de repensar todo o sistema’."³⁶⁷.

Quando olhamos para Portugal percebemos ainda que “a longevidade e a polivalência” se apresentam como "características neste círculo interno da elite governante. (...) A acumulação de mandatos acompanha a pluralidade de postos e a diversidade de instituições nas quais os políticos exercem funções públicas, dada a projecção que os partidos portugueses desde sempre fazem dos seus mais altos quadros dirigentes.”³⁶⁸. Contudo, embora se identifique um fechamento da elite nacional, Manuel Braga da Cruz aponta a relevância dos papéis assumidos pelos jovens em Portugal: “os jovens, organizados politicamente, têm no sistema político português um lugar e um papel indiscutivelmente relevantes, superiores mesmo aos que, noutros regimes democráticos, se consentem ou se oferecem a organizações juvenis semelhantes”³⁶⁹. Assim sendo, nomeadamente em Portugal, importa perceber a evolução do seu papel, de que forma têm vindo a contribuir para a aproximação entre os jovens e a política dita convencional, de que forma têm vindo a funcionar como “primeiro casting” para aqueles que encontram na política uma “forma de vida”.

³⁶⁵ CAMARÃO, 2014: sem página

³⁶⁶ *ibidem*

³⁶⁷ *ibidem*

³⁶⁸ GARCÊS, 2009: 266

³⁶⁹ CRUZ, 1990: 224

Evolução e actualidade

Segundo a perspectiva de alguns autores, não poderemos ignorar fenómenos como o sobrepovoamento institucional e a rotatividade dos titulares nos cargos electivos, diferenciados segundo o órgão de soberania, deixando entender a existência de diferentes ritmos e pesos na prática da governação democrática. “A unipessoal Presidência da República é o retrato da estabilidade, passadas as lutas durante o Pretorianismo”³⁷⁰. Já o plenário da Assembleia da República “espelha a dinâmica dos arranjos partidários (...). O Plenário do governo é ainda mais instável (...). A intensidade da mudança detecta-se também no seio governamental, e reflecte-se na circulação dos políticos entre as várias esferas de actividade (...), a denotar a descontinuidade das políticas públicas e o remoinho nos cargos electivos, tudo contribuindo para fomentar um menor rendimento sistémico e uma maior insatisfação dos cidadãos”³⁷¹. Aspectos e tendências que não se esgotam em Portugal mas que ajudam a compreender uma actualidade marcada pela rápida circulação de informação, pelo acesso simplificado e democratizado à mesma e pela capacidade de intervenção desvinculada dos meios formais mas garantindo um alcance com elevado impacto social e mediático, tentando competir com o peso do partidarismo.

Olhemos então para o Ocidente e, em especial, para Portugal. Alguns autores defendem que, eventualmente associado à quebra no poder mobilizador dos partidos, a tecnocracia tem vindo a conquistar terreno, oferecendo resistência à partidocracia e à profissionalização política. Assim, considera-se que este fenómeno, a profissionalização política, cuja primeira etapa pode coincidir com a juventude partidária, também ele surge com diferentes graus e padrões, intensidades e velocidades, consoante os cargos e as instituições. Aliás, em Portugal, três elementos ajudam a caracterizar o cenário pós-1974: “Em primeiro lugar, ocorre no seio de um Estado centralizado e cujo aparelho começa então um largo processo de expansão com a universalização de direitos sociais. Em segundo lugar, a ocupação dos cargos no Estado é encarada pelos políticos emergentes como uma estratégia de sobrevivência após um derrube do Antigo Regime através de golpe de Estado militar seguido de situação revolucionária. Em terceiro lugar, a institucionalização democrática efectua-se com respeito pelo pluralismo e pela proporcionalidade resultante de eleições, o que conduz à célere partidarização dos

³⁷⁰ GARCÊS, 2009: 267-268

³⁷¹ *ibidem*

centros da soberania, cedo envolvidos mais em lutas de poder pela proeminência e menos na razão de ser funcional.”³⁷². Portugal estabilizou em meados dos anos 80 e o profissionalismo individual e partidário surgiu antes do profissionalismo dos cargos e das instituições políticas. Hoje, “o sistema político actual de Portugal apresenta as características expectáveis de uma democracia liberal europeia consolidada com eleições livres e regulares que determinam a composição dos governos, executivos estáveis e alternância no poder, partidos políticos que apoiam os valores democráticos”³⁷³, isto num contexto alicerçado em liberdades e direitos fundamentais. E só esta certeza torna possível o restante cenário em análise,

Analisando a elite política nacional, percebe-se que é tido em consideração o peso dos partidos e do vínculo partidário que contribui para um primeiro nível de fechamento que pode estar a conduzir à quebra do elo com os cidadãos, os quais não se sentem verdadeiramente representados: "Sustentada [a III República] pelo rotativismo executivo entre sociais-democratas e socialistas, a alternância ideológica na sede do poder não se traduz na circulação efectiva dos governantes, logo: não se reflecte em efectiva alternativa de políticas públicas. Os dirigentes políticos perpetuam-se, apenas mudam, se mudam, de instituições e até de níveis territoriais de governação, assim diminuindo o efectivo grau de competitividade a assegurar pela democracia representativa, de que o perfil dos representantes é indício forte aquando das escolhas políticas”³⁷⁴.

Considera-se político “não amador”/ “profissional” aquele que, uma vez eleito, reunir duas ou mais titularidades (critério legalmente consagrado no Estatuto dos Deputados -, o qual “reconhece ao titular que haja cumprido quatro anos de vida parlamentar – o equivalente a uma legislatura – especiais benefícios e regalias”)³⁷⁵. Seguindo esta visão, Ana Paula Garcês afirma ainda que “o quadro global da democracia portuguesa entre 1974 e 2004 corrobora a existência da tendência profissionalizante no sistema de poder”³⁷⁶, verificando-se ainda uma estabilidade da elite governante, marcada por um aumento do número de políticos profissionais que impede a entrada de sangue novo. A Assembleia da República é, aliás, apontada como sendo composta por um "corpo de políticos profissionais, oriundos das hostes

³⁷² *ibid*, 262

³⁷³ JALALI, 2007: 20

³⁷⁴ GARCÊS, 2009: 276

³⁷⁵ *ibid*, 264

³⁷⁶ *ibidem*

partidárias e com vasta experiência nos circuitos estatais. Ainda assim, projecta possibilitar a entrada de novos membros - mesmo que grande parte destes não prossiga a actividade política, pelo menos a nível dos órgãos de soberania"³⁷⁷. Todavia, no que diz respeito ao seu avanço, na camada política, considera-se que este fenómeno “permaneceu bastante limitado em comparação com a experiência de outros países europeus (...)”³⁷⁸. A explicação parece passar pelo distanciamento temporal com que os fenómenos políticos ocorreram em diferentes países. Segundo Lipset e Rokkan, que procuraram explicar os sistemas partidários associados à Europa Ocidental, com partidos sociais-democratas de massas, partidos comunistas marginalizados e uma direita dividida, caracterizados por governos de coligação. Contudo, este modelo dificilmente é aplicável a contextos onde o desenvolvimento dos partidos e do sistema partidário foi diferente porque ocorreu posteriormente, como é o caso de Portugal e de Espanha³⁷⁹.

Neste quadro nacional, questionamos que papel foi assumido pelas juventudes partidárias, associadas a um momento de arranque do percurso trilhado nos meandros da política e que, após o 25 de Abril de 1974, acolheram toda aquela energia que motivava a participação após tantos anos de um silêncio chamado ditadura. Enquanto criação do sistema partidário, que brotou da democracia mas com raízes anteriores a ela, como nos explica Manuel Braga da Cruz, assumindo a função de mediação entre os jovens e os partidos, estas estruturas, embora usufruindo de alguma autonomia, não poderão negar a dependência que marca a sua relação com os partidos que as tutelam: "(...) são de facto um sector juvenil dos partidos políticos, tendo na maioria dos casos assegurada a presença inerente de representantes seus nos órgãos directivos dos partidos. Isso faz com que as suas funções sejam teoricamente e em grande medida subsidiárias dos partidos políticos, isto é, orientadas por eles, tais como a de fornecimento de mão-de-obra política barata ou gratuita para a realização de tarefas de propaganda política, suprimindo carências de militância adulta, e a de reprodução política dos próprios partidos, através do recrutamento e formação de quadros políticos, nomeadamente locais, e através da intervenção em zonas geográficas ou sociais onde ela está vedada, por razões políticas ou sociais, aos partidos." ³⁸⁰. Preparando e formando os jovens, as juventudes partidárias dão então resposta às necessidades de substituição e de socialização,

³⁷⁷ *ibid*, 279-280

³⁷⁸ LISI, 2011: 250- 251

³⁷⁹ JALALI, 2007: 21

³⁸⁰ CRUZ et al, 1985: 36-38

funcionando, por vezes, como “‘correias de transmissão’ dos partidos”. Podem servir, nuns casos, como “‘câmaras de eco’ ou ‘de ressonância’, apenas etariamente diversificadas” e, noutros, como “‘câmaras de ensaio’ ou ‘banco de provas’ de iniciativas políticas externas ou de clivagens políticas internas dos partidos”³⁸¹.

Apesar de todas as dependências e ligações, as juventudes partidárias mantêm uma relativa autonomia, podendo, por vezes, chegar a assumir o papel de grupo de pressão intra-partidário. Por outro lado, esta autonomia tem aspectos menos positivos para as estruturas, nomeadamente no que diz respeito ao processo de transição das juventudes para os partidos correspondentes, “já que a inscrição nas primeiras não significa necessariamente inscrição simultânea ou futura nos segundos, nem a ocupação de tarefas ou responsabilidades de vulto na organização juvenil confere per si qualificações políticas partidárias”³⁸². Um factor que contribui para o aumento da taxa de desperdício, a qual cresce ao ritmo do grau de dificuldade de acesso à esfera do poder, assumindo-se, por isso, mais central do que periférica, já que “é ao nível da administração regional e local que as juventudes políticas mais desempenham a função de centros de extracção de quadros políticos partidários, também porque aí o carreirismo político iniciado nas juventudes partidárias é maior do que na maior proximidade dos centros de decisão nacional, onde se multiplicam os centros de extracção e o acesso ao poder se torna mais espesso porque concorrencial”³⁸³.

Segundo Manuel Braga da Cruz, o declínio dos movimentos políticos de juventude, designadamente do movimento estudantil, foi acompanhado pela institucionalização organizada da participação política da juventude e, por conseguinte, também pela sua integração política³⁸⁴. Contudo, como já salientámos, esta realidade veio dar lugar a uma outra: aquela em que as organizações partidárias de juventude deixam de ser a opção em prol das formas de participação menos estruturadas. “Portugal é o país em que o declínio dos filiados, em termos absolutos, se manifesta de forma mais evidente a partir da década de 90, enquanto em Espanha e na Grécia se regista um aumento gradual, mais vincado neste último caso do que no primeiro. Portugal apresenta a média mas alta do rácio F/E [número de filiados / número de eleitores] em relação aos outros países da Europa do Sul (4,9), mas é ultrapassado pela Grécia na

³⁸¹ *ibid*, 38

³⁸² *ibid*, 39

³⁸³ *ibidem*

³⁸⁴ *ibid*, 35

década de 90. Mesmo considerando a década mais recente, Portugal é o país das novas democracias da Europa do Sul onde a crise da militância parece ser mais consistente e regular, com uma ulterior diminuição dos filiados, quer em valores absolutos, quer em termos relativos”³⁸⁵. Um cenário que marca então todo o Ocidente, sendo Portugal apenas uma das peças deste puzzle que é a crise associativa, em que os partidos se confrontam com a dificuldade em recrutar: "Apesar das adaptações organizativas, é evidente a dificuldade de incentivar uma maior inclusividade e uma maior renovação, quer a nível das elites, quer a nível dos militantes. Finalmente, há um problema de mobilização, sobretudo no que diz respeito à produção de identidades colectivas.”³⁸⁶.

Avaliando apenas a realidade nacional, constata-se que a capacidade de ancoragem dos partidos portugueses não se demonstra a mais eficiente, sendo possível concluir que a média do rácio de integração social (por partido) entre 1975 e 2009 é de 1,1 %, ou seja, dos valores mais baixos das democracias europeias. "Por um lado, os partidos da área direita parecem ter sido caracterizados por uma dinâmica mais positiva quando comparados com os partidos do outro bloco ideológico. Este facto parece evidente sobretudo até à década de 90, talvez como reflexo da predominância destes partidos (sobretudo do PSD) a nível institucional. No entanto, confirmando os dados a nível europeu, a partir da década de 90 o declínio organizativo dos partidos parece ser generalizado, independentemente da respectiva ideologia”³⁸⁷.

Novas formas de participar, mudanças estruturais na sociedade, a ascensão da individualidade, a menor ligação à actividade associativa e a redução da busca de filiados por parte dos partidos - são alguns dos argumentos que nos ajudam a compreender a quebra registada na militância. E isso pode ter efeitos e afectar a força dos partidos no contexto democrático e o próprio sistema político: "O facto de as forças partidárias terem uma base militante cada vez mais reduzida não é apenas um sinal de afastamento entre a sociedade civil e a classe dirigente. É também um catalisador da perda de legitimidade dos partidos e do enfraquecimento de algumas funções fundamentais desempenhadas pelos partidos que se reflecte na diminuição das simpatias e lealdades partidárias. Finalmente, esta transformação implica também uma maior probabilidade de que dentro dos partidos possam prevalecer interesses específicos em

³⁸⁵ LISI, 2011: 78

³⁸⁶ *ibid*, 248

³⁸⁷ *ibid*, 81-82

detrimento das orientações gerais apresentadas aos eleitores.”³⁸⁸. Pretendemos então perceber o que representam as juventudes neste contexto em que a mudança parece urgente enquanto garantia da continuidade de um sistema que assenta em representantes legitimados por representados.

O Partido Socialista, o Partido Social-Democrata e as suas Juventudes

Conscientes de uma cadeia de efeitos que acabam por se tornar num círculo difícil de interromper, o qual comprometerá a renovação das elites político-partidárias, torna-se importante analisar. Mas tentemos saber algo mais sobre estas estruturas partidárias que têm partilhado o poder no Portugal democrático.

No PS, até à publicação do livro que se cita, tinham ocorrido dois processos de refiliação. A mais recente, ocorrida em 2002, terá conduzido a uma redução do número de inscritos que passou de 120 mil para 66 mil. “Os dados mais recentes indicam que o processo de inflação recomeçou, com o aumento constante e gradual de militantes, reflexo da falta de controlo das adesões”³⁸⁹.

No PSD, “também se registou um crescimento da filiação constante e gradual até 1996, altura em que o líder, Marcelo Rebelo de Sousa, decidiu avançar com o processo de actualização dos ficheiros. A militância passou de mais de 180 000 inscritos para um pouco menos de 80 000, representando uma diminuição de mais de 50% do total. No período seguinte a falta de um controlo rigoroso fez aumentar o número de membros, atingindo mais de 150 000 filiados em 2008. Houve também um crescimento significativo de militantes entre 1974 e 1984, assim como entre 1995 e 2000. Foi este o período em que, segundo os dados apresentados por Meirinho Martins (...), se verificou a maior entrada de novos membros em termos absolutos”³⁹⁰.

Em ambos os partidos importa distinguir aqueles que se assumem como simpatizantes ou apoiantes informais dos militantes registados e que asseguram o pagamento de quotas, respeitando e subscrevendo um conjunto de princípios e valores: “Os dados disponíveis sugerem que existem, pelo menos nos dois partidos de governo, diferenças significativas entre os que podem ser considerados ‘activistas’ e que pagam regularmente as quotas e os que mantêm laços mais flexíveis com as organizações

³⁸⁸ *ibid*, 112

³⁸⁹ *ibid*, 83

³⁹⁰ *ibid*, 84-85

partidárias, mostrando formas mais intensas de participação apenas em períodos específicos da vida partidária. Porém, este facto é uma indicação ulterior do carácter mais eleitoralista do PS e do PSD, em que a proporção de ‘simpatizantes’ se aproxima do número de eleitores fiéis”³⁹¹. Falamos de partidos que, localizando-se no centro do espectro político e ambicionando ganhar eleições, procuram corresponder a um leque mais vasto de expectativas.

Deitemos um olhar rápido à estrutura dos partidos em análise. No que diz respeito ao Partido Socialista, os principais órgãos dirigentes são, para além do congresso, a comissão nacional (CN), a comissão política (CP) e o secretariado, correspondendo o secretário-geral à principal figura individual. "A CN é o órgão deliberativo mais importante entre congressos e compete-lhe estabelecer a linha de actuação do partido e verificar se a acção dos restantes órgãos partidários respeita o rumo estabelecido. A comissão política é o órgão deliberativo que reúne mais frequentemente e tem competência relevantes não apenas no que diz respeito à estratégia (...), mas também em matéria de organização interna. Finalmente, o secretariado é o órgão executivo restrito, competindo-lhe a implementação das principais directrizes e o desempenho regular das funções quotidianas do partido”³⁹². Quanto ao Partido Social Democrata, este "seguiu um modelo de formação territorial baseado na ‘penetração’, mas neste partido a autonomia de grupos preexistentes manteve-se mais acentuada, sobretudo em certas áreas do Norte e do Centro do país e nas ilhas (...). Esta componente mais ‘federal’ do partido iria influenciar o seu desenvolvimento organizacional, atribuindo-lhe traços genéticos que o diferenciam dos restantes partidos”³⁹³. Quanto à sua organização estrutural, considera-se que em pouco se distingue da apresentada pelo Partido Socialista, "adoptando uma organização hierárquica em que o congresso, composto por delegados eleitos pelos militantes, é o principal órgão responsável pela eleição dos restantes órgãos. A figura mais importante é o presidente da comissão política nacional (CPN), mas o papel do líder dentro da arquitectura organizacional e a sua relação com os outros órgãos têm sofrido profundas mudanças ao longo do período democrático (...). O líder, normalmente, é também quem dirige a acção da comissão permanente, ou seja, o órgão executivo restrito. O conselho nacional (CN) é eleito em congresso e tem a responsabilidade de controlar os principais

³⁹¹ *ibidem*

³⁹² *ibid*, 122

³⁹³ *ibid*, 124-125

órgãos do partido. O CN é o único órgão a ser eleito através de um sistema proporcional e, por isso, tende a reflectir as divisões internas, enquanto as outras estruturas mais importantes do partido são escolhidas através de um sistema maioritário"³⁹⁴.

Impacto na definição do sistema partidário teve também a democratização, sendo que, em Portugal, esse processo ocorreu mais tarde e noutras condições como já importou salientar: "Os partidos surgiram no contexto revolucionário, em vez de se desenvolverem a partir de clivagens sociais efectivas (...) ou de um sistema de partidos preexistente. A maioria dos partidos surge em 1974 (PPD/PSD e CDS), enquanto o PS tinha sido formalmente criado um ano antes, mas no exílio. O Partido Comunista era assim o único dos partidos principais a funcionar em Portugal a 25 de Abril de 1974. Não obstante, todos os partidos – incluindo o PCP – desenvolveram-se no contexto revolucionário de 1974-75 enquanto organizações políticas legais em busca de apoio de massas para fins eleitorais ou outros"³⁹⁵. 1974 representa a primeira oportunidade, em praticamente meio século, para uma afirmação plena dos partidos, nomeadamente no que se refere à criação de estruturas organizacionais locais e nacionais, à mobilização do apoio popular e à luta pelo alcance do poder local e nacional. Além disso, segundo algumas teorias, o contexto da democratização, associado à dimensão revolucionária, ajuda a perceber algumas das características do sistema partidário português: "Em primeiro lugar, a fraqueza das suas raízes sociais, parcialmente compensada pela sua aproximação ao Estado e aos seus recursos. Em segundo lugar, a organização e a estruturação dos partidos, que contribui igualmente para a centralidade dos líderes históricos e para o grau de facciosismo dos partidos"³⁹⁶.

Os partidos portugueses, tendo em conta a sua origem mais recente e ocorrida num ambiente de mudança e conflito, apresentando então raízes sociais pouco profundas, segundo perspectivas de autores como Pridham e VanBiezen, correm o risco de dar mais destaque ao seu lado institucional, em detrimento do lado social: "Em primeiro lugar, os partidos têm uma origem mais institucional do que social, tendo emergido a partir de conflitos acerca da direcção das novas instituições. Este enfoque institucional tenderá a subsistir posteriormente. Por outro lado, a maioria dos partidos surge apenas com a mudança de regime e, frequentemente, adquiriu representação parlamentar (ou até mesmo um papel executivo) antes de um desenvolvimento completo

³⁹⁴ *ibidem*

³⁹⁵ JALALI, 2007: 61-62

³⁹⁶ *ibid*, 62

das suas estruturas organizacionais no país. Assim, o desenvolvimento da organização partidária acaba por ser dirigido pelo partido em cargos públicos (*party in public office*), quer a nível local quer a nível nacional. Finalmente, os partidos nascem num contexto geral de financiamento público aos partidos e de amplo impacto e acesso aos meios de comunicação social, o que resulta numa menor dependência do apoio social e em militantes partidários”³⁹⁷. Esta ausência de raízes torna-se mais inegável quando relembramos estar perante partidos catch-all, contudo, a inexistência de partidos de massas no Portugal democrático não parece surpreender alguns autores que sugerem que também se tem vindo a verificar um decréscimo nas condições associadas a este tipo de partidos³⁹⁸.

Falemos agora das juventudes partidárias. a JSD surge em Junho de 1974, trilhando, a partir daí, o seu percurso de afirmação e estabilização. Após o III Congresso, “assiste-se seguidamente a um período de grande expansão da organização nos meios estudantis, com significativa vitória nas eleições para as associações respectivas (...)”³⁹⁹. Considera-se que a consolidação ideológica veio com o IV Congresso, tendo sido dada continuidade ao percurso que conduziu à actualidade. Já a JS, fundada em Abril de 1974, apresenta etapas muito distintas ao longo do seu percurso que também integrou fases marcadas pelo conflito com o partido, de maior ou menor influência e, conseqüentemente, de crescimento ou declínio”⁴⁰⁰.

Ainda quanto à relação mantida entre partidos e as respectivas organizações de juventude, dir-se-á que estas últimas são “criadas pelos partidos, reproduzindo externamente as grandes linhas do seu ideário programático, e interiormente os traços fundamentais das suas estruturas organizativas e das suas principais clivagens políticas, as juventudes partidárias, apesar de uma relativa autonomia de actuação política e administrativa, têm em relação a eles uma estreita dependência ideológica, organizativa e financeira”⁴⁰¹. Havendo normalmente uma subordinação ideológica das juventudes face aos partidos, também em termos estruturais e de organização interna tende a registar-se a reprodução do modelo adoptado pelos respectivos partidos. “Este

³⁹⁷ *ibid*, 68

³⁹⁸ *ibid*, 81

³⁹⁹ CRUZ et al, 1985: 46-49

⁴⁰⁰ *ibid*, 52-53

⁴⁰¹ *ibid*, 58

paralelismo organizativo justifica-se principalmente pelos mecanismos de representação juvenil paralela nas estruturas dos partidos, que variam de juventude para juventude.”⁴⁰²

A relação entre Partido e Juventude pode então ser pautada por um maior ou menor nível de independência. No relatório do Secretário-geral, Mário Soares, ao Congresso do PS, refere-se que o próprio Mário Soares terá sublinhado que o partido “não deseja tutelar a JS, reconhecendo-lhe, pelo contrário, ampla autonomia orgânica. Mas no plano da orientação política geral há que estabelecer conexões muito sólidas, ao nível nacional e ao nível regional, para que a JS possa realizar plenamente os fins para que foi criada e venha a ser um alfofre de futuros militantes e dirigentes do nosso Partido”⁴⁰³. Contudo, como já referido e não sendo diferente em Portugal, não poderemos menosprezar que as juventudes partidárias assumem papéis de elevada relevância para a manutenção da continuidade do partido, na escolha e preparação dos novos elementos através da socialização e garantindo a mediação entre as estruturas partidárias e os jovens: “Se uma das funções das juventudes partidárias é a de selecção e formação de quadros para os partidos, o seu desempenho depende grandemente do apoio que nesse sentido os partidos se dispõem a dar às respectivas juventudes. (...) Mas um dos mais fortes senão mesmo o mais forte mecanismo de dependência partidária das juventudes consiste no apoio financeiro que recebem dos partidos, que constitui a maior fonte de ingressos de todas as juventudes políticas”⁴⁰⁴.

E quanto à continuidade da ligação ao partido, após ultrapassada a idade máxima para integrar a juventude, dir-se-á que “a representação das juventudes nos partidos expressa-se também através da inclusão de elementos seus entre as listas de candidatos e deputados e nos seus grupos parlamentares. (...) A JSD tem visto a sua representação no grupo parlamentar do PSD subir consideravelmente (...). A JS vê, por seu lado aparecer nas listas do PS militantes seus, quer como representantes da organização, indicados como tais a Direcção Nacional para ocupar nas listas os lugares reservados à escolha desta, quer ainda como escolhidos pelas estruturas locais na qualidade de militantes do partido”⁴⁰⁵. Esta valorização dos elementos das Juventudes e a manutenção da sua representação na estrutura principal são factores que podem

⁴⁰² *ibid*, 60

⁴⁰³ *ibid*, 59

⁴⁰⁴ *ibid*, 63

⁴⁰⁵ *ibid*,. 61-62

contribuir para a continuidade da carreira política daqueles que atingem a idade máxima para integrarem as juventudes partidárias.

Em teoria, torna-se óbvio e facilmente perceptível qual a missão que poderá estar reservada para as juventudes partidárias e que objectivos poderão servir em prol dos partidos que as tutelam. Resta saber se a realidade comprova, ou não, essa teoria e se tal ainda satisfaz os jovens que integram as estruturas.

Os Estatutos e as Elites

A leitura dos Estatutos⁴⁰⁶ torna-se essencial para melhor se compreender o funcionamento e a organização dos partidos e das respectivas juventudes. Também nestes documentos estruturais encontraremos as coordenadas que orientarão a relação entre as duas peças deste sistema.

No Estatuto do Partido Socialista (PS), para além da distinção face a simpatizante (reconhecem-se mais direitos e deveres aos militantes, nomeadamente no que concerne ao exercício de cargos no partido, podendo os simpatizantes participar na eleição directa para Secretário-Geral do PS ou em eleições primárias quando tenham lugar, por deliberação dos órgãos próprios do partido), é definido que o membro é "quem, aceitando a Declaração de Princípios, o Programa, os Estatutos e a disciplina do Partido, se inscreva como militante e seja aceite pelos competentes órgãos"⁴⁰⁷. Quanto à sua ligação com a Juventude Socialista (JS) é óbvia em diversos aspectos, estando determinado, no Estatuto do Partido, que "os membros regularmente inscritos da Juventude Socialista, ao completarem os dezoito anos de idade, adquirem o direito a tornar-se membros do PS mediante simples comunicação à sede nacional em impresso próprio, verificados os requisitos constantes do artigo 6º dos presentes Estatutos"⁴⁰⁸.

No que diz respeito à organização, o Partido Socialista estrutura-se a nível local, distrital, regional e nacional. Quanto aos órgãos nacionais, estes são: "a) O Congresso Nacional; b) A Comissão Nacional; c) A Comissão Política Nacional; d) O Secretário-Geral; e) O Presidente do Partido; f) O Secretariado Nacional; g) O Secretário-Geral Adjunto; h) A Comissão Permanente; i) A Comissão Nacional de Jurisdição; j) A

⁴⁰⁷ Estatutos do Partido Socialista, versão aprovada no XX Congresso Nacional e na Comissão Nacional de 31 de Janeiro de 2015.

⁴⁰⁸ *ibidem*

Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira; l) O Grupo Parlamentar na Assembleia da República"⁴⁰⁹. Já a Juventude Socialista, que se descreve nos seus Estatutos como "uma organização política de jovens que pugna pela implementação dos valores do socialismo democrático e da República, visando uma sociedade mais livre, justa e solidária, no respeito pelos princípios do respeito da dignidade da pessoa humana, do pluralismo de expressão e da democracia interna e externa"⁴¹⁰, organiza-se a nível local, concelhio, federativo e nacional, sendo os órgãos nacionais o "a) O Congresso Nacional; b) A Comissão Nacional (CN); c) A Comissão Política Nacional (CPN); d) O Secretário-geral; e) O Secretariado Nacional (SN); f) A Comissão Nacional de Jurisdição (CNJ); g) A Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira (CNFEF)"⁴¹¹. Também o Secretário-Geral assume o lugar de representante máximo da organização, à semelhança do que acontece no partido.

Sendo militantes da JS os jovens "com mais de 14 e menos de 30 anos, portugueses ou residentes em Portugal, que se inscrevam como tal"⁴¹², também nos seus Estatutos são esclarecidos os contornos da sua relação com o partido mãe. Tida como uma organização de jovens do Partido Socialista, descreve-se que a "Juventude Socialista dispõe de autonomia organizativa, de orientação política e de ação próprias, no respeito pelos Estatutos, Declaração de Princípios e Orientação Política genérica do Partido Socialista"⁴¹³, contribuindo esta "para a definição ideológica e programática do Partido Socialista e participando na prossecução dos objetivos globais do PS para a sociedade portuguesa"⁴¹⁴. Quanto à ligação entre as duas estruturas, como já se referiu, a "inscrição dos militantes da Juventude Socialista, com mais de 18 anos, no Partido Socialista, é automática, salvo oposição do próprio, através de comunicação feita pela sede nacional aos órgãos competentes do Partido Socialista"⁴¹⁵ - um factor relevante e digno de destaque que visa claramente combater os níveis de desperdício registados e que comprometem a vitalidade das estruturas.

⁴⁰⁹ *ibidem*

⁴¹⁰ Estatutos da Juventude Socialista, Aprovados no XVI Congresso Nacional, com as alterações introduzidas no XVII Congresso Nacional e no XIX Congresso Nacional. / Estatutos da Juventude Socialista, Aprovados no XVI Congresso Nacional, com as alterações introduzidas no XVII, no XIX e no XX Congresso Nacional.

⁴¹¹ *ibidem*

⁴¹² *ibidem*

⁴¹³ *ibidem*

⁴¹⁴ *ibidem*

⁴¹⁵ *ibidem*

Havendo elementos representantes da JS em diversos órgãos do PS (Congresso, Comissão Nacional, Comissão Política Nacional), também nos Estatutos do partido surge um artigo dedicado a estruturar a relação com a juventude. A mesma é descrita como "a organização de juventude do Partido Socialista", que "dispõe de autonomia organizativa e de ação no respeito pela Declaração de Princípios, pelo Programa do Partido, pelos Estatutos e pela orientação política genérica dimanada dos órgãos do Partido"⁴¹⁶. Define-se ainda que a Juventude Socialista "goza de autonomia financeira, mas o Partido Socialista tem o dever de apoiar material, técnica e financeiramente a sua atividade, nos termos de protocolos de cooperação válidos por períodos renováveis de dois anos"⁴¹⁷, devendo, perante isto, ser questionada a real autonomia e independência da juventude partidária em caso de dependência financeira em relação à estrutura principal.

Já no que diz respeito ao Partido Social Democrata (PSD), também a sua ligação com a juventude está clarificada estatutariamente. Sendo descrita como a "organização política não confessional de Jovens Sociais Democratas que prossegue os fins definidos em estatutos próprios e na qual se integram os cidadãos portugueses com a idade neles fixada"⁴¹⁸, estabelece-se que "a JSD rege-se pelos presentes Estatutos e por estatutos próprios" e que "os militantes da JSD que tenham atingido o pleno gozo dos seus direitos políticos e se inscrevam no PPD/PSD nos termos do Artigo 5º, gozam dos direitos previstos no Artigo 6º e ficam obrigados aos deveres previstos no Artigo 7º". Fica também clarificado que "os representantes da JSD nos órgãos do Partido não são suscetíveis de apreciação por parte destes órgãos e cessam funções logo que atinjam a idade limite prevista nos seus Estatutos para nela militarem"⁴¹⁹.

A organização regional do partido "assenta na divisão político-administrativa do País e compreende: a) Estruturas regionais autónomas, correspondentes às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira; b) Estruturas regionais correspondentes às Regiões Administrativas; c) Estruturas distritais, correspondentes aos Distritos; d) Estruturas municipais, designadas Secções"⁴²⁰. Sendo os órgãos nacionais o Congresso Nacional, o Conselho Nacional, a Comissão Política Nacional, a Comissão Permanente

⁴¹⁶ Estatutos do Partido Socialista, versão aprovada no XX Congresso Nacional e na Comissão Nacional de 31 de Janeiro de 2015.

⁴¹⁷ *ibidem*

⁴¹⁸ Estatutos do Partido Social Democrata, Aprovados XXXIV Congresso – Lisboa – 23, 24 e 25 de Março de 2012.

⁴¹⁹ *ibidem*

⁴²⁰ *ibidem*

Nacional, o Conselho de Jurisdição Nacional, o Grupo Parlamentar e a Comissão Nacional de Auditoria Financeira, a representação da JSD está assegurada no Congresso, no Conselho Nacional e na Comissão Política Nacional - poucas diferenças em relação ao observado do lado do Partido e Juventude Socialistas -, sendo o Presidente da Comissão Política o órgão personalizado com mais relevância em ambas as estruturas.

A Juventude Social-Democrata, segundo os seus próprios Estatutos, "é a organização política não confessional de jovens socialdemocratas, que em comunhão de esforços com o Partido Social Democrata (PSD), tem por fins a promoção e a defesa da democracia política, económica, social e cultural inspirada nos valores do Estado de Direito democrático e nos princípios e na experiência da socialdemocracia, conducentes à libertação integral do Homem, através da transformação reformista da sociedade portuguesa, sempre na defesa de Portugal, de um ideal de afirmação internacional da Nação Portuguesa no contexto da globalização, da promoção da qualidade de vida das suas populações, da emancipação dos jovens e da realização da solidariedade intergeracional"⁴²¹. Nesta organização poderão inscrever-se "cidadãos portugueses e cidadãos residentes em Portugal, com capacidade legal para o exercício de direitos políticos com idade compreendida entre os 14 e os 30 anos, que livremente desejem prosseguir os fins da JSD, contribuir para a execução das suas tarefas fundamentais, respeitar os Estatutos Nacionais e militar ou vir a militar no PSD"⁴²². Assim, a JSD "tem Militantes Menores com idade compreendida entre os 14 e os 18 anos e Militantes Maiores com idade compreendida entre os 18 e os 30 anos"⁴²³. Esta estrutura, com diferentes níveis territoriais - Nacional, Distrital, Concelhio, Núcleo -, estipula como órgãos nacionais o Congresso Nacional, a Mesa do Congresso Nacional, o Conselho Nacional, a Comissão Política Nacional, o Conselho de Jurisdição Nacional, a Comissão Eleitoral Independente.

Quanto à sua relação com o PSD, estatutariamente "a JSD é a Organização de Juventude do PSD e nele enquadrada política e ideologicamente"⁴²⁴. Nos seus Estatutos determina-se ainda que "goza de autonomia de organização e funcionamento, sem prejuízo das formas de ligação orgânica a todos os níveis, nos termos consagrados nos

⁴²¹ Estatutos da Juventude Social Democrata, aprovados em congresso nacional da JSD em 13 de Dezembro de 2014.

⁴²² *ibidem*

⁴²³ *ibidem*

⁴²⁴ *ibidem*

presentes Estatutos e nos do PSD"⁴²⁵, ou seja, mais uma vez deixam-se salvaguardas no que diz respeito ao nível de independência e autonomia.

Nesta consulta aos Estatutos foi interessante perceber que todos determinam como funciona a designação para cargos ligados ou alheios à organização partidária. Está então controlado o acesso ao exercício do poder, sendo a renovação da elite definida pela própria elite e acontecendo essa selecção de entre aqueles que estão integrados na estrutura. Falamos de um percurso que visa talhar os candidatos do futuro. E esse percurso começa nas juventudes. Isto é, o objectivo não passa apenas por formar os quadros futuros dos partidos, mas também por preparar candidatos e figuras que possam assumir cargos diversos: “Em todos os partidos, a incumbência está associada não só a um crescimento do número de militantes (...) mas também a uma maior penetração no Estado, por exemplo através da nomeação de figuras próximas do partido para a administração pública.”⁴²⁶.

Os ocupantes desses cargos darão lugar à elite, cujo recrutamento e composição também têm mudado ao longo do tempo. Considera-se que a sua renovação está estritamente relacionada com a transformação nos partidos. Segundo Panebianco, o grau de mudança das elites partidárias oscila ao longo de um *continuum* que vai de uma estabilidade total (ausência de renovação) até uma substituição completa. Ainda de acordo com este autor, a mudança profunda das elites dirigentes só acontece quando ocorre um choque externo. Já Michels defendia que, em partidos com elevado nível de institucionalização, a renovação das elites dirigentes seria sempre gradual⁴²⁷. E por onde passa essa elite nas instituições partidárias nacionais? Espreitando a história nacional, percebe-se que “as mudanças de regime no Portugal contemporâneo foram, em geral, processos violentos que implicaram rupturas bruscas, quer com as instituições políticas existentes, quer com os seus valores fundamentais. Nesse contexto de mudanças de regime e de crises políticas, os militantes desempenharam quase sempre um papel decisivo e transformaram-se assim num importante viveiro de recrutamento da elite governante”⁴²⁸. Até porque as transformações/transições de regime implicaram, em Portugal, mudanças no pessoal ligado à política. Outro factor interessante associado a Portugal, contrariamente ao que acontece noutros países europeus, passa por se

⁴²⁵ *ibidem*

⁴²⁶ JALALI, 2007: 156

⁴²⁷ *ibid*, 120

⁴²⁸ ALMEIDA et al, 2006: 54-55

constatar "uma longa tradição de separação entre a política nacional e a política local. Consequentemente, a política local nunca foi um ponto de partida promissor para ascender a um cargo ministerial. Antes do período autoritário, a experiência parlamentar era encarada como um pré-requisito essencial para a carreira ministerial – pelo menos para os civis. Todavia, o regime democrático contemporâneo não retomou esta tradição do liberalismo, favorecendo antes as competências mais técnicas e os perfis tecnocráticos no recrutamento dos ministros"⁴²⁹. Em comparação com outras democracias europeias, afirma-se que esta tendência não deriva apenas da complexidade crescente e das exigências técnicas da actividade governativa, justificando-se também com a "fraca penetração dos partidos na sociedade civil", a "autonomia dos primeiros-ministros na formação dos governos" e a "procura de legitimidade ‘tecnocrática’ e de ‘competência’ para satisfazer uma opinião pública que apresenta elevados índices de desconfiança em relação à ‘classe política’"⁴³⁰.

Encontrar o equilíbrio entre a tendência para a profissionalização política, a força tecnocrática e a verdadeira representação popular faz parte das regras do jogo e o peso de cada uma das vertentes também tem mudado ao longo do tempo. “O significado que, a longo prazo, a crescente proporção de tecnocratas nos governos poderá vir a ter para as democracias da Europa do Sul, permanece uma incógnita. Temos provas elucidativas de que, até ao momento, não prejudicou a sua legitimidade”⁴³¹ e que poderá efectivamente conduzir a níveis elevados de satisfação. "Mas o necessário equilíbrio entre a representação popular e a competência especializada da elite, continua a ser um desafio extremamente difícil. Encontrar os políticos a que Dahl se refere – isto é, encontrar os ‘políticos’ que ‘sabem como usar os ‘peritos’ é para já uma tarefa bem mais complexa do que encontrar os próprios ‘peritos’”⁴³². Prova de que há uma preocupação em aliar o domínio das matérias à assunção de cargos político-partidários é o que se passa também em Portugal: “Portugal, Grécia e Espanha singularizam-se pela ênfase dada à educação universitária como requisito para o desempenho de qualquer cargo ministerial. É provável que estes padrões contrastantes se devam às diferenças históricas das relações partido-sindicato (...)”⁴³³.

⁴²⁹ *ibidem*

⁴³⁰ *ibidem*

⁴³¹ *ibid*, 55

⁴³² *ibidem*

⁴³³ *ibid*, 233-234

Apesar das mudanças acarretadas pelos tempos recentes e desta necessidade de legitimação pela formação académica/especialização, poderemos então concluir que o funcionamento dos partidos nacionais baseia-se na aposta na politização na fase da juventude, procurando transmitir os princípios norteadores na etapa de construção de identidade, alimentando assim o processo de renovação da elite. Resta-nos conhecer os números que nos ajudarão a perceber se foi realmente assim que se decidiu quem poderia governar este país entre os anos 70 e 2013.

Os dados

Conscientes que as impressões e os mediatismos ajudam a construir opiniões que acabam por se tornar verdades aparentes, surge a obrigação de olhar para os números. Assim e analisando especificamente cada uma das forças partidárias em questão, percebemos que as tendências apontadas em estudos acabam por fazer jus ao que é o cenário individual de cada uma das estruturas.

Os estudos clássicos sobre o activismo político, nomeadamente de Milbrath, Verba e Scarrow, apontam para o facto de os indivíduos mais propícios a aderir às actividades partidárias apresentarem "características sócio-económicas elevadas, podendo ser considerados, portanto, pertencentes às faixas 'centrais' da sociedade"⁴³⁴. Assim, como se resume nesta obra de Marco Lisi, tal significa que os "filiados são maioritariamente do sexo masculino, de meia-idade, com um elevado nível de educação, e têm uma profissão liberal"⁴³⁵. Embora os estudos sobre militantes partidários sejam relativamente escassos, "os dados disponíveis confirmam algumas tendências registadas na maioria dos países europeus. Em primeiro lugar, há uma prevalência de homens nas bases partidárias, apesar de o desequilíbrio ser muito menor em 2008, quando a percentagem de mulheres já atingia 47% dos filiados (...). Outro dado importante é o envelhecimento da base militante: em 1984 mais de 80% dos militantes tinham idade inferior a 54 anos, enquanto na primeira década do século XXI a faixa etária mais idosa (mais de 55 anos) correspondia a mais de metade do universo dos filiados. Segundo as estimativas dos inquéritos, o perfil dos filiados, apresenta também um desequilíbrio significativo em relação ao nível de escolaridade. Na década de 80 havia de facto uma maioria de filiados com um nível de educação superior ao 9º ano, quando a nível da

⁴³⁴ LISI, 2011: 93

⁴³⁵ *ibidem*

população este grupo correspondia a menos de um terço. Contudo, nas décadas seguintes parece registar-se um maior equilíbrio e a percentagem de militantes com um nível mais elevado de educação aproxima-se do perfil do resto da população. (...) a dificuldade em integrar os grupos mais novos do eleitorado implicou também uma diminuição no nível de educação dos militantes”.⁴³⁶

Olhemos para o que dizem os estudos sobre estas organizações partidárias em análise. No que diz respeito ao Partido Socialista, para além da predominância do sexo masculino, percebe-se o peso das faixas mais idosas em detrimento dos mais jovens: “há uma clara maioria de filiados das faixas mais idosas: mais de um terço tem mais de 56 anos, e esta percentagem sobe até cerca de 70% se incluirmos os indivíduos com mais de 46 anos. Por outro lado, todas as faixas etárias mais novas estão sub-representadas, em particular os inscritos mais jovens (18-25 anos), que somam apenas 6%”⁴³⁷. Graças aos dados de 2003, conclui-se ainda que o PS é um partido com elevado capital educacional. “Em geral, (...) é possível sublinhar que o perfil dos filiados do PS se tem caracterizado por um nível crescente de profissionalização e do status sócio-económico. Por outras palavras, perdeu-se progressivamente a componente popular, em detrimento dos profissionais da política, que vivem da política e que têm na carreira política um potencial percurso profissional. É também importante notar que os dados disponíveis apontam para um carácter mais elitista e oligárquico dos dirigentes partidários, o que sugere um crescente afastamento do partido em relação à base militante e, sobretudo, ao eleitorado”⁴³⁸. No PSD a realidade não apresenta grandes diferenças: apesar do aumento do número de mulheres, o sexo masculino permanece sobrerrepresentado, constata-se a presença de inscritos com um nível de educação bastante elevado – algo também explicável pelo rejuvenescimento da base militante: “Ao longo do regime democrático, os dados parecem indicar um significativo rejuvenescimento dos filiados. Em 2007, 60 % dos filiados tinham menos de 30 anos, um terço tinha entre 30 e 60 anos, enquanto apenas 7% tinham mais de 60 anos. Ou seja, a tendência neste caso é oposta à que se verifica no caso do PS: com o aumento da idade diminui a proporção de inscritos (...)”⁴³⁹.

⁴³⁶ *ibidem*

⁴³⁷ *ibid*, 97

⁴³⁸ *ibidem*

⁴³⁹ *ibid*, 98

Ainda do ponto de vista da caracterização etária dos partidos PS e PSD, convém não esquecermos que ambos apostam na tradicional divisão entre juventude partidária e partido propriamente dito. Os primeiros dez anos de democracia em Portugal ficaram marcados pelo claro aumento do número de filiados. Contudo, seguiu-se uma quebra, apontando-se dois possíveis factores explicativos: as actualizações dos registos de filiados, como já havíamos referido, que dão lugar a quebras no valor total e, por outro lado, o peso da “ligação entre a evolução da membership e a posição institucional (...)”. Alguns autores colocaram a hipótese de a conquista de posições de governo incentivar o aumento da filiação partidária, e vice-versa⁴⁴⁰. Contudo, esta possibilidade, conforme é sublinhado, dificilmente será comprovada devido à deficiente contabilização de filiados.

Além das dificuldades de captação de militantes, fala-se nas barreiras de acesso, afirmando-se que “(...) os partidos portugueses têm uma composição sócio-demográfica bastante elitista e uma dificuldade considerável de representarem, no seu interior, os vários sectores da sociedade.”⁴⁴¹. Também no seio dos próprios partidos ocorreram mudanças estruturais marcadas por duas tendências já referidas e que também têm impactos neste contexto: a centralização de poder e relevância do líder e o destaque da dimensão institucional dos partidos⁴⁴². O partido dá então lugar a um rosto, passando o poder de mobilização a estar concentrado numa pessoa, na sua capacidade de gerar empatia e confiança. Um líder forte pode atrair eleitores mas pode fazer crer que a organização coincide com uma pessoa, desincentivando militantes que assim sentirão que muito dificilmente terão relevância ou se farão notar. Por outro lado, o lado social mais frágil dos partidos, em prol do reforço do lado institucional mais fortalecido, também acaba por contribuir para uma menor capacidade de envolvimento.

Estudar matérias como esta levanta constrangimentos diversos relacionados, designadamente, com a matéria-prima da investigação. Um obstáculo que, segundo tivemos a oportunidade de apurar, não é novo: “De facto, os partidos não têm tido uma gestão rigorosa do ficheiro de militantes, sendo os processos de actualização muito irregulares. Apenas em alturas de decisões específicas das lideranças partidárias se verificaram processos de refiliação com o objectivo de averiguar o número de militantes que mantinham de facto vínculos estáveis aos partidos. (...) A evolução dos dois principais partidos de governo reflecte uma dinâmica de expansão – consequência

⁴⁴⁰ *ibid*, 111-112

⁴⁴¹ *ibid*, 114

⁴⁴² *ibid*, 118-119

sobretudo da inflação do número de filiados devido à contabilização de novos membros -, acompanhada ao mesmo tempo de processos de actualização que fazem diminuir o número de filiados.”⁴⁴³.

Tendo sido o passo mais difícil de concretizar, após a recolha das bases de dados junto da Juventude Socialista, da Juventude Social Democrata e dos respectivos partidos, as quais integrariam os nomes dos elementos que engrossaram os órgãos nacionais em análise, procedeu-se à reunião das restantes listagens (neste âmbito, não poderemos deixar de sublinhar o impacto das dificuldades encontradas no tratamento e sistematização da informação derivada das listagens que serviriam como arranque deste trabalho): os nomes de presidentes de Câmaras Municipais foram cedidos pela Direcção-Geral das Autarquias Locais; em relação aos deputados que integraram a Assembleia da República, foi possível reunir os dados necessários a partir do portal da instituição, tendo sido necessário solicitar os elementos referentes a legislaturas mais antigas; quanto aos eurodeputados nacionais, aos presidentes de governos regionais e aos elementos que integraram os governos até 2013, estes elementos foram recolhidos nos respectivos portais das instituições ou noutros portais, procedendo-se sempre à comparação dos dados reunidos. Concluída essa etapa, garantiu-se a análise dos dados (referentes ao período 1974 - julho de 2013) por forma a perceber a evolução na carreira política.

Ao longo de todo este percurso, não pudemos menosprezar o poder das mudanças acarretadas, nomeadamente, pela evolução tecnológica que criou, diríamos, uma arena paralela de participação política. Assim, tendo em conta o surgimento de novas formas de participação que apostam na informalidade, a invasão dos novos media, a descrença dos mais jovens na política e nos seus agentes e a busca crescente de recursos desligados das estruturas partidárias na ânsia de negarem as acusações de carreirismo, tentaremos perceber, através dos números, se as juventudes partidárias representam viveiros de recrutamento para a renovação das elites político-partidárias.

Contexto

Começamos por tentar perceber melhor o que se passa em torno da realidade que vamos caracterizar em números.

⁴⁴³ *ibid*, 83

Os Congressos

Sendo os Congressos momentos de afirmação da identidade e da união da organização partidária e quando são eleitos os elementos que virão a engrossar órgãos nacionais - o ponto de partida deste estudo -, olhemos para a frequência destes encontros promovidos pelas juventudes e respectivos partidos.

Tabela 1: Os Congressos dos Partidos e respectivas Juventudes

	JS	PS	JSD	PSD
1970	Fev. de 1975	Dez. de 1974	Maio de 1975	Jan. de 1978
	Nov. de 1976	Out./Nov. 1976 e Jan. 1977		Julho de 1978
	Dez. de 1978	Março de 1979		Junho de 1979
1980	Janeiro de 1981	Maio de 1981	Nov./Dez. de 1980	Fev. de 1981
	Fev. de 1984	Set. e Out. 1983	1984	Dez. de 1981
	Fev. de 1987	Junho de 1986	1986	Fev. de 1983
		Fev. de 1988	1988	Março de 1984
		Janeiro de 1989		Maio de 1985
				Maio/Junho de 1986
				Junho de 1988
1990	Abril de 1990	Maio de 1990	1990	Abril de 1990
	Dez. de 1991	Fev. de 1992		Nov. de 1992
	Março de 1994	1994 (Conv. Nacional)		Fev. de 1995
	Maio de 1996	1996 (Conv. Nacional)		Março de 1996
	Maio de 1998	Fev. de 1999		Out. de 1996
				Abril de 1998
				Fev. de 1999
				Abril e Maio de 1999
2000	Maio de 2000	Maio de 2001	2000	Fev. de 2000
	Junho de 2002	Nov. de 2002	2002	Julho de 2002
	Julho de 2004	Outubro de 2004	Março de 2005	Maio de 2004
	Julho de 2006	Nov. de 2006	Abril de 2007	Nov. de 2004
	Julho de 2008	Fev./Mar. 2009	Nov. de 2008	Abril de 2005
				Março de 2006
				Maio de 2006
				Out. de 2007
				Junho de 2008
2010	Não avaliados	Abril de 2011	Não avaliados	Março de 2010
		Set. de 2011		Abril de 2010
				Março de 2012
Total	16	20	11	30

No que respeita à realização de congressos, tendo em consideração o período analisado e os dados disponíveis, poderemos verificar que não se consegue perceber uma periodicidade definida e rigorosa. Além disso, destaca-se que essa fragilidade é ainda mais visível no que respeita às juventudes partidárias. Um factor que poderemos justificar com a jovialidade da nossa Democracia, ocorrendo mais tarde a estabilização do modo de funcionamento e organização dos partidos e respectivas organizações de juventude. Também não poderemos menosprezar as limitações já mencionadas que marcam a gestão do funcionamento das juventudes, destacando-se a dependência financeira que também pode condicionar a ocorrência de Congressos. Por fim, sublinham-se as dificuldades em reunir e sistematizar as informações - algo que pode comprometer e condicionar as conclusões apresentadas.

Os órgãos nacionais em análise

Procedeu-se a uma análise entre os órgãos nacionais comparáveis de ambas as estruturas, tendo ainda sido seleccionados os congressos ilustrativos da evolução registada no que respeita ao número de elementos abrangidos e eleitos.

Tabela 2: Órgãos nacionais em análise passíveis de comparação e a sua dimensão

Cong.	JS			Total de indivíduos	JSD			Total de indivíduos
	Com. Nacional	Secr. Nacional	Com. Nacional Jurisdição (última designação adoptada)		Cons. Nacional	Com. Política Nacional	Cons. Nacional Jurisdição	
I	40	9	7	47	14	8	5	27
IV	70	11	5	76	30	13	1	44
V	51	9	9	60	32	14	5	51
VI	71	7	10	81	50	13	8	71
VII	51	20	4	60	30	13	5	48
IX	50	34	7	77	44	13	8	65
XI	71	21	7	88	51	1	9	61
XII	72	30	7	93	40	13	8	61
XVI	68	25	7	98	86	16	9	111
XVIII					55	25	7	87
XIX					55	23	7	85
XX					56	16	7	79

Apesar de não podermos dizer que os números apresentam variações muito relevantes, sendo possível verificar-se uma estabilização gradual, é perceptível que no

âmbito da Juventude Socialista é mais comum a acumulação de cargos, embora esta seja a estrutura que, no total, apresenta mais indivíduos para análise, revelando, eventualmente, um menor fechamento e uma circulação mais elevada. Contudo, esta será uma conclusão arriscada, pois não poderemos ignorar que nem todas as listagens, nomeadamente referentes à JSD, estão completas.

Os próprios órgãos nacionais em análise também foram mudando ao longo do tempo. Vejamos a JSD. Foram estruturados dados relativos aos seguintes órgãos: Conselho Nacional, Conselho Nacional de Jurisdição, Mesa de Congresso, Comissão Política Nacional, Comissão Executiva (apenas detectável no Congresso de 1975) e Representante à Comissão Política (apenas detectável no Congresso de 1975). Os órgãos nacionais contemplados actualmente nos Estatutos são: o Congresso Nacional, a Mesa do Congresso Nacional; o Conselho Nacional; a Comissão Política Nacional; o Conselho de Jurisdição Nacional; a Comissão Eleitoral Independente. Fazendo um cruzamento entre os órgãos analisados e os que constam no actual Estatuto, poderemos dizer: em relação ao Conselho Nacional, resumem-se as muitas alíneas em "é o órgão responsável pela orientação política geral da JSD definida em Congresso, bem como pela fiscalização da ação dos órgãos nacionais da JSD"⁴⁴⁴; já a Comissão Política Nacional também assume uma lista vasta de responsabilidades que se procuram resumir descrevendo-se esta como sendo "o órgão executivo superior da JSD", o qual "tem como atribuições assegurar a direção permanente da JSD, garantir o cumprimento da linha política aprovada pelo Congresso Nacional e zelar pelo regular funcionamento da JSD"⁴⁴⁵; o Conselho de Jurisdição Nacional é descrito como sendo "um órgão independente, encarregado de velar pelo cumprimento das disposições legais, estatutárias e regulamentares por que se rege a JSD, observando na sua atuação apenas critérios jurídicos"⁴⁴⁶. É uma competência do Congresso eleger estes órgãos nacionais.

Analise agora a JS. Foram avaliadas as constituições dos seguintes órgãos: Comissão Nacional, Secretariado Nacional e a Comissão Nacional de Conflitos existente no primeiro Congresso tendo, entre o segundo e o sétimo Congressos, dado lugar à Comissão de Controlo e Disciplina e, entre o oitavo e o décimo sexto Congressos, à Comissão Nacional de Jurisdição. O Estatuto da JS, o actual e o anterior,

⁴⁴⁴ Estatutos da Juventude Social Democrata, aprovados em congresso nacional da JSD em 13 de Dezembro de 2014.

⁴⁴⁵ *ibidem*

⁴⁴⁶ *ibidem*

contempla os seguintes órgãos nacionais: o Congresso Nacional, a Comissão Nacional, o Secretário-geral, o Secretariado Nacional, a Comissão Nacional de Jurisdição e a Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira. Cruzando elementos, poderemos depreender que a Comissão Nacional corresponde ao "órgão representativo máximo da Juventude Socialista entre Congressos Nacionais"⁴⁴⁷, o Secretariado Nacional equivale a um órgão executivo e que a Comissão Nacional de Jurisdição se assume "como o órgão jurisdicional superior da organização"⁴⁴⁸. Já no caso da Juventude Socialista, o Estatuto determina que o Congresso elege todos excepto o Secretariado Nacional e o Secretário-Geral. O Secretariado Nacional é eleito pela Comissão Nacional, sob proposta do Secretário-Geral (ou seja, é indirectamente eleito pelo Congresso) e o Secretário-Geral corresponderá ao primeiro elemento da lista mais votada para a Comissão Nacional.

Esta análise permite-nos concluir que, apesar das mudanças registadas ao longo do tempo, nomeadamente no que respeita à nomenclatura, continuam a ser servidos fins semelhantes, registando-se ainda um evidente paralelismo entre as duas estruturas.

Caracterização dos indivíduos que assumiram cargos nacionais nas Juventudes Partidárias

Partindo do universo constituído por todos aqueles que integraram os órgãos nacionais (tendo em conta as listagens recolhidas) das juventudes partidárias, procuraremos perceber quem foram ou são e por onde têm seguido os seus percursos.

O género

Começamos por tentar apurar qual o peso do sexo feminino entre aqueles que são eleitos para os órgãos nacionais em análise das juventudes partidárias.

Tabela 3: Número de mulheres eleitas para os órgãos nacionais das Juventudes

	JS		JSD	
	136	16%	77	11%
Total	840	100%	690	100%

⁴⁴⁷ Estatutos da Juventude Socialista, Aprovados no XVI Congresso Nacional, com as alterações introduzidas no XVII Congresso Nacional e no XIX Congresso Nacional. / Estatutos da Juventude Socialista, Aprovados no XVI Congresso Nacional, com as alterações introduzidas no XVII, no XIX e no XX Congresso Nacional.

⁴⁴⁸ *ibidem*

Constatamos que a representação das mulheres poderá estar comprometida desde este primeiro momento da carreira partidária. 136 em 840 eleitos para órgãos nacionais da Juventude Socialista foram mulheres. Já na Juventude Social Democrata, 77 em 690 corresponderam a mulheres. Falamos de percentagens que não ultrapassam os 20% e que corroboram as tendências e os estudos anteriormente citados que decretam a supremacia do género masculino.

Assim, embora a Juventude Socialista revele uma percentagem mais elevada, poder-se-á concluir que o sexo feminino apresenta uma representação pouco expressiva. Neste campo não convém esquecer que o PS, em 1999, implementou voluntariamente o sistema de "quotas de partido" e que foi aquando de um governo socialista que se deu voz à designada "Lei da Paridade" (Lei Orgânica 3/2006, 21 de Agosto), a qual estabeleceu que "as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos" - uma lei, aliás, proposta pelo próprio Partido Socialista que fica assim vinculado com uma maior preocupação em torno desta questão.

Resta saber quais as transformações verificadas à medida que se avança na carreira política.

Carreira Partidária: Ligação entre as Juventudes e os respectivos Partidos

Outro aspecto importante passa por se compreender se os dirigentes nacionais das juventudes partidárias também incluem os partidos na construção da sua carreira, verificando-se, assim, uma "ponte" entre as duas estruturas.

Tabela 4: Número de dirigentes nacionais das Juventudes eleitos para órgãos nacionais dos Partidos⁴⁴⁹

	JS		JSD	
	154	18,3%	121	17,5%
Total	840	100%	690	100%

⁴⁴⁹ No caso do PS, foram encontrados indivíduos nos seguintes órgãos: Comissão Nacional, Secretariado Nacional, Comissão Nacional de Conflitos (posterior Comissão Nacional de Jurisdição) e Comissão Nacional de Fiscalização de Contas. Já no caso do PSD, estes foram: Conselho Nacional, Mesa do Congresso, Comissão Política Nacional, Comissão Nacional de Jurisdição, Comissão Nacional de Auditoria Financeira e Conselho Nacional (Fora da Europa).

Antes de se interpretarem os dados, será importante também lembrar que poderão tratar-se de cargos assumidos no partido por inerência ao tido na estrutura da respectiva juventude.

Pareceria lógico que a integração dos órgãos nacionais das juventudes pudesse contribuir para a maior probabilidade de esses mesmos indivíduos virem a assumir um lugar nos órgãos nacionais dos respectivos partidos. Contudo, no seio dos próprios partidos, a questão não é tão linear. No interior do Partido Socialista, entre 1974 e 2011, ocorreram 435 nomeações para órgãos nacionais entre os elementos oriundos das juventudes. Contudo, apenas 154 das 840 pessoas foram alvo dessas nomeações. Passando agora para o Partido Social Democrata, entre os 690 elementos que iniciaram a carreira política na juventude do partido, registaram-se 320 nomeações para órgãos nacionais. Todavia, apenas 121 foram titulares dessas nomeações. Em média, cada indivíduo teria assumido 2,8 e 2,6 cargos no partido. Números que nos fazem pensar que poderemos estar perante um cenário marcado pela concentração de cargos assumidos num reduzido número de indivíduos ou por um elevado índice de abandono do percurso político.

Número de Congressos em que se regista eleição

Em função dos dados anteriores, torna-se imperativo analisar com mais cuidado o número de vezes/congressos em que cada indivíduo foi eleito, seja no contexto da juventude partidária ou do partido, pois facilmente somos levados a crer que os níveis de rotatividade e de renovação são baixos.

Tabela 5: Número de Congressos promovidos pela Juventude Partidária em que cada indivíduo regista eleição

N.º de Congressos	JS		JSD	
1	572	68%	497	72%
2	163	19,4%	131	19%
3	72	8,6%	43	6,2%
4	20	2,4%	16	2,3%
5	10	1,2%	1	0,1%
6	3	0,4%	2	0,3%
N.º médio de Congressos em que cada indivíduo regista eleição	1,5		1,4	
Total	840		690	

Tabela 6: Número de Congressos promovidos pelo Partido em que cada indivíduo, dirigente nacional de uma Juventude Partidária, regista eleição

N.º de Congressos	PS		PSD	
0	686	81,7%	569	82,5%
1	79	9,4%	53	7,7%
2	24	2,9%	21	3%
3	11	1,3%	13	1,9%
4	7	0,8%	10	1,4%
5	10	1,2%	11	1,6%
6 ou +	23	2,7%	13	1,9%
N.º médio de Congressos em que cada indivíduo regista eleição	0,51		0,46	
Total	840		690	

Para podermos analisar melhor o fenómeno da renovação da elite, tentámos perceber em quantos congressos foram eleitos os indivíduos que abraçaram cargos de natureza nacional, nas juventudes e nos respectivos partidos. Ao nível das juventudes foi curioso perceber que a pesada maioria registou eleição em apenas um congresso. No que diz respeito à JS, apenas 32% foram eleitos em dois ou mais congressos. Já em relação à JSD, somente 28% registaram eleição em 2 ou mais congressos. Assim, o número médio de congressos em que os indivíduos foram eleitos para cargos nacionais das juventudes corresponde a 1,5 e 1,4 respectivamente. Valores inferiores ao expectável e que descem ainda mais quando olhamos para os respectivos partidos: entre aqueles que já contavam com um cargo de dirigente nacional assumido no seio das juventudes, a pesada maioria não registou qualquer eleição para os órgãos nacionais em estudo em qualquer congresso do respectivo partido. Assim, no PS, 81,7% dos indivíduos que tinham assumido cargos nacionais na juventude não foram eleitos para os órgãos nacionais no respectivo partido. Quanto ao PSD, a percentagem sobe para 82,5%. Entre os que foram eleitos, maioritariamente foram-no em apenas um congresso (9,4 % no PS e 7,7 % no PSD). Assim, o número médio de Congressos em que dirigentes nacionais das juventudes foram eleitos para cargos nacionais dos respectivos partidos equivale a 0,51 e 0,46 no PS e no PSD, respectivamente.

Desta forma e como já havia sido salientado, podemos afirmar que se revela surpreendente e baixa a aposta nos elementos oriundos das juventudes partidárias, algo que nos pareceria óbvio pela evidente poupança de esforços e recursos na formação dos indivíduos que contariam já com uma profunda formatação segundo os princípios e

valores do partido. Demonstra-se ainda uma falha na continuidade da carreira partidária após um cargo nacional assumido na juventude, eventualmente por, como já foi apontado no início deste trabalho, ter vindo a ser crescente o surgimento de alternativas informais a conquistar terreno e também por se terem registado quebras na credibilidade depositada nas forças partidárias.

Continuidade da reincidência da eleição

Analisemos então o número de Congressos em que se é eleito de forma contínua, embora podendo ser para órgãos distintos.

Tabela 7: Número de vezes que um indivíduo, dirigente nacional da Juventude Partidária, regista eleição sem interrupção para cargo(s) em órgão(s) nacional(ais) da Juventude Partidária (podendo ser em órgãos distintos)

N.º de vezes	JS		JSD	
2	158	18,8%	130	18,9%
3	55	6,5%	28	4,1%
4	18	2,1%	10	1,4%
5	5	0,6%	0	0%
6	3	0,4%	1	0,1%
Total	840		690	

Tabela 8: Número de vezes que um indivíduo, dirigente nacional da Juventude Partidária, regista eleição sem interrupção para cargo(s) em órgão(s) nacional(ais) do Partido (podendo ser em órgãos distintos)

N.º de vezes	PS		PSD	
2	19	12,3%	21	17,4%
3	16	10,4%	13	10,7%
4	12	7,8%	6	5%
5	7	4,6%	7	5,8%
6	6	3,9%	2	1,7%
7	2	1,3%	0	0%
8	1	0,6%	0	0%
9	0	0%	0	0%
10	1	0,6%	0	0%
11	0	0%	0	0%
12	1	0,6%	0	0%
Total	154		121	

No campo da reincidência sem interrupções, isto é, do número de mandatos assumidos em contínuo, tanto no caso das juventudes como dos respectivos partidos,

percebe-se que a maioria, tendo sido eleita em mais do que um congresso, regista eleição para um cargo nacional em dois Congressos seguidos. Todavia, não poderemos menosprezar as percentagens associadas aos indivíduos que se mantêm no poder por mais do que um mandato (28,4% na JS, 24,5% na JSD, 42% no PS e 41% no PSD - no caso dos partidos estamos a tomar apenas em consideração os elementos que assumiram cargos nacionais nas juventudes). Além disso e apesar da percentagem diminuta, destacamos a existência de casos em que a mesma pessoa pode ser eleita 6 ou mais vezes para cargos de natureza nacional. Isto é, ainda assistimos a situações que parecem remeter para a profissionalização política e em que se assiste à construção de uma carreira no seio das estruturas partidárias.

O género

Verificado o peso minoritário do sexo feminino entre aqueles que são eleitos para cargos em órgãos nacionais de juventudes partidárias, tentaremos agora perceber qual o seu significado entre os que, tendo sido dirigentes nacionais nas juventudes, foram também eleitos para cargos em órgãos nacionais dos respectivos partidos.

Tabela 9: Distribuição por género dos indivíduos que, tendo sido dirigentes nacionais das Juventudes, foram também eleitos para cargos em órgãos nacionais dos Partidos

	PS		PSD	
Mulheres	26	17%	6	5%
Homens	128	83%	115	95%
Total	154	100%	121	100%

Se voltarmos a analisar o género, desta vez no seio do partido, verificamos que o cenário não perde os mesmos contornos: no PSD, apenas 6 em 121 nomes que registaram o exercício de cargos de cariz nacional no seio do mesmo corresponderam a mulheres; já no Partido Socialista, 26 em 154 eram mulheres. Falamos de percentagens que não superam os 20%, sendo que a força localizada mais à direita no espectro político voltou a revelar o valor mais reduzido no que toca à presença feminina.

Mais uma vez, não poderemos esquecer o peso do contexto histórico. Tendo Portugal estado mergulhado num regime ditatorial até 1974 que afastou as mulheres dos centros de decisão, a sub-representação do género feminino assume-se como um fenómeno ainda em mutação e que, apesar das evoluções registadas, ainda está distante

de perder todas as suas marcas, seja na política, seja noutras áreas cujas elites favorecem o género masculino.

Carreira Política: Da Juventude Partidária ao cargo político

Para lá da juventude e do partido, o percurso continua. Assim, comparando as listagens de dirigentes nacionais das juventudes partidárias e dos nomes dos que passaram pelos diversos cargos em análise, chegamos aos números que agora se apresentam, visando perceber se a passagem pela juventude partidária constitui um factor relevante na construção de uma carreira, aumentando a probabilidade de vir a abraçar novos desafios políticos, e se há outros factores que ajudem a explicar o cenário encontrado.

Os cargos políticos

Começemos por perceber, olhando para o universo dos indivíduos em análise, correspondente aos dirigentes nacionais das juventudes partidárias entre 1975 e 2008, quantos prosseguiram e assumiram cargos políticos de mais relevância e mediatismo.

Tabela 10: Números de vezes em que dirigentes nacionais das Juventudes Partidárias assumiram cargos políticos

	JS		JSD	
Presidente Câmara Municipal	9	1,1%	13	1,9%
Presidente Governo Regional	2	0,2%	0	0%
Deputado Assembleia da República	65	7,7%	99	14,3%
Eurodeputado	6	0,7%	6	0,9%
Secretário de Estado	13	1,6%	18	2,6%
Ministro	5	0,6%	6	0,9%
Total de indivíduos	840	100%	690	100%

Olhemos para a Juventude Socialista e para o futuro dos indivíduos que ocuparam cargos nos órgãos nacionais da organização de juventude. Em 840 elementos identificados nas bases de dados (entre 1975 e 2008), apenas nove correspondem a nomes ligados à presidência de Câmaras Municipais e dois à presidência de Governos Regionais. 65 deles assumiram assentos na Assembleia da República e 6 no Parlamento Europeu. Entre os elementos identificados, apenas 13 chegaram ao cargo de Secretário de Estado e cinco ao de Ministro.

Já no que diz respeito à JSD, o cenário não difere muito. Em 690 elementos identificados nas bases de dados (entre 1975 e 2008), apenas 13 chegaram ao cargo de

presidente da Câmara Municipal, 99 assumiram o lugar de deputados na Assembleia da República e 6 no Parlamento Europeu. 18 terão sido Secretários de Estado e apenas 6 foram Ministros.

Falamos então de percentagens muito reduzidas e que, no seu total, não superam os 16%. Questiona-se então o peso da experiência política que parece dar espaço para o crescimento de aspectos como a área de formação, o reconhecimento no seio dessa mesma área ou o percurso profissional trilhado e os cargos que o marcaram.

Além disso, não poderemos ignorar o facto de, tendo 74 e 107 indivíduos assumido cargos políticos tendo sido dirigentes nacionais na JS e JSD respectivamente, registaram-se 100 e 142 situações em que um dirigente nacional de uma juventude assumiu um cargo político que não dentro do partido. Torna-se assim perceptível a possibilidade de alguns dos indivíduos terem assumido mais do que um cargo - um factor que pode levar-nos a afirmar que estamos perante uma elite de difícil penetração.

As mulheres e os cargos políticos

Valores que ainda assumem menor expressão se apenas tivermos em consideração o sexo feminino, confirmando as suspeitas iniciais que apontam para uma presença mais enfraquecida das mulheres no universo político-partidário.

Tabela 11: Número de vezes em que mulheres, tendo sido dirigentes nacionais das Juventudes Partidárias, assumiram cargos políticos

	JS		Total	JSD		Total
Presidente Câmara Municipal	0	0%	9	0	0%	13
Presidente Governo Regional	0	0%	2	0	0%	0
Deputado Assembleia da República	9	13,8%	65	9	9,1%	99
Eurodeputado	1	16,7%	6	0	0%	6
Secretário de Estado	0	0%	13	1	5,6%	18
Ministro	0	0%	5	0	0%	6
Total	10	10%	100	10	7%	142

Nenhuma mulher, que antes tenha sido dirigente nacional da Juventude Socialista, terá chegado a presidente de Câmara Municipal nem de Governo Regional. Nove em 65 que chegaram ao lugar de deputado da Assembleia da República são do sexo feminino e apenas uma em seis chegou a eurodeputada. Olhando para os que chegaram aos cargos de Secretário de Estado e de Ministro, não se regista nenhuma mulher.

A mesma análise com base na Juventude Social Democrata dá lugar aos seguintes dados: nenhuma mulher foi presidente de Câmara Municipal, dos 99 que chegaram a deputados da Assembleia da República apenas nove eram mulheres, nenhuma seguiu a carreira de eurodeputada, uma em 18 assumiu o cargo de Secretária de Estado e nenhuma o cargo de Ministra.

Poder-se-á então concluir que o sexo feminino apresenta uma representação pouco expressiva no que respeita à construção de uma carreira política e ao alcance de cargos políticos (dentro ou fora das estruturas partidárias). Tudo somado, não mais do que 10% das nomeações para cargos políticos corresponderam a mulheres. Evidente é também que essa representação vai decaindo à medida que se ascende na hierarquia e que as dificuldades de acesso e exercício também aumentam. Algo que pode ser explicado pelas exigências sociais que ainda sobrecarregam as mulheres no que à vida familiar diz respeito e que surge cumulativamente à vida profissional.

Estamos perante dados que corroboram os estudos que, embora apontem para uma crescente expressão do sexo feminino, nomeadamente no que toca à elite parlamentar, continua a assumir-se inferior à tutelada pelo sexo masculino.

A passagem pelo partido e os cargos políticos

Embora surpreendente, a passagem pelos órgãos dirigentes nacionais das juventudes partidárias não parece contribuir de forma preponderante para que se sigam novos cargos políticos no futuro desses jovens que não se afastaram das convencionais formas de participação. Todavia, torna-se imperativo também perceber o impacto da passagem pelo partido.

**Tabela 12: Número de vezes em que dirigentes nacionais das Juventudes
Partidárias, tendo passado pelos órgãos nacionais dos Partidos, assumiram cargos
políticos**

	JS		Total	JSD		Total
Presidente Câmara Municipal	9	100%	9	8	61,5%	13
Presidente Governo Regional	2	100%	2	0	0%	0
Deputado Assembleia da República	46	70,8%	65	61	61,6%	99
Eurodeputado	6	100%	6	6	100%	6
Secretário de Estado	12	92,3%	13	16	88,9%	18
Ministro	5	100%	5	6	100%	6
Total	80	80%	100	97	68%	142

Comprova-se o carácter fundamental dessa passagem, como se se tratasse de um verdadeiro selo de pertença à estrutura partidária e, conseqüentemente, de capacidade para lealmente assumir um cargo político.

E facilmente se percebe o seu impacto, muito mais notório do que o associado à passagem pelas juventudes. No que diz respeito à JS, das nomeações para cargos políticos entre indivíduos que assumiram um cargo nacional na juventude, 80% também registaram eleição para cargos de cariz nacional no respectivo partido. O mesmo se passa em relação à JSD em que 68% das nomeações correspondem a indivíduos que também foram eleitos para cargos partidários de carácter nacional. Ou seja, uma clara maioria inclui a passagem pelo partido no seu currículo e isso leva-nos a crer que essa é a etapa do percurso que mais condiciona o acesso à elite política.

Estes elementos também não desmentem dados presentes noutros estudos, nomeadamente em relação à elite parlamentar, cujo recrutamento se afirma ocorrer entre os filiados nos partidos. Levam-nos ainda a crer numa elite política pouco permeável e no baixo nível de renovação da mesma. Contudo, como apontado em estudos que analisam a elite governativa, também se pode concluir que existe uma valorização da experiência política, partidária e parlamentar. Todavia, estes dados poderão sofrer uma viragem nos próximos anos dada a crescente valorização da legitimidade técnica capaz de consolidar uma nomeação que não se justifique apenas pela cor partidária.

Caracterização dos dirigentes nacionais das Juventudes Partidárias que assumiram cargos políticos (a partir de amostra)

A partir de uma amostra composta por aqueles que, tendo sido dirigentes em órgãos nacionais das juventudes partidárias, vieram a assumir cargos de Deputado na Assembleia da República, Eurodeputado, Secretário de Estado e de Ministro, procuraremos traçar um perfil mais detalhado.

A idade

Analisando essa amostra, tentámos perceber com que idade, aproximadamente, terá sido assumido o primeiro cargo num órgão de carácter nacional de uma juventude, tomando-se como o arranque da carreira política. Este dado poderá ajudar-nos a compreender quando desperta o interesse e, eventualmente, a preocupação em relação a matérias de natureza pública, não sendo de menosprezar que a busca destes lugares possa ser, muitas vezes, suscitada por motivações de índole pessoal.

Tabela 13: Idade com que os indivíduos que integram a amostra assumiram o primeiro cargo em órgãos nacionais de Juventudes Partidárias

	JS		JSD	
16	1	1,6 %	0	0 %
17	2	3,2 %	0	0 %
18	3	4,8 %	2	3 %
19	2	3,2 %	3	4,5 %
20	3	4,8 %	6	9,1 %
21	3	4,8 %	2	3 %
22	5	7,9 %	2	3 %
23	9	14,3 %	7	10,6 %
24	5	7,9 %	10	15,2 %
25	9	14,3 %	9	13,6 %
26	6	9,5 %	9	13,6 %
27	8	12,7 %	1	1,5 %
28	3	4,8 %	3	4,5 %
29	1	1,6 %	7	10,6 %
30	3	4,8 %	2	3 %
31	0	0 %	1	1,5 %
Sem informação	4		34	
Total	67		100	
Idade média com que assume primeiro cargo nacional	23,8		24,8	

Retirando-se a percentagem alocada aos elementos acerca dos quais não se conseguiram averiguar os dados essenciais ao cálculo e tomando-se em consideração dados de 63 elementos, poderemos dizer que, no que toca à JS, cerca de 52% dos elementos assumiram o primeiro cargo entre os 16 e os 24 anos de idade e perto de 48% fizeram-no entre os 25 e os 30 anos.

Já no que diz respeito à JSD, entre os 66 elementos cujos dados se conhecem, 48,4 % assumiram o primeiro cargo nacional entre os 18 e os 24 anos. Os restantes assumiram esse cargo entre os 25 e os 30 anos. Foram retirados dos cálculos 34 elementos acerca dos quais não se conseguiram obter os dados necessários.

Mais uma vez denotam-se as semelhanças entre as duas estruturas sendo as idades médias com que se assume o primeiro cargo de natureza nacional muito próximas (arredondadas: 24 e 25 anos). Este elemento torna-se compreensível se pensarmos que, embora seja algo flutuante ao longo dos tempos, equivale à idade em que o indivíduo começa a construir a sua independência, entra no mercado de trabalho, pensa em constituir família, torna-se consumidor e contacta directamente com questões que suscitem preocupações distintas daquelas que o moveriam até àquele momento. Isto é, a média encontrada dá voz à jovialidade que, nestas organizações, deverá marcar as estruturas dirigentes por forma a gerar identificação com o público-alvo que se pretende abarcar, contudo, também demonstra que pode efectivamente existir um momento de viragem na vivência da juventude.

O género

Reparemos agora como se distribuem os indivíduos que integram a amostra pelos dois géneros.

Tabela 14: Distribuição por género dos indivíduos que integram a amostra

	JS	%	JSD	%
Mulheres	9	13,4 %	8	8 %
Homens	58	86,6%	92	92 %
Total de indivíduos	67		100	

No que diz respeito à questão do género, poderemos constatar que a amostra não desmente o cenário descrito quando olhámos para a totalidade em análise. A percentagem de mulheres identificadas não supera os 14%, voltando a ser superior quando focamos o olhar nos elementos oriundos da Juventude Socialista, corroborando

os princípios e valores que parecem nortear o partido defensor da paridade. Todavia, não podemos deixar de voltar a sublinhar a diferença registada entre géneros, tornando-se óbvio que continua a existir uma predominância dos homens nos cargos de relevo sociopolítico.

A formação académica

São vários os estudos em que se apontam as formações académicas com mais presença nos percursos daqueles que integram as elites de carácter político. Assim e numa altura em que se discute o peso da formação e da área de actividade na escolha de alguém para um dado cargo e como mecanismos de legitimação perante o eleitorado, analisemos então os indivíduos que integram a nossa amostra, isto é, que, tendo sido dirigentes nacionais das juventudes partidárias, vieram a assumir cargos políticos de relevo.

Tabela 15: Formação académica dos indivíduos que integram a amostra

	JS	%	JSD	%
Direito	25	37,3 %	35	35 %
Economia / Finanças / Gestão / Gestão de empresas	8	11,9%	13	13 %
Ciência Política / Relações Internacionais	3	4,5 %	3	3 %
Engenharia	5	7,5 %	8	8 %
Medicina e Ciências Farmacêuticas	0	0 %	7	7 %
Outros	7	10,4 %	13	13 %
Sem informação	19	28,4 %	23	23 %
Total de indivíduos	67		100	

Apesar da diversidade de áreas do saber e tomando em consideração apenas os elementos acerca dos quais se conhecem os dados necessários (48 da JS e 77 da JSD), concluiu-se com facilidade que o Direito domina as escolhas, seguindo-se áreas mais ligadas à Economia, às Finanças e à Gestão (salientamos que, em alguns casos, a formação integra mais do que um curso). Elementos curiosos que, mais uma vez, nos deixam perceber as semelhanças entre as duas estruturas. A Juventude Social Democrata exhibe ainda uma percentagem interessante quando temos em consideração os cursos de Medicina e de Ciências Farmacêuticas - algo que não ocorre em relação à Juventude Socialista que, à semelhança da congénere, também exhibe números

destacados em relação aos formados em Ciência Política e Relações Internacionais e Engenharia nas suas diversas valências.

Consultados estudos, nomeadamente debruçados sobre a elite parlamentar e governativa, percebe-se que estes dados vão ao encontro dos apresentados nesses trabalhos: as profissões liberais são apontadas como as mais presentes, mencionando-se como justificação a flexibilidade e disponibilidade para o exercício dos cargos e o domínio das matérias e das capacidades (não menosprezemos a própria oratória) exigidas e que marcam o dia a dia do exercício destes cargos. Quando tida em consideração a elite ministerial, estudos concluem que, “recrutados, na sua esmagadora maioria, entre homens de meia-idade pertencentes a uma classe média com formação superior, os ministros portugueses formam um grupo ‘elitista’ proveniente de um meio profissional muito estreito. Até à consolidação da actual democracia, as duas categorias ocupacionais mais importantes eram os oficiais do Exército e os professores universitários; os advogados e outras profissões liberais – médicos, etc. – só tiveram alguma importância durante a I República. Globalmente, os ministros oriundos do funcionalismo público têm sido predominantes. A consolidação da democracia durante a década de 1970 ficou caracterizada por duas mudanças decisivas no perfil ocupacional da elite no Governo: o regresso das profissões liberais e a emergência dos gestores. (...) a política local continua a ter uma importância reduzida; o peso da experiência parlamentar declinou ao longo do tempo”⁴⁵⁰.

Concluimos então que os dados aqui apresentados não contradizem o que têm sido as conclusões dos estudos em torno das elites políticas.

Os líderes das Juventudes Partidárias

Concentremos agora a análise nos elementos que chegaram ao topo da hierarquia no âmbito das juventudes: a Secretário-Geral na Juventude Socialista e a Presidente da Comissão Política Nacional no caso da Juventude Social Democrata.

⁴⁵⁰ ALMEIDA et al., 2006: 54-55

O género

Nesta caracterização dos líderes juvenis, começámos por, mais uma vez, tentar compreender se mulheres e homens dispõem das mesmas facilidades de acesso aos cargos de topo.

Tabela 16: Distribuição por género dos líderes das Juventudes Partidárias

	JS		JSD	
Mulheres	2	18%	0	0%
Homens	9	82%	11	100%
Total	11	100 %	11	100%

Neste campo, nada se assume como surpreendente se tivermos em consideração a percentagem de mulheres identificada aquando da análise do universo em estudo. Assim, a JS, mais uma vez, exibe uma percentagem alocada ao sexo feminino superior à registada em relação à JSD. E, nesse sentido, não poderemos deixar de assinalar a inexistência de mulheres no histórico do cargo máximo da Juventude Social Democrata. Um dado que leva a crer que, no futuro, a ascensão das mulheres ocorrerá de forma mais lenta no âmbito da JSD e, consequentemente, do PSD.

A idade

Relevante é também compreender com que idade assumiram o cargo máximo na estrutura dirigente da juventude partidária.

Tabela 17: Distribuição etária dos líderes das Juventudes Partidárias

	JS		JSD	
20 - 25 anos	3	33,3%	3	30%
26 - 30 anos	6	66,7%	7	70%
Sem informação	2	-	1	-
Total	11	100%	11	100%

Já no que diz respeito à idade com que foi assumido o cargo máximo nas estruturas partidárias, conforme o expectável, os indivíduos apresentam idades superiores ao constatado aquando da análise das idades com que os indivíduos que integraram a amostra (composta pelos dirigentes das juventudes partidárias que alcançaram os cargos de Deputado na Assembleia da República, Eurodeputado, Secretário de Estado e de Ministro) assumiram o primeiro cargo na juventude partidária.

Algo compreensível e facilmente explicável com a necessidade de construir um percurso, adquirir experiência e criar uma rede no seio da instituição.

A origem geográfica

Outro elemento relevante e que nos ajudará a perceber a representatividade destas organizações cujas estruturas acabam por incluir vários níveis territoriais por forma a poderem apresentar-se como descentralizadas.

Tabela 18: Origem geográfica dos líderes das Juventudes Partidárias

	JS		JSD	
Lisboa	4	36,4%	2	18,1%
Porto	0	0%	1	9,1%
Coimbra	0	0%	1	9,1%
Outras	4	36,4%	3	27,3%
Sem informação	3	27,3%	4	36,4%
Total	11	100 %	11	100%

Contrariamente ao que seria expectável tendo em consideração a estrutura geográfica descentralizada das duas organizações em análise, rapidamente concluímos que Lisboa assume um peso superior em ambos os casos enquanto sede da naturalidade dos líderes das juventudes partidárias, embora seja algo mais evidente quando analisamos os indivíduos que chegaram ao cargo de Secretário-geral da JS. Surpreendente é também a pouca expressão de cidades como Porto e Coimbra, nomeadamente no que toca à JS, não só pela relevância de ambas, mas também por factores históricos ligados, nomeadamente, à força estudantil.

Afirma-se que “(...), em geral, pelo menos para os partidos principais, o nível de representatividade territorial é bastante elevado (...). Esta consideração aplica-se sobretudo no caso das bases eleitorais, mas também a nível dos filiados a distribuição parece relativamente homogénea. Isto significa que, apesar da tendência – bastante generalizada – para a diminuição dos filiados, não houve consequências relevantes na representatividade territorial dos partidos.”⁴⁵¹. O mesmo não se poderá dizer sobre as lideranças das juventudes partidárias que reflectem um elevado nível de centralização geográfica - algo que nos leva a crer que a representatividade geográfica poderá diminuir à medida que subimos na hierarquia, sendo mais difícil ascenderem militantes da periferia, nomeadamente pela concentração das próprias estruturas.

⁴⁵¹ LISI, 2011: 88

Formação académica

Se se encarou como necessário estruturar os dados existentes nesta matéria em relação aos dirigentes das juventudes que vieram a assumir os cargos políticos indicados para definição da amostra, tal também será importante na compreensão do perfil associado àquele que chega ao cargo máximo no seio da organização.

Tabela 19: Formação académica dos líderes das Juventudes Partidárias

	JS		JSD	
Direito	4	36,4%	3	27,3%
Economia/Gestão	3	27,3%	4	36,4%
Outras	2	18,1%	2	18,1%
Sem informação	2	18,1%	2	18,1%
Total	11	100 %	11	100%

No que diz respeito à formação académica, assistimos, mais uma vez, à superior expressão dos cursos de Direito e Economia/Gestão. É curioso, no entanto, constatar a inversão dos pesos assumidos por estas áreas nas organizações em análise: se na JS é a área do Direito que se mostra mais frequente, seguindo-se a Economia e a Gestão, na JSD, a realidade é exactamente a inversa.

De qualquer forma, permanece visível a tendência apontada pelos estudos e constatada pela análise da amostra constituída pelos elementos que, tendo assumido cargos nacionais nas juventudes, abraçaram posteriormente cargos de deputados da Assembleia da República, eurodeputados, secretários de estado e ministros.

Os cargos políticos

Alcançado o cargo máximo no âmbito da juventude, não poderemos deixar de querer perceber o peso dessa conquista no restante percurso político.

Tabela 20: Cargos políticos exercidos pelos indivíduos que foram líderes das Juventudes Partidárias

	JS		JSD	
Presidente C.M.	1	9,1 %	0	0%
Presidente G.R.	0	0%	0	0%
Deputado A.R.	10	90,9 %	11	100 %
Deputado P.E.	4	36,4 %	4	36,4 %
Secretário de Estado	3	27,3 %	2	18,2 %
Ministro	1	9,1 %	2	18,2 %
Nada	0	0%	0	0%
Sem informação	1	9,1 %	0	0%
Total	11		11	

Olhando para o futuro destes elementos que foram dirigentes máximos das organizações de juventude e segundo os dados que foi possível apurar, torna-se interessante sublinhar que nenhum terá deixado de construir um percurso na política. Também é curioso perceber que apenas um dos elementos - referente à JS - terá sido Presidente de Câmara Municipal. As passagens pela Assembleia da República e pelo Parlamento Europeu coincidem com as percentagens mais elevadas seja em relação à JS, seja em relação à JSD. Quanto aos cargos com mais projecção - Secretário de Estado e Ministro - as percentagens são mais tímidas, ainda assim, superiores às percentagens registadas quando analisada a totalidade dos elementos que terão abraçado cargos nacionais nas juventudes partidárias. Tal poderá levar-nos a crer que, para além de existir uma evidente acumulação de cargos, a eleição para o cargo máximo da hierarquia da JS ou da JSD contribui positivamente para o aumento da probabilidade de vir a assumir cargos de maior envergadura. Ou seja, quanto mais destaque for alcançado nesse momento de arranque da carreira política, mais certas haverá de o indivíduo vir a manter uma ligação e uma presença no contexto político-partidário.

Conclusões

Tendo esta análise ocorrido sobre o período compreendido entre 1974 e 2013, não poderemos deixar de salientar que, a partir de 2005, os candidatos a chefes do governo dos dois partidos com maior peso em Portugal trazem as juventudes partidárias na sua bagagem política. Uma conclusão que permanece actualizada se tivermos em consideração, inclusivamente, as eleições ocorridas no final de 2015 em que António Costa, após suceder a António José Seguro na liderança do Partido Socialista, defronta Pedro Passos Coelho que se manteve na direcção do Partido Social Democrata. Todos eles haviam passado pelas juventudes. Mas estaremos a ser iludidos pelo mediatismo destas figuras? Ou será este o início de uma nova fase que marcará a nossa democracia, por tantos considerada jovem?

Sendo certo que os partidos funcionarão como os principais gatekeepers, os quais determinam os elegíveis, e não havendo dúvidas do impacto da partidocracia, permanece o conflito entre a profissionalização política e o desejo social de combater o fechamento e a impermeabilidade das elites governantes e o que negativamente se tem apelidado de carreirismo. O currículo de quem assume os cargos reflecte o seu próprio contexto. Tendo em conta também a complexificação da própria sociedade, a valorização da especialização, do saber escolarizado e do conhecimento técnico, isto é, a tecnocracia, tem conquistado terreno na opinião pública à medida que os cidadãos têm vindo a afastar-se dos agentes políticos, alimentando-se a descrença e a desconfiança, factores que condicionam o papel da experiência política no momento da escolha - seja por parte dos cidadãos, seja por parte do próprio partido escolhido para, por exemplo, formar governo. E este facto, que traz independentes para os cargos, também pode demonstrar a fragilidade do enraizamento do sistema partidário português.

Não esqueçamos ainda que, como o nome da própria organização indica, a intervenção das juventudes partidárias ocorre nessa fase de construção da identidade e nada garante que, perante a dimensão da oferta relacionada com os modos de participação, nomeadamente informais e associados às tecnologias de informação e comunicação, os jovens sigam em frente no percurso político-partidário. Afinal de contas, quando as motivações são de natureza maioritariamente profissional e pessoal e tendo em conta a relação "oferta-procura" entre interessados e cargos disponíveis, o desejo de pertença pode ser apagado pela vontade de se destacar enquanto indivíduo e não enquanto parte de uma organização de muitos.

Embora o mediatismo das mais recentes figuras que se têm destacado no âmbito da governação e no contexto da oposição nos leve a crer que as juventudes partidárias assumem um papel de grande destaque na manutenção da renovação das elites político-partidárias, os números, embora condicionados pelas limitações e dificuldades encontradas ao longo da elaboração deste estudo (associadas nomeadamente às listagens que funcionaram como ponto de partida), trazem outras perspectivas. O futuro poderá ser diferente e marcado por uma adesão reforçada dos mais jovens à política e pela (re)credibilização da mesma junto dos cidadãos que hoje preferem ser governados por especialistas. Mas, para já, um cargo numa juventude partidária não parece ser condição obrigatória para a construção da carreira política, demonstrando-se mais preponderante a passagem pelo partido que a tutela. Consequentemente, o alcance de um cargo não parecerá poder funcionar como um estímulo à integração de uma juventude partidária, havendo ainda elementos que levam a concluir que um cargo numa juventude partidária não será sinónimo de uma carreira no partido.

De salientar ainda que o sexo feminino continua a ter uma expressão inferior e que, por vezes, se pode tornar inexistente quando analisamos cargos de topo, deixando concluir que, na sociedade portuguesa, a mulher eventualmente se manterá como principal responsável por cuidar da vida familiar, sendo ainda imperativo ter em consideração a desigualdade entre géneros existente no mercado de trabalho, comprovada por diversos estudos e que condiciona a independência salarial, as possibilidades de formação, crescimento e afirmação e, consequentemente, as oportunidades partidárias e políticas. Para compreender estes factos, como foi referido ao longo do trabalho, não se pode menosprezar a história do país: Portugal atravessou uma ditadura cujo final ainda se assume recente. As marcas são ainda visíveis, nomeadamente pela fragilidade dos alicerces do sistema partidário e pelas suas características.

Apesar de os números não corroborarem uma forte intervenção, a verdade é que as juventudes partidárias permanecem como agentes activos e reconhecidos no contexto político-partidário nacional. Algo que também nos leva a acreditar que o sistema considera importante manter esta "porta de entrada" na política, moldando e controlando o possível acesso à elite político-partidária, cujo nível de renovação e abertura se torna difícil avaliar pelos dados extraídos. Contudo, o número reduzido de nomes que

avançam até cargos políticos e a repetição dos que avançam levam a pensar num acesso dificultado e num grau de circulação baixo.

O que os números acabam por provar é que as semelhanças são muitas entre as estruturas partidárias e que as diferenças, para além de poucas, não se assumem muito significativas. Esta análise demonstrou que a passagem pelas camadas dirigentes das juventudes partidárias, para já, não se assume preponderante como elemento caracterizador da elite político-partidária nacional, contrariamente à passagem pelos cargos dirigentes dos partidos. Permitiu ainda perceber, para além da sub-representação das mulheres, a preponderância do Direito e da Economia/Gestão como áreas de saber marcantes dos percursos académicos. Isto é, percebemos que, sendo estes os partidos que partilham o poder desde que a democracia se instalou em Portugal, estes estão ainda distantes de conseguir representar na plenitude a sociedade portuguesa - algo visível, desde logo, nas juventudes e que se reforça quando olhamos para os cargos máximos das respectivas estruturas, cujos titulares, pela sua origem, não espelham toda a área geográfica deste país que, embora pequeno, encerra em si muitas e diversas realidades.

Conclui-se então que poderão ser muitas as variáveis a condicionar e a justificar este cenário que não corrobora uma ligação directa entre a participação activa na juventude partidária e a construção de uma carreira política visível através do exercício dos cargos analisados. Todavia, permanece a certeza da existência de um papel atribuído a estas organizações que intervêm na etapa da vida em que mais decisões se tomam, em que a personalidade se molda e o futuro se define.

Neste momento, os partidos, divididos entre apostar em políticos profissionais ou em profissionais que também podem ser políticos, vivem e convivem com o risco de perder a confiança dos cidadãos, a sua fonte de legitimidade que, cada vez mais, menos quer saber de política. Os jovens não são excepção, pelo contrário. Vítimas de um cenário recente de crise económica e social, ansiosos por se distinguirem enquanto indivíduos num cenário de massificação e conhecedores de outras ferramentas que os torna centros de recolha e transmissão de informação a uma velocidade inimaginável, estes sentem que podem fazer a diferença sem dependerem de estruturas partidárias distantes e pouco responsivas, cujos acessos coincidem com obstáculos, desvirtuando assim a crença numa elite político-partidária representativa dos cidadãos.

Estes factos e os números reunidos trazem conclusões. Mas também trazem novas questões, às quais só o futuro poderá dar respostas. Olhar para as juventudes

partidárias dentro de alguns anos poderá implicar olhar para uma renovada e diferente elite político-partidária e para organizações que foram obrigadas a repensar o seu papel. Resta saber se essa elite surgirá marcada pela carreira política e pela socialização e crescimento entre ideais partidários, se carregada de uma bagagem feita de saber técnico e escolarizado que garanta a legitimidade que os cidadãos hoje dificilmente reconhecem aos partidos e aos políticos. E, claro está, qual o papel dos jovens e das organizações partidárias.

Bibliografia

ABRAMSON, Paul R. e CLAGGETT, William. Recruitment and political participation. in *Political Research Quarterly*. Vol. 54, No. 4. Sage Publications, Inc. - University of Utah, 2001.

ALFORD, John et al. Are Political Orientations Genetically Transmitted? in *American Political Science Association Review* [Em linha] Vol. 99, N.º 2. Sem local: American Political Science Association, Maio de 2005 [Última consulta: 09/07/2017]
Disponível em:
<http://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1006&context=poliscifacpub>

ALMEIDA, Pedro Tavares de et al (org.). Quem governa a Europa do Sul? O recrutamento ministerial, 1850-2000. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

AUGUSTO, Nuno Miguel, A juventude e a(s) política(s): Desinstitucionalização e individualização. in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 81, 2008.

AUGUSTO, Nuno Miguel. *Novos actores sobre velhos palcos – Juventude, política e ideologias no Portugal Democrático* (tese apresentada no âmbito do doutoramento). Universidade da Beira Interior, 2006.

BARGEL, Lucie. Les organisations de jeunesse des partis politiques. in *Agora débats/jeunesses*, N.º 52, 2009.

BATALLAN, Graciela et al. La participación política de jóvenes adolescentes en el contexto urbano argentino: Puntos para el debate. in *Ultima década*. Vol.17, n.30. Valparaíso: CIDPA, 2009.

BEETHAM, David et al. *Assessing the Quality of Democracy – A Practical Guide*. Suécia: International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2008.

BRUTER, Michael e HARRISON, Sarah. *The Future of our Democracies: Young Party Members in Europe*. Reino Unido: Palgrave Macmillan, 2009.

BRUTER, Michael e HARRISON, Sarah. Tomorrow's leaders?: Understanding the involvement of young party members in six European Democracies in *Comparative Political Studies* 42: 1259. SAGE Publications, 2009.

CALDEIRA, Paula. *Juventude e participação política: trajetórias de participação de jovens no movimento estudantil e em partidos políticos no Rio de Janeiro*. [Em linha] Dissertação submetida no âmbito do programa de pós-graduação. Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Agosto de 2008 [Última consulta: 15/01/2014] Disponível em: <http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/paula-caldeira.pdf>.

CALIARI, Hingridy Fassarella. *Um ensaio sobre a participação política da juventude brasileira*. [Em linha] Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo – Centro de Ciências Jurídicas e Económicas, 2009. [Última consulta: 29/12/2013] Disponível em: <http://web3.ufes.br/ppgps/sites/web3.ufes.br/ppgps/files/Hingridy%20F.%20Caliari.pdf>.

CAMARÃO, Teresa. Uma geração (des)interessada pela política nacional. in *Público*. 5 de Janeiro de 2014.

COLEMAN, Stephen; MESCH, Gustavo S. New media and new voters: Young people, the Internet and the 2005 UK election campaign in LOADER, Brian D. (editor). *Young citizens in the Digital Age: Political engagement, young people and new media*. 1ª edição. Abingdon: Routledge, 2007.

COULDRY, Nick et al. Youthful steps towards civic participation: Does the Internet help? in LOADER, Brian D. (editor). *Young citizens in the Digital Age: Political engagement, young people and new media*. 1ª edição. Abingdon: Routledge, 2007.

CRUZ, Manuel Braga da et al. A condição social da juventude portuguesa. in *Análise Social*. Vol. XX. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1984.

CRUZ, Manuel Braga da. A participação política da juventude em Portugal — as elites políticas juvenis. in *Análise Social*. Vol. XXV. Sem local: sem editora, 1990.

CRUZ, Manuel Braga da et al. Os Jovens e a Política – Políticas de Juventude e Juventudes Políticas em Portugal. in *Estudos e Documentos ICS*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1985.

DALTON, Russell J. et al. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. in *Análise Social*. Vol. XXXVIII (167). Lisboa: ICS, 2003.

FERGUSON, Ross. Chattering classes: The moderation of deliberative forums in citizenship education. in LOADER, Brian D. (editor). *Young citizens in the Digital Age: Political engagement, young people and new media*. 1ª edição. Abingdon: Routledge, 2007.

FERNANDES-JESUS, Maria et al. Agência e participação cívica e política de jovens in MENEZES, Isabel (coordenadora); FERNANDES-JESUS, Maria; FERREIRA, Pedro; MALAFAIA, Carla; RIBEIRO, Norberto (editores). *Agência e participação cívica e política: jovens e imigrantes na construção da democracia*. Porto: Livpsic, Abril de 2012.

FLANAGAN, Constance. Young people's civic engagement and political development. in FURLONG, A. (ed.) *International Handbook on Youth and Young Adulthood*. [Em linha] Pennsylvania: Routledge. Fevereiro de 2008. [Última consulta: 07/07/2017] Disponível em: <https://www.routledgehandbooks.com/pdf/doi/10.4324/9780203881965.ch3>.

FORBIG, Joerg. Introduction: democratic politics, legitimacy and youth participation in FORBIG, Joerg. *Revisiting youth political participation – Challenges for research and democratic practice in Europe* [Em linha] Estrasburgo: Council of Europe Publishing, 2005. [Última consulta: 29/12/2013] Disponível em: http://pjp-eu.coe.int/documents/1017993/1380104/Revisiting_youth_politica.pdf/5476c081-1a5d-4139-96f7-2ada7bcc2766.

FREIRE, André (coord.) *Recrutamento Parlamentar: Os deputados portugueses de Constituinte à VIII Legislatura*. Lisboa: Stape. 2001.

FREIRE, André. A profissionalização política dos deputados portugueses, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. 2001.

FREIRE, André. Participação e abstenção nas eleições legislativas portuguesas, 1975-1995. in *Análise Social*. XXXV. Lisboa: ICS, 2000.

GARCÊS, Ana Paula. "Profissionalismo político e representação". in CABRAL, Manuel V.; LOBO, Marina C. & FEIJÓ, Rui G. (org.). *Portugal uma democracia consolidada: ensaios de homenagem a David B. Goldey*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. 2009.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. Jovens em campanhas eleitorais: o que a presença deles sinaliza? in BARREIRA, César; BARREIRA, Irllys (org.). *A juventude e suas expressões plurais*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

GRIFFIN, Christine. Challenging assumptions about youth political participation: critical insights from Great Britain in FORBIG, Joerg. *Revisiting youth political participation – Challenges for research and democratic practice in Europe* [Em linha] Estrasburgo: Council of Europe Publishing, 2005. [Última consulta: 29/12/2013] Disponível em: http://pip-eu.coe.int/documents/1017993/1380104/Revisiting_youth_politica.pdf/5476c081-1a5d-4139-96f7-2ada7bcc2766.

HALLETT, Brien. Legislation on youth enrolment and voting. in EDWARDS, Kathy; PRINT, Murray; SAHA, Lawrence J., editores. *Youth and political participation*. 1ª edição. Roterdão: Sense Publishers, 2007.

HENN, Matt et al. A generation apart? Youth and political participation in Britain. in *British Journal of Politics and International Relations*. Vol. 4, n.º 2. Malden: Political Studies Association, 2002.

HIGLEY, John. *Elite theory in political sociology*. [Em linha] University of Texas at Austin. [Última consulta: 09/07/2017] Disponível em: http://paperroom.ipsa.org/papers/paper_4036.pdf.

HOOGE, Marc e STOLLE, Dietlind. Youth organisations within political parties: political recruitment and the transformation of party systems. in *Revisiting youth political participation - Challenges for research and democratic practice in Europe* (editado por Joerg Forbig). [Em linha] Estrasburgo: Council of Europe Publishing. 2005. [Última consulta: 09/07/2017] Disponível em: http://pip-eu.coe.int/documents/1017993/1380104/Revisiting_youth_politica.pdf/5476c081-1a5d-4139-96f7-2ada7bcc2766.

HOOGE, Marc. Political socialization and the future of politics in *Acta Politica*, 39. 2004.

HOOGE, Marc; STOLLE, Dietlind e STOUTHUYSEN, Patrick. Head start in politics - The recruitment function of youth organizations of political parties in Belgium (Flanders) in *Party Politics*, Vol. 10, No. 2. 2004.

HOROWITZ, Edward M.. The family and the media in the political socialisation of Polish youth. in FORBIG, Joerg. *Revisiting youth political participation – Challenges for research and democratic practice in Europe* [Em linha] Estrasburgo: Council of Europe Publishing, 2005. [Última consulta: 09/07/2017] Disponível em: http://pjp-eu.coe.int/documents/1017993/1380104/Revisiting_youth_politica.pdf/5476c081-1a5d-4139-96f7-2ada7bcc2766.

HOSKINS, Bryony. Conclusions: translating research results into policy. in FORBIG, Joerg. *Revisiting youth political participation – Challenges for research and democratic practice in Europe* [Em linha] Estrasburgo: Council of Europe Publishing, 2005. [Última consulta: 09/07/2017] Disponível em: http://pjp-eu.coe.int/documents/1017993/1380104/Revisiting_youth_politica.pdf/5476c081-1a5d-4139-96f7-2ada7bcc2766.

HRADIL, Stefan e IMBUSCH, Peter. *Oberschichten — Eliten — Herrschende Klassen*. Springer Fachmedien Wiesbaden. 2003.

JALALI, Carlos. *Partidos e Democracia em Portugal 1974-2005 - Da revolução ao bipartidarismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. 2007.

JARVIS, Sharon E. et al. *The political participation of working youth and college students*. [Em linha] Austin: The Annette Strauss Institute for Civic Participation, The University of Texas at Austin. Agosto de 2005. [Última consulta: 15/01/2014] Disponível em: <http://www.civicyouth.org/PopUps/WorkingPapers/WP36Jarvis.pdf>.

KOVACHEVA, Siyka. Will youth rejuvenate the patterns of political participation? in FORBIG, Joerg. *Revisiting youth political participation – Challenges for research and democratic practice in Europe* [Em linha] Estrasburgo: Council of Europe Publishing, 2005. [Última consulta: 29/12/2013] Disponível em: http://pjp-eu.coe.int/documents/1017993/1380104/Revisiting_youth_politica.pdf/5476c081-1a5d-4139-96f7-2ada7bcc2766.

LAMB, Matthew. *Young conservative, young socialists and the great youth abstention: youth participation and non-participation in political parties* (thesis submitted to the University of Birmingham for the degree of doctor of philosophy). [Em linha] Birmingham: Department of Political Science and International Studies - The

University of Birmingham. 2002. [Última consulta: 29/12/2013] Disponível em: http://etheses.bham.ac.uk/518/1/Lamb03PhD_A1a.pdf.

LAURITZEN, Peter. Preface: participation revisited in FORBIG, Joerg. *Revisiting youth political participation – Challenges for research and democratic practice in Europe* [Em linha] Estrasburgo: Council of Europe Publishing, 2005. [Última consulta: 29/12/2013] Disponível em: http://pjp-eu.coe.int/documents/1017993/1380104/Revisiting_youth_politica.pdf/5476c081-1a5d-4139-96f7-2ada7bcc2766.

LEVINE, Peter. *The future of democracy – Developing the next generation of american citizens*. Estados Unidos da América: Tufts University Press. 2007.

LISI, Marco. *Os partidos políticos em Portugal - Continuidade e Transformação*. Coimbra: Almedina. 2011.

MACCOBY, Eleanor E. et al. Youth and Political Change in *The Public Opinion Quarterly*, Vol. 18, n.º 1. 1954.

MACK, Charles S. *When political parties die – a cross-national analysis of disalignment and realignment*. USA: Praeger. 2010.

MAGALHÃES, Pedro; MORAL, Jesus Sanz. *Os jovens e a política: Um estudo do Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa*. [Em linha] Sem local: Universidade Católica Portuguesa e Centro de Estudos e Sondagens de Opinião, Janeiro de 2008. [Última consulta: 09/07/2017] Disponível em: http://uv2015.redeuv.com/media/jovens_politica.pdf.

MAGHAMI, Farhat Ghaem. Political knowledge among youth: some notes on public opinion formation, in *Canadian Journal of Political Science / Revue canadienne de science politique*. Vol. 7, N.º 2. Junho de 1974.

MARENCO, André e SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 22, n.º 64. 2007.

MARQUES, José Elias Domingos Costa. Organizações partidárias potencializando carreiras políticas. in *Revista de C. Humanas*, [Em linha] Vol. 10, Nº 1. 2010. [Última consulta: 09/07/2017] Disponível em: <http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/artigo2evol10-1.pdf>.

MARTINS, Manuel Meirinho. Governo local, Participação e Cidadania: Entre o cidadão político e o cidadão consumidor. in MOTA, Arlindo. *O Governo Local, participação e cidadania – O caso da Área Metropolitana de Lisboa*. 1ª edição. Sem local: Nova Veja, 2005.

MARTINS, Manuel Meirinho. *Participação Política e Democracia – O caso português (1976-2000)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Universidade Técnica de Lisboa), 2004.

MCFARLAND, Daniel A. e THOMAS, Reuben J.. Bowling youth: how youth voluntary associations influence adult political participation in *American Sociological Review*, Vol 71, No. 3. American Sociological Association. 2006.

NORRIS, Pippa; *Young People & Political Activism: From the Politics of Loyalties to the Politics of Choice?* [Em linha] EUA: John F. Kennedy School of Government, Harvard University, 2004. [Última consulta: 29/12/2013] Disponível em: <http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Acrobat/COE%20Young%20People%20and%20Political%20Activism.pdf>.

NOVA, Rita da. Mais de metade dos jovens portugueses não se vê a fazer política, in Público. 24 de Maio de 2013.

O'NEILL, Brenda. *Indifferent or Just Different? The Political and Civic Engagement of Young People in Canada: Charting the Course for Youth Civic and Political Participation*. [Em linha] Ottawa: Canadian Policy Research Networks, Junho de 2007. [Última consulta: 29/12/2013] Disponível em: http://rcrpp.org/documents/48504_EN.pdf.

PASQUINO, Gianfranco. *Curso de ciência política*. Traduzido por Ana Sassetti da Mota. Cascais: Principia – Publicações Universitárias e Científicas. 2002.

PIRES, Samuel de Paiva. *Representação política e recrutamento parlamentar: Uma abordagem teórica ao recrutamento político das elites parlamentares em democracia representativa* (dissertação de mestrado). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. 2010.

PLEYERS, Geoffrey. Young people and alter-globalisation: from disillusionment to a new culture of political participation in FORBIG, Joerg. *Revisiting youth political participation – Challenges for research and democratic practice in*

Europe [Em linha] Council of Europe Publishing, Estrasburgo, 2005. [Última consulta: 29/12/2013] Disponível em: http://pjp-eu.coe.int/documents/1017993/1380104/Revisiting_youth_politica.pdf/5476c081-1a5d-4139-96f7-2ada7bcc2766.

PORTA, Donatella Della. *Introdução à ciência política*. Traduzido por Eduardo Saló. Lisboa: Editorial Estampa. 2003.

RECCHI, Ettore. *Politics as occupational choice: youth self-selection for party careers in Italy*. in *European Sociological Review*, Vol. 15, No. 1. Oxford University Press. 1999.

SELIGMAN, Lester G. Elite recruitment and political development. in *The Journal of Politics*. Vol. 26, No. 3 (Aug., 1964). The University of Chicago Press - Southern Political Science Association. 1964.

SELIGMAN, Lester G. Political recruitment and party structure in *The American Political Science Review*. Vol. 55, N. 1. American Political Science Review. 1961.

SELWYN, Neil. Technology, schools and citizenship education: A fix too far? in LOADER, Brian D. (editor). *Young citizens in the Digital Age: Political engagement, young people and new media*. 1ª edição. Abingdon: Routledge, 2007.

STROM, Kaare. A Behavioral Theory of Competitive Political Parties. in *American Journal of Political Science*, Vol. 34, No. 2 (May, 1990), 1990.

TAMAYO, Víctor Muñoz. Juventud y política en Chile. Haciaun enfoque generacional. in *Ultima Década* [Em linha] N.º 35, Valparaíso: CIDPA, 2011. [Última consulta: 24/02/2013] Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/udecada/v19n35/art06.pdf>.

TOURAINE, Alain. *What is Democracy? (translated by David Macey)* [Em linha] Estados Unidos da América: Westview Press 1997. [Última consulta: 24/02/2013] Disponível em: <http://books.google.pt/books?id=qEu-laNXbc4C&lpg=PP1&hl=pt-PT&pg=PA8#v=onepage&q&f=false>.

VARELA, Alexandre Manuel Rosa. *Jovens e Política: o papel da socialização na participação política*. Tese de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2009.

VROMEN, Ariadne – Judging cyber optimism. in EDWARDS, Kathy; PRINT, Murray; SAHA, Lawrence J., editores. *Youth and political participation*. 1ª edição. Roterdão: Sense Publishers, 2007.

WARE, Alan. Political parties and party systems. USA: Oxford University Press. 1996.

WHITE, Rob. Paradoxes of youth participation: Political activism and youth disenchantment. in EDWARDS, Kathy; PRINT, Murray; SAHA, Lawrence J., editores. *Youth and political participation*. 1ª edição. Roterdão: Sense Publishers, 2007.

Estatutos consultados

Estatutos do Partido Socialista, versão aprovada no XX Congresso Nacional e na Comissão Nacional de 31 de Janeiro de 2015. Disponível em: http://www.ps.pt/wp-content/uploads/2016/06/Estatutos_PS.pdf.

Estatutos do Partido Social Democrata, Aprovados XXXIV Congresso – Lisboa – 23, 24 e 25 de Março de 2012. Disponível em: <http://www.psd.pt/ficheiros/ficheiros/ficheiro1438341230.pdf>.

Estatutos da Juventude Socialista, Aprovados no XVI Congresso Nacional, com as alterações introduzidas no XVII Congresso Nacional e no XIX Congresso Nacional. Disponível em: http://res.cloudinary.com/dzidi5q6i/image/upload/v1443433950/Versao_consolidada_Estatutos_h98ud2.pdf / Estatutos da Juventude Socialista, Aprovados no XVI Congresso Nacional, com as alterações introduzidas no XVII, no XIX e no XX Congresso Nacional. Disponível em: http://res.cloudinary.com/dzidi5q6i/image/upload/v1493741046/JS_Estatutos_dy9iaq.pdf

Estatutos da Juventude Social Democrata, aprovados em congresso nacional da JSD em 13 de Dezembro de 2014. Disponível em: http://www.cms.jsd.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/Estatutos/Estatutos%20Nacionais%20JSD_13-12-14.pdf.

Outras fontes

- Assembleia da República
- Direcção-Geral das Autarquias Locais
- Governo de Portugal
- Governo Regional dos Açores
- Juventude Social Democrata
- Juventude Socialista
- Parlamento Europeu
- Partido Social Democrata
- Partido Socialista